

PABLO PIMENTEL PESSOA

CIDADES SUSTENTÁVEIS

E AS FRONTEIRAS DE RISCO E RESPEITO

AO SISTEMA SOCIOAMBIENTAL

DE FORTALEZA, CE



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pessoa, Pablo Pimentel.

Cidades sustentáveis e as fronteiras de risco e respeito ao sistema socioambiental de Fortaleza, CE /

Pablo Pimentel Pessoa; orientador Saulo Rodrigues Filho. Brasília, 2014.

146 p.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2014.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e empesar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Pablo Pimentel Pessoa



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CIDADES SUSTENTÁVEIS E AS FRONTEIRAS DE RISCO E RESPEITO AO SISTEMA SOCIOAMBIENTAL DE FORTALEZA, CE

PABLO PIMENTEL PESSOA

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Aprovado por:

Saulo Rodrigues Filho, Doutor, Universidade de Brasília
(Orientador)

Marcel Bursztyn, Doutor, Universidade de Brasília
(Examinador Interno)

Otto Toledo Ribas, Doutor
(Examinador Externo)

Brasília-DF, abril de 2014

SIN POESIA

NO HAY

CULDAID

k

**A ESSA CIDADE MORIBUNDA
E AO PULSO DE VIDA BALDIA.**

AGRADECIMENTOS

Antes, aos gigantes de fundas pegadas que me precederam e ao vagalume da ignorância, que nos permite, livres da vertigem e do medo de altura, cumprirmos com a escalada de ombros. E, é claro, aos mirantes fabulosos que daí se nos apresentam;

Aos meus progenitores. Não porque me conceberam, mas porque estão, daquele dia até hoje, comprometidos e seguirão, eu sei, até os últimos dias envolvidos nessa labuta alegre de mostrar a nós que a vida é coisa do maior quilate;

À minha irmã, o gigante lá de casa, que tá sempre à frente – desde quando o mundo todo era um condomínio residencial no Parque Manibura –, abrindo caminho na mata e segurando o carrasco pra não cravar meu couro de caçula;

Aos amigos todos. Ao Pedro e à Karina, minha segunda base e abrigo, sempre que os ventos tempestuosos teimam em dar as caras. Ao Miyamoto e sua prole cigana, cuja partida muito me inspira a ir por onde os gostos afloram. Ao Tunico, companheiro de agruras e errâncias que, somente os lobos sabemos, nos fortaleceram a fibra. Ao Pinto, pela guarida e desbrave de uma cidade inteira, por ser essa porta de transcendência através do som e pelas canções todas a viajar. Ao Marcelo e à Lila, pelo nosso pequeno projeto quase diário de viver a cidade e cantarmos a alegria quando as poeiras de faroeste tomaram as ruas e parte do meu peito. À Jade e à Ju Parente, à Cláudia e à Tati, ao Caio e à Rafinha, valorosos, hábeis e nobres alquimistas da rejuvenescência belchioriana do meu ser. Ao Eric e à Mari, à Lara e ao Thyago, pela fé de que ‘seja o que for desse trabalho, parece ser coisa boa’. À Luna pela muamba toda que me trouxe de contrabando desse fantástico mundo dos sonhadores de cidades e pela própria coisa do sonhar. Aos *luchadores* brechtianos e poetas daquilo que será: Títilha, Júlio, Poti, Livinha, Germano e todos os estranhos-familiares acampados do #OcupeCocó, #OcupeoAcquário, à Ponte Velha e a todas as gentes e coisas que resistem. À Ju pela presença forte, companhia e apoio em quase todas as etapas disso tudo, desde quando eu não passava de um ‘menino do interior’ desbravando a capitular ao episódio dramático dos ataques covardes aos pés de minha porta. Aos *biozarros* e figuras ilustres afins: Deborah, Sofia, Hilton, Ivan, Lilian, Maldevar, Bruno, Lila, Célio, Pristina e Teles, a molequice pastelônica é qualquer coisa impressa fundo em todos

nós, reafirmada ano a ano. À Thaly, peça chave no ato final desta obra, por me lembrar que 'a hora do sim é o descuido do não' e por segurar as pontas comigo quando o objeto de estudo quis me abater;

À minha família recifense e seus mais novos raminhos, em especial pelo auxílio luxuoso dos tios: César, Jesus e Mirna, com a leitura carinhosa dos artigos sob feitura;

Ao Ziggy, cão fênix, *mi deber* nerudiano de *vivir, morir, vivir*;

Ao pessoal do CDS. À minha turma e à turma irmã do doutorado, pelas conversas, permutas e pães de queijo. Brasília está pra saber como se faz um *happy hour*, mas vocês foram massa ainda assim. Ao Alan, à Paula, à Andréia, ao Sérgio, ao Andrés e à Diana, por momentos e forças diversas. Ao pessoal do Alfredo's: Osmar, grande e incontestável achado desse mestrado, Babi, Sílvia, Ana, Michelle, Pati, Marla e Marcos, você sabem viver! Vou congelar cada um, miniaturizar e levar no bolso aonde eu for. Ao Luiz Cláudio e à Verônica, pelas sessões de Liberty Mall e outras alegrias sutis. Aos verdadeiros mestres e pessoas admiráveis que encontrei nesse curso-percurso: Elimar, Maurício, Cristovam, Marcel, Drummond, Doris, Mônica, Thomas, Frédéric, Ludivine, em especial, ao Saulo, porque me adotou como orientador mesmo ciente do meu pensamento arredo e topou comigo esta difícil empreitada. Por fim, ao Tainá e à Ludmila, à Raiza e ao Paulo, grandes espíritos, que fazem esta saída da terra natal, sem dúvida alguma, ter valido à pena. Ao moleque-piranha, minha mais nobre insígnia, porque não deve ter sido fácil me aguentar quase que em tempo integral. A ti, que a vida te abra o olho esquerdo, toda a felicidade e incríveis novas aventuras para *nosotros*.

Obrigado.

RESUMO

A partir da concepção de cidades como sistemas socioambientais complexos, procurou-se discutir aspectos considerados menores ou secundários no tratamento corrente das questões urbanas no contexto do desenvolvimento sustentável. Este trabalho foi estruturado sob três eixos abordados cada qual em um artigo independente. O primeiro capítulo trata dos elos envolvidos nas relações de risco socioambientais urbanos, tomando como exemplo a modelagem diagramática das conexões causais entre o problema recorrente das inundações urbanas nas cidades brasileiras e os processos sociais de exploração do trabalho, especulação imobiliária e espoliação urbana na construção das situações de vulnerabilidade. A teoria de riscos aqui é utilizada como instrumento de revelação da complexidade nos sistemas socioambientais e da necessidade de consideração da incerteza nas gestões urbanas ditas sustentáveis. O segundo capítulo tenta destrinchar os principais modelos de desenvolvimento urbano sustentável e discuti-los à luz das principais questões relativas ao campo geral da sustentabilidade. Com base nas virtudes e deficiências de cada corrente, foi proposto o conceito de fronteiras do respeito como princípio balizador da busca pela sustentabilidade urbana em sentido amplo. Por fim, no terceiro capítulo, toma-se o caso da cidade de Fortaleza e de seus processos históricos de consolidação e expansão urbanas como porta de acesso ao mecanismo de produção das insustentabilidades nos espaços urbanos dos países subdesenvolvidos. A disseminação epidêmica da violência e a proliferação dos assentamentos informais, em um cenário de profunda desigualdade social, são apresentados como sinais de ruptura da resiliência do sistema socioambiental urbano e como parâmetros para a percepção do posicionamento da cidade quanto às fronteiras de risco e respeito.

Palavras-chave: cidades sustentáveis; sustentabilidade urbana; riscos socioambientais, fronteiras locais, Fortaleza.

ABSTRACT

From the conception of cities as complex socio-environmental systems, this work discusses aspects of urban crisis commonly treated as secondary issues in the sustainable development context. These aspects were explored in independent articles, composing a three-chapter thesis structure. The first chapter addresses the links involved in socio-environmental risk relations, using as an example a diagrammatic representation of generic Brazilian cities' urban flooding problem and its social processes causal linkages. Cindinics' theoretical frame was used here as a key instrument to access urban complexity and to reveal the necessary regard of uncertainty in sustainable urban management decision-making processes. The second chapter covers the major urban sustainable development models confronting with the central debate topics related to sustainable general fields. Based on strengths and weaknesses of each model, we establish the concept of respect boundaries as a guideline compass in the seeking of sustainable city in a broad sense. Finally, in the third chapter, we analyze the case of Fortaleza city, looking for actual unsustainability traits and their roots in the foundation of the city and its urban sprawl historic process. The epidemic growth of urban violence rates and the endless spread of informal settlements, specially of those exposed to risk situations, are presented as evidence of alarming resilience disruption of urban social-environmental systems. The historical consideration of the present urban crisis of Brazilian cities may serve as evaluation parameters on how distant our metropolis are from the desirable state suggested by the respect boundaries concept.

Keywords: sustainable cities; urban sustainability; socio-environmental risks, local boundaries, Fortaleza.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

CAPÍTULO 1

Figura 1. Classes de riscos naturais de acordo com os recortes conceituais de Veyret e Meschinet de Richemond (2007) e Rebelo (2003)	p. 24
Figura 2. Elementos e variáveis envolvidas da produção social do risco de inundação em um sistema urbano brasileiro genérico	p.35
Figura 3. Interrelações diretas (contínuas) e inversas (pontilhadas) entre componentes de um sistema urbano brasileiro genérico	p.36
Figura 4. Áreas do conhecimento envolvidas da construção do risco de inundação urbano indicadoras de complexidade flagrante	p.37
Figura 5. Recorte (em azul) evidenciando o enquadramento tradicional das inundações como riscos naturais	p.38

CAPÍTULO 2

Figura 1. Panorama do campo da sustentabilidade e subcampos. Adaptado de Hopwood (2005)	p.46
Figura 2. Posicionamento de agentes e discursos no campo. Adaptado de Hopwood (2005)	p.48
Quadro 1. Economia como subsistema de um sistema Terra fechado	p.58
Quadro 2. Caracteres identitários dos principais modelos de desenvolvimento urbano sustentável e posicionamentos sobre o campo da sustentabilidade	p.62
Figura 3. Eixo de irrupção do urbano. Adaptado de Lefebvre (1999)	p.65

CAPÍTULO 3

Figura 1. Quadro de honorarias, mural de notícias	p.86
Figura 2. Taxa de homicídios em Fortaleza (1990-2011)	p.87
Figura 3. Dados gerais do município de Fortaleza	p.88
Figura 4. Divisão administrativa atual por bairros e secretarias executivas	p.89
Figura 5. Municípios cearenses com mais de 100 mil habitantes	p.90
Figura 6. Bacias e sub-bacias hidrográficas de Fortaleza	p.91
Figura 7. Compartimentação geomorfológica do sítio urbano de Fortaleza	p.93
Figura 8. Sítio urbano de Fortaleza (a) Mapa hipsométrico; (b) Mapa de declividades	p.95
Figura 9. Sítio urbano de Fortaleza. (a) Sistemas Ambientais; (b) Vulnerabilidade Natural	p.96
Figura 10. Primeira planta da Villa Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Siará Grande, atribuída ao capitão-mor Manuel Francês. 1726 (a); e parte do litoral cearense no Pequeno Atlas do	p.103

Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira Albernaz I. 1629 (b).	
Figura 11. Planta do Porto e Villa da Fortaleza, de Silva Paulet. 1813 (a); e Perspecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção ou Porto do Siará, atribuído a Francisco Antônio Marques Giraldes. 1811 (b).	p.104
Figura 12. Planta do Porto e da Villa de Fortaleza, de Silva Paulet. 1813. (b) e (a) desenho simplificado, com indicações de estradas, riachos e edificações.	p.105
Figura 13. Planta da Cidade de Fortaleza, do Padre Manoel do Rêgo de Medeiros. 1856 (a); e Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, de Adolfo Herbster. 1875 (b)	p.106
Figura 14. Planta Exacta da Capital do Ceará, de Adolfo Herbster. 1859 (a); e Planta da Cidade da Fortaleza, capital da província do Ceará, de Adolfo Herbster. 1888 (b).	p.107
Figura 15. Detalhes da Planta da Cidade da Fortaleza, capital da província do Ceará, de Adolfo Herbster. 1888 (a) Asilo da Mendicidade e Riacho Pajeú; (b) Arraial Moura Brasil e Riacho Pajeú.	p.109
Figura 16. Abastecimento de água e esgotamento sanitário nos bairros de Fortaleza	p.131
Figura 17. Domicílios com banheiros e energia elétrica nos bairros de Fortaleza	p.132
Figura 18. Coleta de lixo e índice sintético de condições domiciliares nos bairros de Fortaleza	p.133
Figura 19. IDH, conflitos de territorialidade e taxas de homicídio mais expressivas nos bairros de Fortaleza	p.134
Figura 20. Rendimento pessoal e pobreza extrema nos bairros de Fortaleza	p.135

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
NOTA INTRODUTÓRIA	13
CAPÍTULO 1. Desastres naturais de sinergia antrópica	15
1.1. Introdução: De limites a fronteiras	16
1.2. Sociedade e epistemologia dos riscos	19
1.3. Tipos de risco, riscos urbanos e a natureza ambígua das inundações	23
1.4. Relações de risco	28
1.5. Inundações: estruturantes climáticos, fisiográficos e socioeconômicos	33
1.6. Considerações finais: Em busca da resiliência do sistema urbano	39
CAPÍTULO 2. Cidades sustentáveis e as fronteiras do respeito	42
2.1. Introdução: Dos maus negócios	43
2.2. Sustentabilidade: Um campo cambiante	45
2.3. Abordagens de desenvolvimento urbano sustentável	50
2.4. Cidades e paisagens: ruptura e reconciliação	63
2.5. Considerações finais	73
CAPÍTULO 3. Cidade de Fortaleza: insinuações de risco e respeito	77
3.1. Introdução: Não é possível tentar o pneumotórax?	78
3.2. Considerações metodológicas e predisposições subjetivas	81
3.3. Sala de honorários e a ponta amolada do iceberg	82
3.4. Estado da arte atual: ficha técnica do município	87
3.5. A bola de neve do semi-árido	97
3.6. Avalanche: Sinais de ruptura	127
3.7. Considerações finais	136
PALAVRAS FINAIS	146

APRESENTAÇÃO

Sobre sustentabilidade aprendi que, frente aos desafios civilizatórios de agora em diante, das décadas vindouras, pouca importância haverá de se dar às nossas limitadas individualidades. Mesmo que as relações humanas substanciais se restabeleçam no futuro próximo, que grandes soluções um indivíduo em estado de iluminação que seja seria capaz de propor a um mundo tão imensamente complexo e tão intensamente mutante? A ultramodernidade nauseante, a esteira de camundongos de nossa sina subdesenvolvida, a fragilidade das instituições democráticas que oscilam entre belas letras mortas e emendas mutiladoras de normas que ameaçam ganhar eficácia. De fato, Tom Jobim foi certo, este país não é para principiantes. O que, então, nesse estado e gravidade de coisas, poderia eu pretender palpitar?

A escolha do tema desta dissertação, desde sua concepção enquanto projeto de pesquisa é fruto de uma perseguição particular e, em certa medida, de difícil negociação. Em função de minha tenra formação como biólogo, pude ter contato com a história das iniciativas de proteção à natureza no Brasil e dali passei a descrever das razões finalísticas envolvidas nas políticas modernas de conservação do patrimônio natural. Aquelas metas, para mim, não pareciam se justificar nem de um ponto de vista ecológico nem de um ponto de vista socioeconômico. Foi esta constatação e a busca pelo que chamava de demandas por degradação que me conduziram ao estudo das cidades. Entendi que, por excelência, partiam dos núcleos urbanos, especializados no consumo da produtividade dos ecossistemas, as tais demandas.

A partir dali, começaria a lançar o olhar de estranhamento sobre tudo o que compõe o fenômeno urbano. Afinal, existe uma natureza urbana? De que matéria é feito um tecnoecossistema? A que se referem os juristas quando tratam de meio ambiente artificial, cultural ou do trabalho? E os arquitetos e engenheiros, que enxergam no meio ambiente construído, nas manchas de sistemas vivos residuais antes de proporem sua urbanização? Que significa para eles urbanização? Mesmo que persistam fragmentos florestais e corredores funcionalmente conectados, que motivos temos para mantê-los frente às demandas sociais por solo urbano? Se o sítio urbano é o pequeno espaço reservado na crosta terrestre à antropização, por que não prescindir

da biodiversidade pelo menos aqui? Ou, como diria Nurit Bensunsan, será que não “seria melhor mandar ladrilhar”?

Nessa empreitada terminei por transpor o cercado que me mantinha protegido na seara disciplinar das ciências biológicas, da ecologia e das chamadas *hard sciences*. Para cada espaço disciplinar, é um processo de alfabetização que tem início. Confesso que minha primeira alegria foi no encontro com a geomorfologia urbana e de saber que para cada compartimento geossistêmico tradicional estavam sendo propostas novas categorias voltadas à compreensão das particularidades daqueles elementos na conjuntura urbana. Havia os solos urbanos, as encostas urbanas e as bacias hidrográficas urbanas, além de uma resignificação quase que completa do olhar sobre os problemas ambientais naquele contexto.

É daí que, para mim, apresenta-se a dimensão social. Não que antes não fosse sensível a este aspecto da vida, mas é apenas com o endereçamento dos problemas e riscos envolvidos no uso e ocupação ambientalmente inadequados do solo urbano que percebo uma aproximação apreensível desses dois planos, até então, paralelos. Todo este percurso de descobertas se fez marcado na concepção e na estruturação desse trabalho. O próprio desejo de desenvolvê-lo junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS-UnB) e as discussões com as quais tive contato através do centro estão aí impressas, assim como as mudanças de estratégia de abordagem do tema, dificuldades e caminhos encontrados. Imagino e desejo que o leitor nas próximas páginas seja capaz de acompanhar este processo de aprendizado e que com isso possa partilhar de meus insights e descobertas. Como iniciei dizendo, não creio que para os problemas postos haja formação ou indivíduo apto a prover respostas satisfatórias, mas ainda assim podemos e devemos revolver o terreno.

Ao optar pela estruturação em artigos independentes, tomei o cuidado de pensar introduções e considerações panorâmicas para cada capítulo, de modo que o aspecto amplo contextual da sustentabilidade como desafio civilizatório não viesse a se perder. Em todo modo, eis o que considero a essência desta dissertação de mestrado: todos os deslocamentos efetuados e as ponderações aqui trazidas apontam no sentido da desconstrução da urbanização como, em primeiro lugar, oposição à natureza, sobretudo intraurbanamente; e, também em primeiro lugar, dividindo o pódio, da urbanização como privilégio de poucos, ou a defesa do direito à cidade como mecanismo de alcance da sustentabilidade urbana como colocada adiante.

NOTA INTRODUTÓRIA

Ao conceber este trabalho, objetivamos lançar luz sobre questões tidas como secundárias no equacionamento tradicional dos problemas urbanos a fim de liberar os modelos brasileiros de gestão urbana dos ciclos viciosos das soluções emergenciais, que frequentemente acirram mazelas. Desta forma, procuramos inicialmente explorar dois grandes terrenos de estudo: o da teoria de riscos, que pressupõe o enquadramento do urbano enquanto sistema socioambiental particular; e a literatura, até então, dispersa em torno dos qualificadores *idades sustentáveis* e *sustentabilidade urbana*.

No capítulo um, “Desastres naturais de sinergia antrópica: inundações urbanas”, preparamos o ingresso à discussão da complexidade urbana, contextualizando a crise urbana como uma das muitas manifestações de uma crise civilizatória maior em curso. A literatura de risco aqui mobilizada lança um alerta para a necessidade de se expandir o foco de ação das políticas pontuais de condução da vida comum nas cidades, tomando como exemplo as relações de sinergia desencadeadas pelo terremoto de 1999 na Turquia. Ao final, é apresentada uma proposta de consideração dos riscos de inundações nas cidades brasileiras, não como um problema em si, mas como decorrência dos padrões de uso e ocupação do solo e do processo tradicional de produção e reprodução do espaço urbano brasileiro.

Em “Cidades sustentáveis e as fronteiras do respeito”, o capítulo dois, procuramos organizar as correntes de pensamento e os modelos de desenvolvimento urbano ditos sustentáveis, confrontando-os com as principais frentes de debate afeitas ao campo geral da sustentabilidade. Desse exercício de cotejamento, sugerimos o conceito das fronteiras do respeito como princípio balizador a um sentido de sustentabilidade passível de apropriação local pelo fenômeno urbano. As narrativas aqui reunidas expõem as virtudes e as limitações dos modelos discutidos e indicam pontos potenciais de ruptura com a fragilidade dos discursos e práticas de sustentabilidade urbana, abrindo espaço para uma reorientação substancial futura dos sistemas socioambientais urbanos.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Cidade de Fortaleza: insinuações de risco e respeito”, percorremos os caminhos históricos de formação socioambiental da

capital cearense como subsídio argumentativo à sustentação da tese de uma estrutura urbana atual em vias de quebra da sua resiliência ou dos elos fundamentais que mantêm o funcionamento sistêmico. O leitor deverá perceber aqui uma mudança de abordagem quanto ao que vinha sendo pavimentado nos capítulos anteriores. A explicitação da necessidade de uma gestão equilibrada na distribuição das infraestruturas e condições de vida por toda a cidade estava prevista para ser acessada segundo as contribuições de cada unidade urbana (espaços formais e informais) à produção do risco de inundações. Dificuldades metodológicas e com a obtenção dos dados necessários à análise espacial conduziram-nos à procura de uma abordagem alternativa. Foi então que optamos por construir o quadro problema em questão partindo da violência urbana como porta de acesso às demais fragilidades locais.

Assim, procuramos reunir um apanhado de pesquisas e compor um panorama de dados secundários e narrativas capazes de satisfazer a duas formulações básicas: 1) *De que forma os caminhos e escolhas de desenvolvimento em Fortaleza terminaram por assumir um caráter perverso de produção e reprodução social urbanas?*; e 2) *A saturação atual dos espaços favoráveis à ocupação no sítio urbano, aliado às tendências macrocefálicas da região metropolitana, explicam a promoção das vulnerabilidades sociais e o acirramento das fragilidades ambientais?*; Buscando esclarecer esses pontos e tomando por base as evidências da conformação histórica de Fortaleza, trazemos à tona nas páginas que seguem um retrato dos processos de vulnerabilização ativa que sucederam e ainda sucedem a diversas capitais e cidades brasileiras. A persistência desses processos, presentes na base das relações urbanas e promotores de riscos diversos, segue minando as possibilidades presentes e futuras de uma experiência urbana identificada com um sentido de sustentabilidade em respeito a pessoas e a processos naturais fundamentais.

CAPÍTULO 1

DESASTRES NATURAIS

DE SINERGIA

ANTRÓPICA



Capítulo 1. Desastres naturais de sinergia antrópica: inundações urbanas

Pablo Pimentel Pessoa

RESUMO

Sob as bases interpretativas de uma epistemologia de riscos, empreendeu-se um ajuste de classificação tipológica e um aprofundamento sistêmico da compreensão corrente acerca das variáveis envolvidas na construção do risco de inundação urbana. Uma proposta de arranjo entre elementos e variáveis componentes do sistema urbano brasileiro é apresentada de forma genérica e discutida a partir do enfoque das relações de risco. Por fim, os modelos representativos apresentados neste estudo ressaltam a contribuição ativa de vetores de promoção das vulnerabilidades social e ambiental, tradicionalmente relegada a segundo plano na gestão dos riscos naturais.

1. Introdução: De limites a fronteiras

*“Se a noite não tem fundo, o mar perde o valor
Opaco é o fim do mundo pra qualquer navegador
Que perde o oriente e entra em espirais
E topa pela frente um contingente que ele já deixou pra trás”*
Meia-noite, Chico Buarque e Edu Lobo

A celeridade das mudanças, que moldou a singularidade histórica das últimas décadas, semeou também os elementos que viriam a constituir o caráter da modernidade do século 21. Sevckenko (2001, p.17) compara esta trajetória civilizatória a um passeio de montanha-russa. Para ele, inovações tecnológicas transformam profundamente o seio das sociedades, mas apenas o fazem de maneira consequente, com a cautela de que o lado fraco da corda carece, quando ensejam o exercício da crítica.

Acontece que a volta da virada do último século tem sido um trecho conturbado

do passeio, uma espécie de *loop* prolongado. A velocidade da sucessão dos fatos nesse estágio teria levado a um rompimento do diálogo entre a técnica e as suas necessárias ponderações. Uma avaliação criteriosa do novo estaria assim comprometida, na peculiaridade desse momento histórico, em função da vertigem provocada pelo turbilhão do progresso.

Assim, o percurso de ascensão que principia na Europa do século 16, pelo conhecimento e domínio de poderosas forças naturais, encontra o primeiro vale em meados do século 19. A Revolução Científico-Tecnológica representa uma queda vertiginosa em que a velocidade dos processos em curso se acirra, deixando para trás as referências do espaço e das circunstâncias anteriores. Toda experiência, porém, por mais nauseante, é posta uma outra vez em perspectiva ante a intensidade dos rodopios na espiral que se segue (SEVCENKO, 2001, p. 23).

Nesse ponto do percurso descortinam-se três problemas estruturais de cunho epistemológico: o problema lógico, que remete à dimensão da complexidade; o problema da desordem, que remete à dimensão da instabilidade; e o problema da incerteza, que remete à dimensão da intersubjetividade. Vasconcellos (2002, p.107) explica que essa tríade de questões apresenta-se inicialmente como problema no seio das ciências duras, em especial, a Física. A saber: a questão da contradição onda/corpúsculo (Planck, Einstein e Bohr), a questão da desordem molecular (Boltzman) e o princípio da incerteza (Heisenberg). A admissão da complexidade pela Física, uma ciência de metiê tipicamente simplificador inaugura, a partir da segunda metade do século 20, um novo paradigma científico fundado no abandono dos pressupostos tradicionais: da simplicidade, da estabilidade e da objetividade do universo. Vasconcellos (2002, p. 148) chama essa epistemologia debutante de Pensamento Sistêmico.

Paralelamente às rupturas paradigmáticas nas ciências, transformações de outra ordem (política, econômica e cultural) anunciavam-se com a emergência da questão ambiental. Desastres notáveis como as centenas de mortes e doenças no Japão provocadas pelo envenenamento por mercúrio entre os habitantes da Baía de Minamata (investigado em 1956), e o relato do males associados ao uso do DDT descritos no livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson (publicado em 1962) foram conduzindo a comunidade global a um despertar para os riscos da modernidade (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p. 110).

O respaldo científico dessas ameaças deu-se, como marco, em 1972 com

a publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, o *Limites do Crescimento* (MEADOWS et al., 1978). Um grupo de pesquisa do MIT — *Massachusetts Institute of Technology* — modelou as consequências do crescimento econômico em projeções de curvas de consumo para diversos recursos-chave e atividades essenciais, lançando um alerta para o risco de colapso das sociedades se mantido, nas economias de centro, e expandido para as periferias o nível de consumo dos países desenvolvidos.

Entre mudanças de postura política progressistas e retrógradas, desde o lançamento do relatório, muitos estudos foram empreendidos, acordos e esforços de cooperação internacional firmados, no entanto, em relação à redução absoluta e ao controle efetivo dos processos causadores de impactos e promotores de riscos, foram incipientes, até então, as conquistas alcançadas. Isso é o que aponta Rockström e colaboradores (2009), em um estudo acerca do estado da arte do planeta. Segundo o grupo de trabalho do *Stockholm Resilience Centre*, quatro de nove fronteiras para a existência segura da humanidade já tiveram seus níveis de alerta ultrapassados. Esta mudança de tratamento do tema entre o primeiro relatório para o Clube de Roma e este último estudo: de limites para fronteiras, atualiza a compreensão acerca das capacidades de suporte da biosfera. Sabe-se hoje que as referidas raias de segurança podem ser negligenciadas e transpostas sem que as consequências das rupturas recaiam imediata ou diretamente sobre os principais transgressores. A incerteza que paira sobre os efeitos deletérios da quebra de resiliência dos sistemas de suporte à vida direciona o debate de limites para o âmbito da segurança em múltiplas dimensões.

É através desse prisma novo-paradigmático do pensamento sistêmico e na perspectiva da busca de formas de uso e ocupação do espaço orientadas à sustentabilidade que se pretende esmiuçar as relações-chave que suportam e criam o universo de riscos a que as comunidades humanas modernas tem sido submetidas, em especial nos centros urbanos. Dessa forma, espera-se que a complexidade dos fatores envolvidos em um fenômeno danoso de causas ambíguas como as inundações urbanas possa ser melhor acessado, gerido e reduzido em seu aspecto catastrófico, reiteradas vezes tido como fatalidade.

2. Sociedade e epistemologia dos riscos

*“Oh! Deus, será que o senhor se zangou
E só por isso o sol arretirou, fazendo cair toda a chuva que há
Oh! Deus, se eu não rezei direito o senhor me perdoe
Eu acho que a culpa foi desse pobre que nem sabe fazer oração”*

Súplica Cearense, Gordurinha e Nelinho

Há uma especificidade entranhada nos processos e eventos que se sucederam no século 20 e que interessam a esse esforço de compreensão da natureza das catástrofes urbanas. Sim, os riscos são fenômenos inerentes a qualquer ação humana. Columela e Plínio, o Velho advertiram à Roma do século 1º a respeito da ameaça de quebras de safra e erosão dos solos que a má gestão dos recursos à época traria. As civilizações da América Central colapsaram no século 10º em função do crescimento populacional e da erosão dos solos. Em 1285, na Inglaterra foram apresentadas queixas à Justiça contra fornos de cal que infectavam o ar. Ordens reais e regulamentações de 1309 e 1372 tentaram normatizar o despejo dos resíduos londrinos para perímetros cada vez mais distantes da cidade. Há relatos do século 19 de mortes de marujos que caíam no rio Tâmis (o mesmo onde antes se orientava o despejo do lixo), não por afogamento, mas, sim, por intoxicação de vapores e gases tóxicos contidos no córrego inglês. Os riscos do desenvolvimento industrial certamente o acompanharam desde as primeiras atividades fabris: riscos laborais, à saúde, da pobreza e de qualificação. Da mesma forma, riscos naturais como erupções vulcânicas, queimadas, secas, ataques de predadores, doenças transmissíveis por vetores, avalanches e terremotos também não são preocupações originárias do século 20 ou deste (BECK, 2010, p. 26; BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p. 23).

O marco da modernidade tardia, que leva Beck (2010) a enxergar os contornos de uma nova sociabilidade, reside na globalidade do alcance dos riscos e ameaças evidenciados nesse período. Fenômenos complexos como o surto de extinções em massa do Antropoceno, as mudanças climáticas e a acidificação dos oceanos põem em risco a vida no planeta sob todas as suas formas (BECK, 2010, p. 26; PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 36; ROCKSTRÖM et al., 2009). O desenvolvimento de

surpreendentes forças produtivas químicas e atômicas transcendeu os limites das fábricas e, mais que isso, ressignificou as noções de espaço e tempo, empresa e Estado, limites de blocos militares, fronteiras políticas e geográficas. Desastres como os de Bophal, de Chernobyl e o constatado poder de extermínio das bombas nucleares lançadas em Hiroshima e Nagasaki situam-nos ao patamar inédito do poder destrutivo alcançado por essas inovações tecnológicas (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p. 93).

Não há necessariamente um consenso a respeito dos termos e conceitos usados entre os estudiosos da ciência cindínica, termo cunhado ao longo de eventos promovidos pela UNESCO em 1987 e 1989 para reunir correntes de estudo de risco (DAGNINO & JUNIOR, 2007). Diante deste cenário em vias de consolidação, tomaremos algumas posições suleadoras baseadas nos pressupostos novo-paradigmáticos apresentados por Vasconcellos (2002).

Riscos, aqui, serão entendidos como percepções acerca de ameaças. Esta noção pressupõe a existência de um ou vários entes (indivíduos, grupos, comunidades, ecossistemas, paisagens, cidades, etc.) sob situação de perigo. Marandola Jr. e Hogan (2005) traçam o perfil evolutivo dos estudos cindínicos nas searas da Geografia e da Demografia. Os autores revolvem pesquisas seminais sobre o tema e apontam tendências de enfoque objetivistas (epiricista-realistas) e subjetivistas (idealistas) como referenciais ontológicos extremos. Conforme esta revisão, escolas tradicionalmente afeitas ao estudo dos perigos naturais de causas tidas como essencialmente biofísicas direcionaram seus estudos, nos fins dos anos 1980 e 1990, para o terreno dos perigos sociais e tecnológicos. Embora os geógrafos, por exemplo, tenham, desde o início, tratado de perigos em consideração à probabilidade de populações humanas serem atingidas, a reafirmação dessas preocupações orientaram, em todo o campo da cindínica, uma atenção mais direta a aspectos socioeconômicos e causas eminentemente sociais.

Esta ênfase à dimensão humana nos estudos de riscos veio a promover o aprofundamento das distinções entre vulnerabilidade, álea e risco:

Independentemente das palavras utilizadas, está, na prática, aceite, por quase todos os que se dedicam a este tipo de estudos, que o risco é, então, o somatório de algo que nada tem a ver com a vontade do homem (aleatório, acaso, casualidade ou

perigosidade), com algo que resulta da presença directa ou indirecta do homem, a vulnerabilidade. (REBELO, 2003, p. 252)

Áleas ou perigos são eventos prováveis, acontecimentos possíveis de natureza diversa: tecnológica, natural, social ou econômica. As vulnerabilidades dizem respeito às condições de susceptibilidade do ente ameaçado. Elas guardam relações com a magnitude do impacto de um perigo sobre um determinado alvo e, assim como o risco, esta é uma noção probabilística (VEYRET, 2007, p. 39). Correntes mais críticas defendem o uso conceitual de vulnerabilizações em vez de vulnerabilidades, como forma de rejeição à ideia de fragilidades intrínsecas aos entes e alvos considerados. Referir-se às condições de susceptibilidade diferenciais, dessa forma, seria admitir a existência de processos ativos de construção das vulnerabilidades (ACSELRAD, 2006).

A medida da vulnerabilização é apreendida pela probabilidade de dano (nível de exposição) e pela previsão da capacidade de resposta do alvo ao evento danoso. Há, nesse espectro, respostas de curto, médio e longo prazo. De um lado, ações emergenciais de caráter imediato, como evacuação de áreas e prestação de socorro a vítimas e, de outro, adaptações biológicas e culturais que demandam de décadas a séculos para se processar. As respostas de médio e longo prazos são conhecidas como **ajustamentos**, que podem ser incidentais ou intencionais. Uma atenção especial tem sido dada às adaptações intencionais, que abrem um panorama amplo de possibilidades de escolhas (coletivas e individuais) e propostas de políticas públicas que envolvem intervenção, planejamento e gestão com fins à mitigação de perdas e aumento da segurança (MARANDOLA JR. & HOGAN, 2005).

Outro conceito essencial ao estudo de riscos é o de capacidade de absorção. Esta noção advém do conceito físico de resiliência, apropriado pela Ecologia e amplamente difundido no tratamento de questões ambientais. Trata-se da qualidade elástica e/ou plástica de absorção de um dado impacto e recuperação, sem que o estresse signifique ruptura dos elos fundamentais que identificam o sistema. A quebra da resiliência de um sistema, seja ecológico, social, político ou econômico produz um novo arranjo, cujo funcionamento não se pode prever. Em abordagem de riscos, seja qual for a dimensão e a escala de realidade trabalhada, estarão implicadas questões de **segurança e estabilidade** sistêmicas, porque as propriedades de absorção de

impactos pontuais dos sistemas mascaram as evidências da dilapidação gradual dos seus elos fundamentais. Rupturas nesse nível frequentemente conduzem a mudanças catastróficas (SCHEFFER & WALKER, 2001).

A sociedade dos riscos estrutura-se no terreno movediço da ameaça civilizatória indissolúvel. Considerando que cada elemento introduzido em um sistema gera novos padrões de interação, a profusão de inovações combinada à síndrome do *loop* e às limitações da herança cartesiana lançam desafios homéricos às gerações atuais e futuras. O processo de modernização guarda em si esta ambiguidade: na produção social do bem-estar e da riqueza gesta-se os riscos. Assim, sobrepõem-se os conflitos distributivos da sociedade da escassez com os conflitos da produção, definição e distribuição dos riscos científico-tecnológicos (BECK, 2010, p. 23).

A interpretação recursiva da sociedade de riscos possibilita a revelação do caráter de autoameaça dos perigos da modernidade tardia. Ao apontar o cunho social da produção dos riscos, Beck (2010) reitera a necessária dependência cognitiva dos riscos socialmente construídos. Ele afasta a possibilidade de tratamento objetivo dos riscos produzidos e os distingue das ameaças sensorialmente perceptíveis. As ameaças típicas desses tempos apresentam-se pulverizadas na teia de atividades cotidianas e são invisíveis aos cinco sentidos humanos. Por isso, sua explicitação demanda a mediação de um robusto aparato científico.

Daí decorre o papel central da ciência, antes de tudo, no rompimento com o torpor geral acarretado pelo turbilhão de progresso. Os rumos de desenvolvimento e suas consequências indesejáveis carecem da crítica para que se possa ponderar alternativas tecnológicas, organizacionais, políticas, culturais e econômicas. Por mais que a crítica possa vir de fora das searas científicas, decisivos serão os embates nos espaços de construção e legitimação do conhecimento, onde a ruptura com o senso comum e com a noção de um sentido natural percorrido pela humanidade torna-se possível.

Além disso, cabe à Academia reconhecer as limitações do saber técnico-científico, mesmo nos ambientes interdisciplinares, diante das ameaças civilizacionais crescentes. A experiência interdisciplinar tem apontando a necessidade de se fazer conversar o técnico com o prático-popular, pois existe uma sociedade em franco processo de complexificação e que, até certo ponto, impõe seu dinamismo à ordem de funcionamento dos sistemas naturais, recriando a natureza em natureza construída.

A formação técnica verdadeiramente apta a contribuir com a construção das formas seguras de uso e ocupação do espaço, portanto, deverá buscar, em toda nova intervenção, suprir as lacunas do alcance disciplinar e por-se ativamente em abertura ao diálogo de saberes científicos e não-científicos (LEFF, 2007, p. 173).

3. Tipos de risco, riscos urbanos e a natureza ambígua das inundações

O esforço de compreensão dos riscos nos leva à busca de tipificações que possibilitem distinções de caráter prático em um universo amplo de ameaças. Ao apresentar a tese da sociedade de risco, Beck (2010, p.362) diferencia os perigos e as inseguranças, dominantes em eras remotas, das incertezas de hoje. Sendo risco um conceito moderno, convencionou-se chamar de “ameaças” as doenças, as guerras e as epidemias de outrora. Por riscos, diferentemente, pressupõe-se decisões humanas e futuros humanamente produzidos. Portanto, nem os desastres naturais, atribuídos a vontades divinas ou às forças da natureza (ameaças) nem as incertezas calculáveis e passíveis de assegurar e compensação monetária (riscos) dão conta da natureza desta terceira categoria: a das “incertezas fabricadas”.

São as incertezas fabricadas, um tipo específico de risco, que protagonizam o cenário de perigos da modernidade tardia. Elas também dependem de decisões humanas, mas se impõem coletivamente, de forma tal que o indivíduo não pode delas se esquivar. Não são externalizáveis, calculáveis, controláveis ou asseguráveis privadamente, porque rompem com a experiência passada e com as respostas de rotina.

Outros autores tratam com menos rigor esta questão histórica e recorrem a uma taxonomia atemporal dos riscos. Dagnino e Carpi Junior (2007) distinguem quatro macroclasses: naturais, tecnológicos, ambientais e sociais. Estas categorias não são excludentes, ao contrário, superpõem-se, mas virtualmente mostram-se úteis à demarcação de grupos de naturezas diversas.

Os **riscos naturais**, por definição, englobam incertezas cuja construção social tem origem em um processo físico pressentido, percebido e suportado por um dado grupo. Veyret e Meschinet de Richemond (2007, p.64) subdividem-os em *de origem litosférica* e *de origem hidroclimática*. Terremotos, desmoronamentos de solo e

erupções vulcânicas identificam os processos físicos do primeiro grupo e, no segundo, engloba-se impactos decorrentes de ciclones, de tempestades, de nevascas intensas, de chuvas fortes e de granizo ou das secas.

Rebelo (2003, p. 11) refere-se diretamente a riscos tectônicos, magmáticos, climáticos, geomorfológicos e hidrológicos, um tratamento, portanto, menos hierárquico. De uma forma ou de outra, a singularidade dos riscos naturais reside sobre as causas físicas dessas áleas, que escapam largamente à intervenção humana. Sevá Filho (1988, p.82), chama-os **riscos telúricos** (relativo à Terra) e acrescenta à sua descrição um aspecto de globalidade e incontrollabilidade, que encerra a fragilidade humana frente a estas áleas.



Figura 1. Classes de riscos naturais de acordo com os recortes conceituais de Veyret e Meschinet de Richemond (2007) e Rebelo (2003).

Acerca dos **riscos sociais** ou **societais**, Vieillard-Baron (2007, p. 276)

chama a atenção para as imprecisões recorrentes no uso desses conceitos. Há uma polissemia intimamente associada à expressão “risco social” que decorre da própria noção de risco. Se definimos risco como a percepção de um ou mais sujeitos acerca da ocorrência de uma ameaça e vulnerabilidade como uma demarcação necessária da dimensão humana do risco e do alcance do dano, podemos dizer que toda espécie de risco prevê consequências humanas.

Esta ambiguidade também, de certa forma, põe em xeque a categoria dos riscos naturais, uma vez que não há risco livre de construção social. No entanto, estas noções tem sido largamente utilizadas e requisitar uma nova terminologia seria acrescentar um elemento complicador a um corpo científico ainda em consolidação. Tais redundâncias podem, sem embargo, ser dirimidas a partir da explicitação dos significados pretendidos aos termos.

Como foi dito, naturais seriam os tipos de riscos cujas causas escapam largamente ao controle humano. Nesta linha, são qualificados como sociais os riscos que antecipam a probabilidade de um acontecimento catastrófico para a coletividade humana, de consequências nefastas para a sociedade, em sua totalidade ou em parte. Portanto, considera-se a sociedade aqui referida como um todo cujo fundamento é a solidariedade. Os riscos sociais, desta forma, distinguem-se dos demais não por suas causas sociais, mas pelas consequências sociais de ameaças de origens quaisquer. Quando o viver em conjunto ou a coesão social são alvo, está-se tratando dos riscos sociais.

Historicamente, este campo de estudo tem-se voltado à investigação das percepções de insegurança e da violência, duas ameaças de vulto em ambientes urbanos. Trata-se, portanto, de riscos de delinquência, de criminalidade, riscos associados ao uso de drogas e ao narcotráfico, ligados a ideologias totalitárias, à guerra e ao terrorismo (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 275).

Posto assim, entende-se porque os estudiosos dos riscos sociais subdividem os em **exógenos** e **endógenos**. Uma vez que um risco social é reconhecido pelas suas consequências, em uma visão sociocêntrica, percebe-se as causas naturais de um perigo como fatores externos (riscos exógenos) e causas de perigos afeitas ao funcionamento das próprias sociedades como fatores de risco internos (riscos endógenos).

A diversidade de abordagens em classificação de riscos é enorme e, em nossa

tentativa de organização conceitual, situaremos horizontalmente as categorias de interesse a esta narrativa, sem, no entanto, impedi-las de se comunicar. A interação entre as categorias de classificação é um pressuposto para a existência de sinergia entre os riscos e este será nosso foco mais adiante.

Pinto (2007) apresenta um tratamento taxonômico cujas subcategorias alocaremos sob o guarda-chuva dos **riscos antropogênicos**. Compõem este quadro os riscos construídos, produtivos e culturais (o autor refere-se a riscos sociais, mas faremos uma adaptação para evitar conflito). De forma geral e, naturalmente, imprecisa, essa macroclasse de riscos contempla ameaças de causas essencialmente antrópicas: transformações econômicas e culturais da paisagem.

A toda espécie de transformação e intervenção humana estruturante no espaço natural: edificações, canalizações e retificações de leitos, pavimentações, e instalações de infraestrutura sanitária que ofereçam ameaças aos habitantes por inadequações locais e tecnológicas estarão associados riscos construídos. Transformações provocadas por traços culturais que acarretem em perdas e danos às comunidades, como práticas de queimadas e supressão de matas ciliares para cultivos, configuram **riscos culturais**. Por último, serão concebidos como **riscos produtivos** aqueles relativos a ameaças decorrentes de atividades industriais, situadas em quaisquer elos da cadeia de produção.

Os riscos produtivos, também conhecidos como industriais e tecnológicos, estão ligados a efeitos induzidos por eventos de poluição crônica (lenta e difusa) e acidental, a que estão sujeitas as atividades de produção, armazenagem e transporte de materiais perigosos. Veyret e Meschinet de Richemond (2007, p. 70) distinguem um grupo específico a que chamam de riscos industriais maiores. As ameaças fontes desses riscos são: explosões, vazamentos de produtos tóxicos e incêndios. São riscos de baixa probabilidade de ocorrência, mas de efeitos geralmente catastróficos, podendo repercutir em ameaças à coletividade (riscos sociais) e aos poderes constituídos. Apesar de merecerem uma atenção especial, os riscos nucleares constituem um subtipo daquilo que nomearemos por risco produtivo maior.

Ao lado dos riscos antropogênicos, situaremos os **riscos econômicos**. A especificidade deste grupo reside na percepção que se tem das consequências eventuais da gestão da escassez. As escolhas estratégicas de economias nacionais e de empresas exploradoras de recursos (renováveis ou não) sujeitam as populações

dependentes destes bens a inseguranças em termos de provimento de necessidades e, quanto mais indispensáveis forem os recursos, mais facilmente estas inseguranças tendem a traduzir-se em conflitos latentes ou abertos. Água, terra e petróleo são exemplos de recursos sobre os quais conflitos intra e internacionais tem historicamente orbitado. Aqui também estão incluídos os riscos de mercado, associados a decisões de investimento e corte normalmente motivados pela concorrência. As possibilidades de ganhos e perdas envolvidas nessas decisões dependem de uma rede intrincada de agentes econômicos e oscilações de preços que frequentemente fogem ao controle do tomador de decisão. Não raro os riscos econômicos engendram riscos sociais. Em agricultura, más escolhas podem concretizar-se em situações de insegurança alimentar e, de um modo geral para todos os setores, em inseguranças financeiras que retraem crédito e consumo, geram desemprego e distúrbios sistêmicos.

Para o desfecho desta empreitada classificatória, reservamos duas metacategorias, que não podem ser tratadas no mesmo plano das demais: o grupo dos **riscos à saúde** e o dos **riscos ambientais**. Boa parte dos riscos apresentados trazem, em alguma medida, prejuízos à integridade de indivíduos e de grupos sociais. Sejam perdas materiais, mortes, traumas físicos, danos psicológicos ou doenças, em última instância, as injúrias podem ser traduzidas em termos de saúde. As poluições, responsáveis pela percepção dos riscos produtivos, contaminações de mananciais e de alimentos, insalubridades múltiplas suportadas em ambientes de trabalho; incivildades, guerras e violência urbana no âmbito dos riscos sociais; desabamento de construções e desbarrancamentos de solo em áreas íngremes relativos a riscos construídos; e toda a fragilidade humana posta em xeque ante às catástrofes associadas aos riscos naturais e telúricos são exemplos.

Os riscos à saúde são fruto de uma reflexão secundária à compressão do espectro de riscos apresentado de diferentes causas e consequências. Como cada organismo responde de modo muito singular a cada provação, para cada situação caberá a pergunta: que riscos à saúde decorrem do risco primário considerado? Somente conduzindo as análises de risco a esta última etapa, poderemos tomar decisões consequentes sobre os graus de aceitabilidade das incertezas produzidas a que nos expomos.

Desta consideração sobre o refinamento das análises possíveis em termos de riscos de impacto ao bem-estar e à qualidade de vida das populações lançamos mão

do conceito abrangente de risco ambiental. Para definir esta categoria, apoiamos-nos no conceito de ambiente como concebido por Leff (2007), para quem este ente significa, antes de tudo, o espaço de problematização das limitações das operações disjuntivas, procedimento que fizemos há pouco no esforço de compreensão didática do universo de categorias de risco. Para Veyret e Meschinet de Richemond (2007, p. 63) o risco ambiental é a percepção sobre ameaças associadas entre riscos naturais e riscos decorrentes de processos naturais agravados por ação humana e pela ocupação do território. Neste trabalho, tomaremos esta definição numa perspectiva mais ampla, em que o risco ambiental se fará presente sempre que se perceber padrões de interação entre as categorias de risco primário apresentadas. A seguir esboçaremos algumas destas possibilidades de interação.

4. Relações de risco

Uma subcategoria de riscos naturais não apresentada no panorama de classificação exposto foi, na verdade, reservada para tratamento à parte. São os chamados **riscos naturais agravados ou provocados pelas atividades humanas**. Veyret e Meschinet de Richemond (2007, p. 67) definem-os como resultantes de áleas cujo impacto esperado torna-se mais dramático pelas formas praticadas de uso e ocupação do território. Nesta classe, agrupam-se riscos associados: à suscetibilidade a erosões, às desertificações, às secas, aos incêndios e às poluições.

Os incêndios em áreas verdes urbanas, zonas rurais e florestas protegidas resultam da frequência de atividades nas florestas e em áreas do entorno. A instalação de *campings*, casas de veraneio ou mesmo incursões esporádicas às matas, para caça ou extração de recursos, por exemplo, constituem fatores de risco nessas áreas. Os riscos de incêndio são potencializados quando estas incursões se dão em períodos de estiagem, a depender dos cuidados adotados pelos frequentadores e do respeito a normas de segurança, além dos tipos e níveis de manejo dessas áreas.

De maneira similar, os riscos de poluição são aqui abordados sob o ponto de vista dos agravos decorrentes de uso. Nesse caso, como resultado de variações bruscas no nível de demandas infligidas sobre determinada infraestrutura de suporte. A inadequação de sistemas de abastecimento, transporte, esgotamento sanitário,

coleta, destinação e tratamento adequado de resíduos a altas demandas sazonais leva ao colapso desses sistemas e a complicações diversas. O incremento do fluxo de visitas a sítios turísticos em períodos de alta estação ou em função de eventos tradicionais de vulto, em geral, extrapola a capacidade de tratamento das águas servidas. Este se torna, então, um quadro recorrente: com a vinda das chuvas, os efluentes conduzidos em sistemas de separação incompleta alcançam com facilidade os cursos d'água, poluindo-os (VEYRET; MESCHINET DE RICHEMOND, 2007, p. 69).

Já a aceleração dos processos erosivos, as secas e as desertificações são vistos como processos de ocorrência natural em regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, ainda que induzidos ou exacerbados pela ação humana. A importância da parcela de contribuição antrópica para este fenômeno tem crescido muito com o cenário de incertezas que anunciam as mudanças climáticas em curso:

Erros passados, políticas mal concebidas e práticas predatórias resultaram em condições ambientais e sociais que não podem ser facilmente revertidas na ausência de esforços de desenvolvimento substanciais e constantes e que requeiram crescente apoio financeiro nacional e internacional. A decrescente produtividade dos recursos naturais nas Regiões Secas, a prevalência de pobreza e as significantes desigualdades, bem como as fraquezas institucionais, devem piorar com o agravamento da variabilidade e da mudança do clima. (...)

Eventos climáticos extremos em diversas partes do mundo – recentes enchentes no Paquistão, incêndios na Rússia e na Indonésia, tempestades de areia na China, comportamento errático das monções na Índia, secas e déficits alimentares na África Sub-Sahariana, secas severas prolongadas e falta de água no norte do México e nordeste do Brasil, entre outros eventos desastrosos em outros lugares – enfatizam a urgência para que os governos se preparem para um clima incerto no futuro. (DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, 2010)

Períodos de seca, assim como expressões pontuais de processos erosivos produzem efeitos de desertificação, mas o fenômeno em si é identificado quando se verifica traços de irreversibilidade a curto e médio prazo nas mudanças ocorridas na paisagem. Por desertificação, portanto, entende-se um quadro aprofundado de

degradação de solos e da cobertura vegetal com sensível comprometimento do potencial biológico. As causas comuns são afeitas a má gestão dos recursos naturais (uso excessivo de pastagens, extração de madeira e outros recursos florestais além do ritmo de reposição e manejo inadequado dos solos), situação de descompasso entre demanda e capacidade de provimento, a qual as secas prolongadas, muitas vezes, prestam-se apenas a revelar.

Uma vez apresentados os riscos naturais agravados ou provocados por ação humana, já podemos nos perguntar o que são relações de risco. Pois bem, a considerar a natureza probabilística da noção de risco, investigações acerca de possíveis interações entre grupos bem definidos de ameaças e vulnerabilidades situadas em categorias distintas daquelas propostas deverão voltar-se a um aprofundamento sistêmico dos padrões de manifestação das crises.

A pergunta agora se apresenta de outra forma: em que medida uma classe de riscos bem estabelecida tem suas formas de materialização em crise antecipadas, agravadas, anuladas, amortecidas ou sucedidas (como ignição de disparo) por outra classe de risco?

A medida que um padrão de ameaças, efeitos, situações de exposição e vulnerabilidades torna-se bem compreendido, naturalmente funda-se em torno desses fatores uma nova classe de risco e, daí em diante, seus elementos de constituição passam a ser percebidos segundo a estrutura de funcionamento estudada. Verifiquemos como esse processo pode interferir na apreensão e na consideração consequente de uma situação de risco mais próxima da realidade complexa.

No ano de 1999, a cidade turca de Izmit, distante 150 km de Istambul, presenciou um terremoto de magnitude 7,4. O abalo sísmico provocou entre 17 e 30 mil mortes, demandou ajuda internacional e expôs a fragilidade e a ausência de mecanismos de prevenção a impactos de tremores na Turquia (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 309).

À sequência da catástrofe, mudanças foram anunciadas sob diversas frentes. Notadamente, um discurso de combate aos efeitos sociais dos terremotos ganhou destaque na mídia como forma de prevenção a riscos sociais e urbanos, pois o quadro anterior de carências de prevenção abriam espaço para perda de representatividade política com vistas a revoltas e a risco de intervenção autocrática.

Análises mais críticas das medidas adotadas no pós-crise revelaram o paradoxo entre o discurso hegemônico de reestruturação proferido e o nível de

comprometimento com o enfrentamento da natureza complexa dos riscos urbanos a que se dizia combater (PÉROUSE, 2001).

De modo geral, em Istambul, foram os bairros populares, cujas construções informais ergueram-se alheias às normas de edificação parassísmica, os mais afetados. Como de praxe, setores historicamente vulnerabilizados receberam as coronhadas mais fortes da crise e são também aqueles que se veem mais desprovidos de meios para se reerguer e ressarcir suas perdas. Foi assim, que inúmeras associações de bairro, de proteção civil e de amparo a vítimas surgiram ou se firmaram no pós-crise.

Parte dessas associações não se fundaram de modo espontâneo, foram, na verdade, criadas pela prefeitura. Propagava-se, paralelamente, a ideia de que a reestruturação de uma Turquia abalada dava-se com eficiência devido ao esforço comum da sociedade e em nome da solidariedade a que o sismo teria permitido aflorar. No mesmo ano, porém, o vetor de crescimento urbano de Istambul desviou-se para as periferias mais seguras da cidade onde se formaram comunidades fechadas. Entre os planos de governo, consta a construção de unidades-piloto de 25 mil habitantes em setores distantes das zonas de risco, com subsídios para atrativos de indústrias e serviços (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 310).

Lugares que antes eram considerados bons bairros caíram em descrédito por virem-se açambarcados pelas raias delimitadoras de risco. Em 2002, existiam mais de 220 comunidades fechadas em Istambul e o debate inicial sobre as formas de viver em conjunto na cidade havia cedido espaço para o enfrentamento da violência e à propagação do discurso do medo. Outros bairros periféricos aprofundaram seus estigmas e seus moradores passaram a sofrer com a discriminação social e com a dificuldade de arranjar trabalho.

Sob essa perspectiva, a manifestação do risco sísmico, a ocorrência do terremoto e a consideração das chances de ocorrências futuras deram origem a um furor de resposta à situação de desamparo geral, que, por seu turno, engendrou especulações sobre riscos sociais e urbanos. A médio prazo, as ações respaldadas por esse discurso de prevenção aprofundaram um quadro de fragmentação urbana e divisão social já presente na Istambul de antes do terremoto, mas que de ali em diante assumia os contornos e as proporções de um temerário estado de risco urbano maior.

Entendemos que esta ponderação sobre as relações de risco no caso de Istambul só foi possível graças a um acompanhamento sistêmico e atento dos desdobramentos

históricos do caso. De outro modo, inadvertidamente, a mesma questão poderia ser analisada do modo tradicional, em duas frentes paralelas e independentes de estudo: uma sobre os riscos naturais e outra sobre os riscos sociais e urbanos, pois cada dimensão possui elementos o suficiente a considerar em sua estrita seara, sem que necessariamente assumam o problema como um mesmo problema de ordem complexa e, portanto, digno de mútua ou múltipla consideração.

O que gostaríamos de ressaltar no caso do sismo de 1999 diz respeito à forma como a segregação socioespacial se acirra e se coloca de fundo a medida que a temática dos riscos naturais é apropriada como instrumento político de mediação dos ânimos e de controle de índices de satisfação do eleitorado. O mesmo vale para a ênfase midiática na violência urbana como causa e fim em si. Nesse sentido, Vieillard-Baron pontua:

As origens das catástrofes - cujas causas e consequências convêm elucidar para que melhor se conheçam os riscos incorridos pelo homem – são múltiplas e frequentemente interdependentes. Uma primeira abordagem mostra que as cadeias causais que as produzem se tornam mais complexas com o tempo e com o crescimento econômico, e que o território é diretamente afetado como suporte dos riscos e lugar maior de interações. (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 275)

Portanto, se admitimos a complexidade dessas questões, devemos também rejeitar atalhos travestidos de soluções, que, quase sempre, aprofundam os problemas a que se propõem resolver. A cidade, ou melhor, o ambiente urbano, é o lugar de excelência das sobreposições e das interações de risco, porque concentra uma ampla diversidade de feições paisagísticas, um variado leque de demandas de uso do solo e de projetos de desenvolvimento em disputa, além dos inúmeros alvos e vulnerabilidades distribuídos no espaço. É nessa linha que pretendemos avaliar a profundidade das cadeias causais relativas aos riscos de inundações urbanas e deslocar o lugar comum de tratamento corrente no âmbito dos riscos naturais.

5. Inundações: estruturantes climáticos, fisiográficos e socioeconômicos

Nesta seção, caracterizaremos as relações sistêmicas que permeiam a problemática das inundações urbanas segundo o método de modelagem diagramática proposto por Berçot (2009, p. 58). A autora ressalta o potencial das representações gráficas no exercício de elaboração e reelaboração de problemáticas de pesquisa sobre sistemas socioambientais.

Os modelos de representação diagramática nesta proposta devem ser construídos com elementos que não se repetem no sistema, representados por palavras ou expressões curtas (substantivos, sempre que possível, não adjetivados). Os elementos deverão ser subdivididos em categorias comuns aos diagramas trabalhados e suas relações representadas por setas. Traços contínuos simbolizam relações diretas (positivas) e pontilhados, as relações inversas (negativas). Por fim, dar-se-á destaque aos ciclos de retroalimentação identificados. Ciclos de amplificação virão em azul e ciclos de estabilização em setas vermelhas. Esta última fase, porém, não será aqui discutida por fugir ao escopo do artigo.

Como ponto de partida para a construção do diagrama, foram destacados três processos centrais na produção do espaço urbano: a especulação imobiliária, a exploração do trabalho e a espoliação urbana. Este último conceito foi cunhado por Kowarick (2000) e trata-se de um somatório de condições que dizem respeito à inexistência ou à precariedade de serviços de consumo coletivo (serviços urbanos) que se mostram socialmente necessários à reprodução dos trabalhadores.

O objetivo geral dos diagramas construídos é representar genericamente o padrão de formação e expansão do sistema urbano brasileiro, de forma que se permita relacionar o mosaico de diferentes usos e ocupações do solo à capacidade interna de provisão de serviços ambientais, a saber o serviço de drenagem hídrica superficial (*regulação de inundações*, no diagrama). Esta dinâmica é problematizada com base na tendência de aumento crescente das porções de superfície impermeabilizada do solo urbano. Quanto mais avança o binômio edificação-pavimentação segundo o modelo clássico de urbanização higienista, ou seja, suprimindo a cobertura vegetal e compactando o solo, menor a capacidade de infiltração das águas pluviais e maior e mais rápido o acúmulo nos exultórios, intensificando as cheias e favorecendo eventos de enchentes e inundações nas cidades.

A identificação de áreas de ocorrência de enchentes e inundações, tais como as zonas de risco sísmico em Istambul, tem significado dramático em um espaço urbano intensamente disputado. O crescimento desordenado das cidades através da ocupação de áreas problemáticas (encostas de morros e planícies de inundação às margens de rios e lagoas) gera vertiginosa degradação do meio ambiente e expõe seus moradores, em geral, grupos de baixa renda, a ameaças diversas. O caráter irregular dessas ocupações e a recorrente negligência por parte do poder público com os grupos que as habitam imprimem com frequência padrões de assentamentos insalubres, expondo esses grupos a sério risco ambiental.

Nos diagramas (**Figuras 2, 3, 4 e 5**), procuramos demonstrar a dinâmica de ocupação dos espaços de exceção e o caráter crítico dos elementos que influenciam a capacidade de fixação dos trabalhadores em suas moradias. O custo de manutenção de serviços urbanos por parte do poder público guarda relação profunda com o controle que esse mesmo poder exerce sobre o mercado de trabalho (evitando a depreciação dos salários) e sobre o mercado imobiliário (regulando a especulação imobiliária e o *Laissez faire* que conduz ao caos urbano e ao comprometimento dos serviços ambientais locais).

Dessa forma, ficam expostas as dimensões social, econômica e ambiental do conflito subjacente ao processo de produção do espaço intraurbano e o alerta à tendência de especialização da metrópole como centros de consumo de recursos e processos ecológicos dos ecossistemas extraurbanos. Uma vez comprometidos os processos internos de sustentação à vida, quando não respeitados os limites e a capacidade de suporte do sistema, tem início um efeito cascata de degradação da qualidade de vida urbana e o quadro de desigualdade socioeconômica faz com que os prejuízos sejam sentidos também de forma desigual.

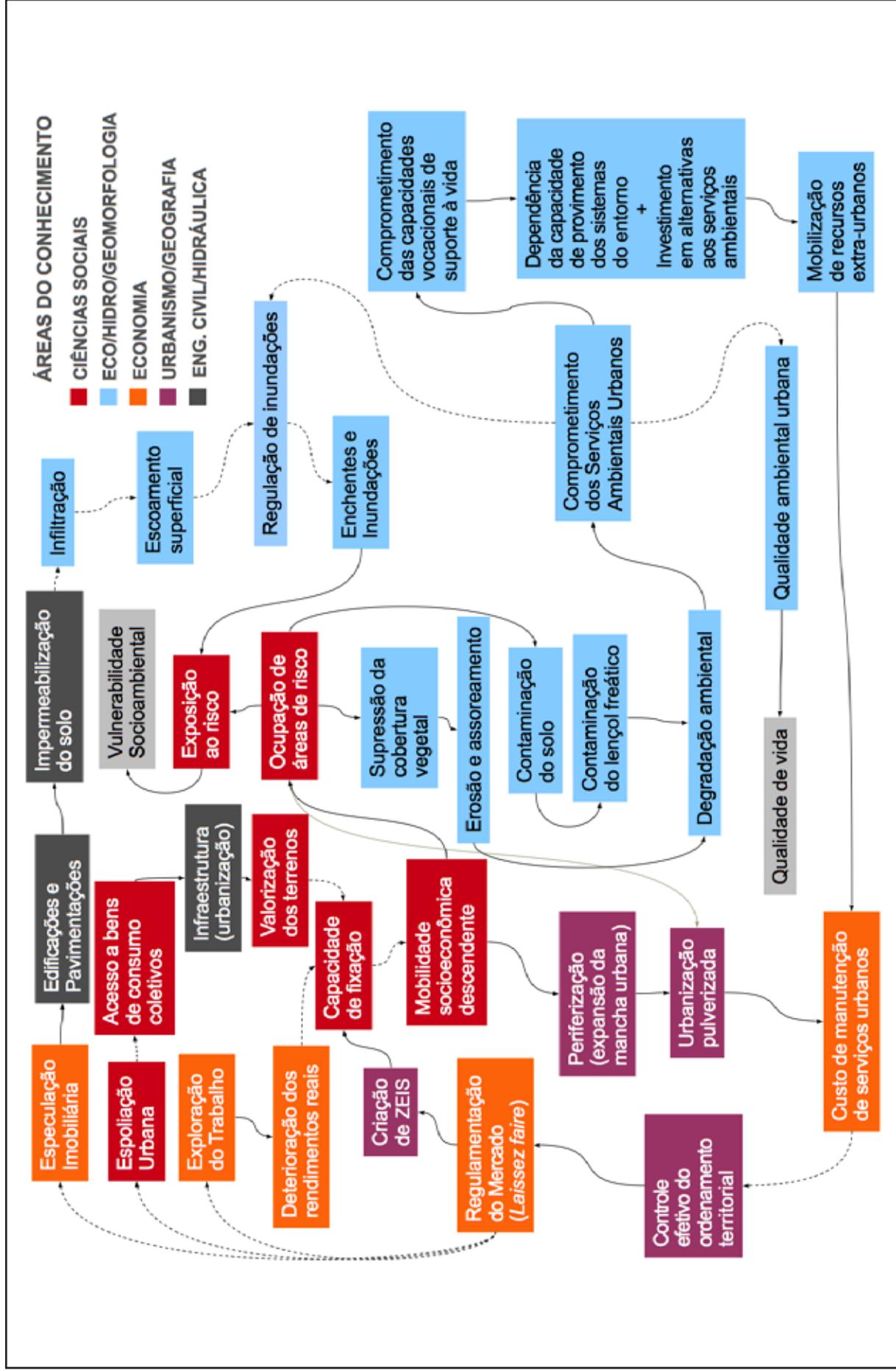


Figura 4. Áreas do conhecimento envolvidas da construção do risco de inundação urbana, indicadoras de complexidade.

Elaborado pelo autor.

6. Considerações finais: Em busca da resiliência do sistema urbano

Como havíamos postulado, riscos são construções sociais passíveis de mediação em todos os níveis. Nesse sentido, o primeiro movimento de resposta a qualquer evidência nova de ameaça pode ser comparado a um ato-reflexo, a rejeição ou a negação. Isso ocorre por um motivo simples: a inexistência de um risco é pressuposta até que se prove o contrário. Segue-se, neste caso, o princípio *in dubio pro progresso*, que significa: na dúvida, deixa estar (BECK, 2010, p. 41).

Situações de ameaça de forte dependência cognitiva, como as que temos nos reportado, precisam romper com o senso comum de um estado de segurança e nascer cientificamente. Ameaças ditas sistêmicas gozam ainda de um cenário de pulverização das responsabilidades devido à alta diferenciação da divisão do trabalho em meio a uma multiplicidade de atores, lugares e condições. As causas e os culpados diluem-se numa cumplicidade e numa irresponsabilidade geral, como se não houvesse escolha a um curso de destino natural. Desse modo, sob o véu da complexidade sistêmica e da moral corporativa, pode-se fazer algo danoso e continuar a fazê-lo sem que se tenha de responder pessoalmente pelas consequências desses feitos.

Ainda que a forma de apreensão social de uma construção científica escape largamente à solidez metodológica dessa construção e funcione numa dinâmica própria de divulgação e mediação junto à massa da opinião pública, assumimos a relevância do papel científico de aprofundar superficialidades e afastar tratamentos simplificadores que sombreiam causalidades complexas. Ainda que não haja garantia da permeabilidade e do aceite da sociedade ou mesmo dos pares científicos dos postulados sobre relações de risco de inundações urbanas, compreendemos que, sem isso, as sociedades estão condenadas às vicissitudes cíclicas das soluções pontuais que, por vezes, acirram problemas. Ou, na metáfora de Sevcenko, condenadas ao passeio na espiral sem fim.

Assim, realizamos operações de ajuste e refinamento das causalidades em torno dos fatores que contribuem para a construção do quadro genérico de risco de inundação nos sistemas urbanos brasileiros. Fizemos isto a fim de viabilizar a consideração efetiva das consequências de implementação do modelo tradicional de uso e ocupação do solo urbano à vida e ao bem-estar da totalidade dos habitantes, com destaque para os grupos historicamente vulnerabilizados.

Referências

- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.
- BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BERÇOT, M. DE A. Uma questão de perspectiva: os enfoques especialista e local sobre o contexto de saúde e ambiente na região do médio Tapajós, Amazônia brasileira. [s.l.] Universidade de Brasília, 2009.
- BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- DAGNINO, R. DE S.; CARPI JUNIOR, S. Risco ambiental: conceitos e aplicações. CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem, v. 2, n. 2, 2007.
- DECLARAÇÃO DE FORTALEZA. Regiões secas: um chamado para ação. Disponível em: <http://www.icid18.org/?locale=pt&m=conteudo&a=declaration_fortaleza>. Acesso em: 16 set. 2013.
- KOWARICK, L. Escritos urbanos. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LEFF, E. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22, n. 1, p. 29–53, 2005.
- MEADOWS, D. H. et al. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- PINTO, A. L. Riscos naturais e carta de riscos ambientais: us estudo de caso da bacia do córrego Fundo, Aquidauana/MS. Climatologia e Estudos da Paisagem, v. 2, n. 1, 2007.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina: Editora Planta, 2001.
- REBELO, F. Riscos naturais e acção antrópica: estudos e reflexões. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2003.
- ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. Ecology and ..., 2009.
- SCHEFFER, M.; WALKER, B. Catastrophic shifts in ecosystems. v. 413, n. October, 2001.
- SEVÁ FILHO, A. O. No limite dos riscos e da dominação: a politização dos investimentos industriais de grande porte, 1988. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.
- SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VASCONCELLOS, M. J. E. DE. Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

VEYRET, Y. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Y.; MESCHINET DE RICHEMOND, N. Os tipos de risco. In: Os riscos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

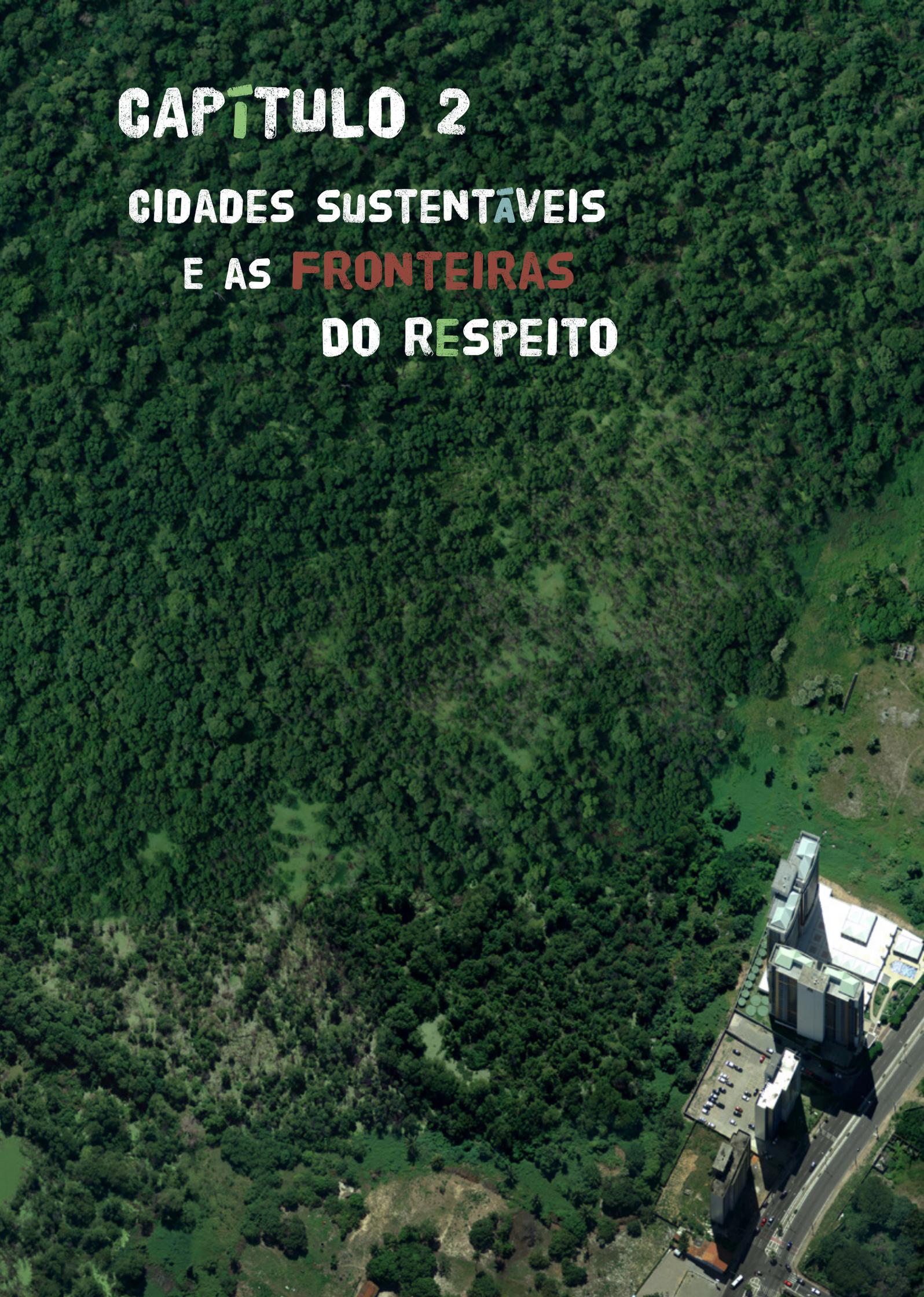
VIEILLARD-BARON, H. Os riscos sociais. In: Os riscos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CAPÍTULO 2

CIDADES SUSTENTÁVEIS

E AS **FRONTEIRAS**

DO RESPEITO



Capítulo 2. Cidades sustentáveis e as fronteiras do respeito

Pablo Pimentel Pessoa

RESUMO

As principais abordagens de desenvolvimento urbano sustentável (cidades corrigidas, redesenhadas e autônomas) foram discutidas em cotejamento à diversidade de discursos e embates situados ao campo amplo da sustentabilidade. Um breve panorama da emergência do fenômeno urbano em meio à história das cidades é apresentado como subsídio à defesa da retomada de funções negligenciadas pela consagração da racionalidade instrumental propagandeada pelo urbanismo progressista do século 20. As possibilidades de superação dos gargalos que atravancam a transição da sociedade urbana a uma relação sistêmica de base sustentável são identificadas e apontadas, com ênfase a um necessário respeito às preexistências, à universalização do direito à cidade e às capacidades de suporte dos sistemas socioambientais intraurbanos.

1. Introdução: Dos maus negócios

*“Encostei-me a ti, sabendo que eras somente onda.
Sabendo bem que eras nuvem, depus a minha vida em ti.
Como sabia bem tudo isso, e dei-me ao teu destino, frágil,
Fiquei sem poder chorar quando caí.”*

Epigrama N°8, Cecília Meireles

O que poderia desejar uma nação subdesenvolvida (este todo contingente, de aparente polifonia, desprovida de acordo e de comum vontade) com mais força e fervor que alcançar, o quanto antes, o momento reticentemente reservado a um tempo futuro da conquista do título de país e povo desenvolvido? Esta parece a marca persistente da insatisfação que impregna a história das sociedades sul-americanas. Porque “tem sempre alguém vendendo o mesmo peixe, dizendo que é fresco”* e nós seguimos, geração a geração, trocando irmãos por espelhos, mães por pensões e nutrindo-nos de frágeis, cada vez mais absurdamente frágeis, promessas de alforria

definitiva e paz.

Não sem resistência, os movimentos de luta às formas sistêmicas de dominação do homem sobre o homem tem percebido, nos três últimos decênios, que esta exploração sem trégua se dá de forma muito semelhante sobre a natureza e, mais que isso, o quanto o comprometimento de funções naturalmente desempenhadas pelos sistemas vivos revelam a face mais dramática da desigualdade na distribuição das condições de vida. Isto porque restringem, inclusive, a sobrevivência à margem das economias formais. O mesmo poderia ser dito dos movimentos ambientais e de seu despertar às causas sociais em caminho inverso.

Felizmente, os discursos críticos tem caminhado num sentido de confluência e mútuo reconhecimento enquanto **questões socioambientais**, de forma tal que as novas apropriações de discurso e meandros retóricos por parte daqueles que os enfrentam nos embates diários haverão de lidar com um nível mais elevado de dificuldade à tarefa de ludíbrio: a conversa de pescador. Em todo caso, a emergência moderna de uma questão ambiental global, a popularização de uma percepção acerca de possíveis limites à alteração das paisagens e dos ecossistemas em função, é claro, das primeiras verificações dos elos causais entre as atividades humanas e os efeitos deletérios dessas ações, apontam cada vez mais para uma visão crítica do progresso.

Afinal, reconhecemos isto: desenvolvimento carece de adjetivação (SACHS, 2004). Se mesmo assim, este termo não se mostrar capaz de referir-se à vida humana como fim, então não servirá sequer de régua à econometria, porque tampouco a seara disciplinar econômica tem conseguido emitir pronunciamentos de cúpula livres de constrangimentos. Ainda que tenhamos aprendido historicamente a conviver com a desigualdade entre países, regiões, estados, cidades, bairros e pessoas, com a consagração de privilégios em detrimento da universalização de direitos, que tenhamos feito concessões além das elásticas linhas da dignidade, reconhecido e admitido a existência de cidadãos de segunda categoria por todos os segmentos, omitindo a face de sujeitos responsáveis sob a figura de pessoas jurídicas esquizofrênicas de atitude corporativa, que personagem poderia neste cenário engessado turvar e romper com a paralisia da injustiça generalizada?

Assim como o limite da civilização é a barbárie, o abuso dos sistemas vivos resulta em crise estrutural. Quando se rompem o elos fundamentais que sustentam um sistema complexo, dá-se a quebra da resiliência. A ruptura de um estado de equilíbrio

de fluxos e estoques via de regra conduz a um novo arranjo de componentes, cuja transição, até onde se sabe, tende à mudança catastrófica (SCHEFFER; WALKER, 2001).

O cenário de incertezas anunciado, em escala global, pelas mudanças climáticas e, a nível regional e local, pelo esgotamento de recursos e agravamento de dependências territoriais por solapamento de serviços mínimos de suporte à vida nos parece agregar a dose de constrangimento necessário aos espaços públicos, políticos e acadêmicos à reabertura da discussão sobre as formas atuais de se ocupar, transformar e distribuir o espaço em que se vive. Se o espaço em que se vive já é majoritariamente e segue, cada vez mais, urbano; se existe uma centralidade capaz de aglomerar os atores e os conflitos-chave das referidas questões socioambientais, ainda que sejam apenas emissários de demandas que se processam em espaços longínquos e envolvam outros atores, esses motivos confeririam às cidades e, sobretudo, às metrópoles o status de arena privilegiada para ocorrência dos embates acerca do futuro da humanidade. A nossa proposição aqui é de que, para as condições históricas atuais, a sustentabilidade intraurbana precede e deve ser prioridade às demais políticas de gestão de um mundo justo, democrático e sustentável.

2. Sustentabilidade: Um campo cambiante

“Porque esta vida é sempre um desfilar safado de ideias”

Ideias, Ednardo *

Antes de ingressarmos no debate dos temas urbanos e de como poderia vir a ser concebido este modelo de cidade sustentável em respeito às fronteiras de dignidade, reconhecemos a precedência de estabelecermos em nossas suposições a **sustentabilidade** não como uma noção acabada ou em vias de amadurecimento rumo à consolidação, mas como um terreno indissolúvel de tensões e de disputa. A apresentação do panorama de posicionamentos e atores situados em torno desse tema, – primeiramente referido como **ecodesenvolvimento**; clivado, em seguida, ao binômio **desenvolvimento sustentável**; e, mais recentemente, tornado novamente um termo uno – será nosso ponto de partida para situarmos as diferentes abordagens

de desenvolvimento urbano: as intervenções planejadas e as formas espontâneas de uso e ocupação do solo urbano, cuja proximidade ou distância poderia ser tomada daquilo que definiremos como uma morfodinâmica sustentável da produção social do espaço urbano.

São diversos também os esforços de tipificação e reconhecimento dos traços que caracterizam a identidade das múltiplas leituras sobre sustentabilidade. Hopwood e colaboradores (2005) mapearam tendências segundo um espectro de combinações possíveis entre graus de sensibilidade a temas socioeconômico-distributivos e graus de percepções sobre questões ambientais. Desse trabalho de distinção, eles identificam três grandes grupos: os mantenedores do *status quo*, os reformistas e os transformadores (**Figura 1**).

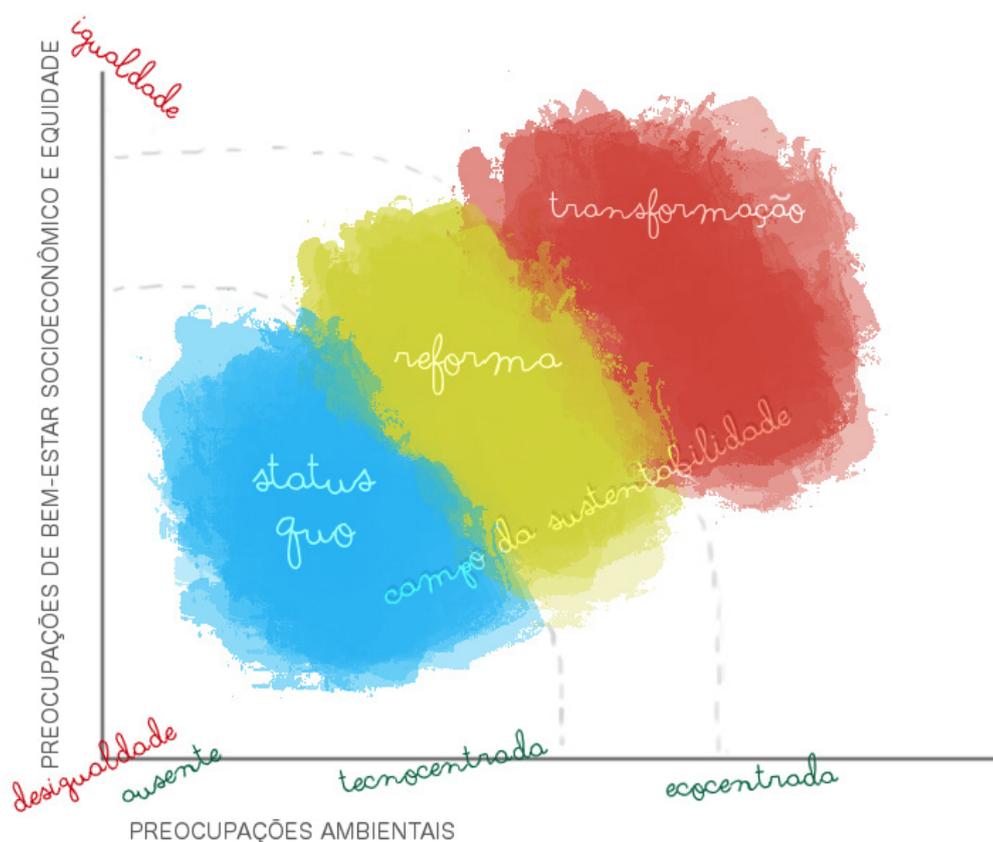


Figura 1. Panorama do campo da sustentabilidade e subcampos.
Adaptado de Hopwood (2005). Elaborado pelo autor.

O modelo proposto por Hopwood e colaboradores (2005) apoia-se no gradiente de visões ambientais de O’Riordan (1989) entre os extremos do tecno e do ecocentrismo. Antecipamos que todo esforço de classificação, seja por definição a priori de conceitos ou por estratégias de análises discursivas acerca dos usos correntes dos termos na vida política, resultarão em simplificação do debate. Este parece, no entanto, um movimento inicial necessário, se estamos nos propondo a acessar as insustentabilidades que permeiam as formas urbanas contemporâneas, ainda que saibamos e não nos descuidemos da herança infernal atribuída ao “pecado original” do método de Descartes. Os autores deste modelo, porém, como pretendemos também fazê-lo, complexificam aquele gradiente, acrescentando um eixo novo à parte, referente à variável das visões socioeconômicas. Fazem isso por entenderem que sustentabilidade e justiça social não necessariamente convergem ou se aglutinam entre posturas majoritariamente progressistas e conservadoras. Dessa forma, posicionam-se, ao longo do espectro, as diferentes interpretações e posturas diante do campo da sustentabilidade (**Figura 2**). Vale destacar a presença de atores e discursos situados à margem do campo delimitado pela área colorida (fronteiras do campo de debate), por não contemplarem satisfatoriamente algum dos eixos fundamentais considerados.

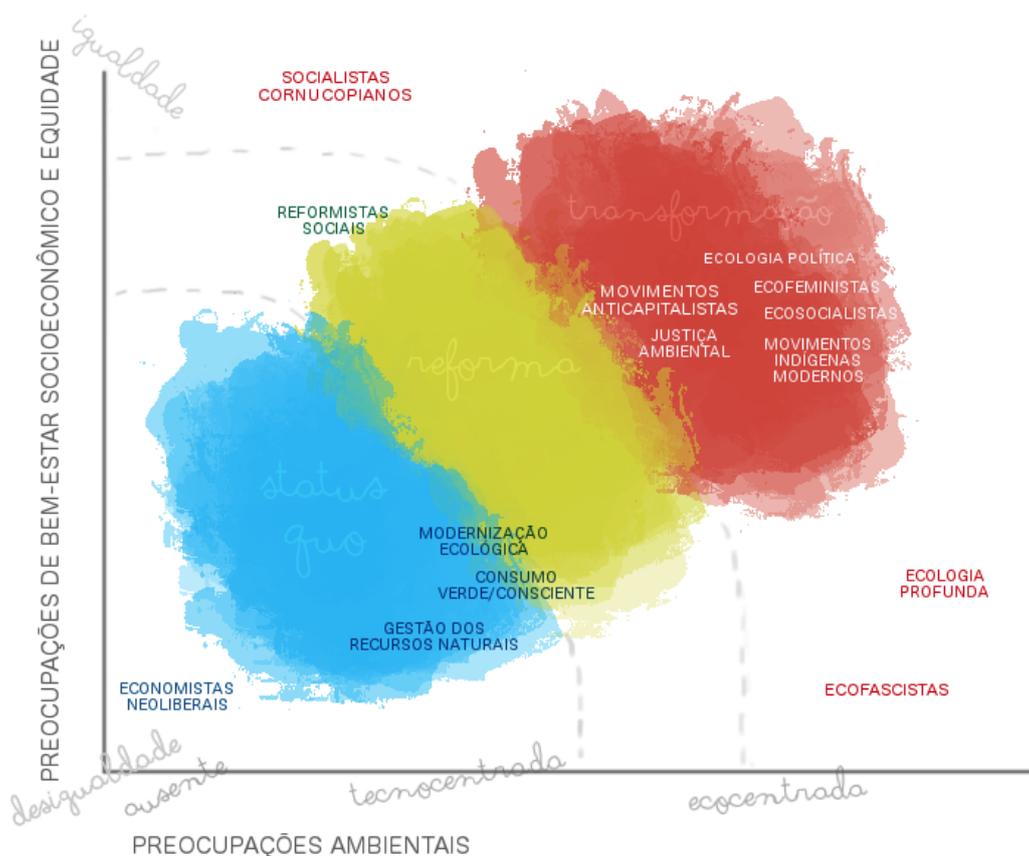


Figura 2. Posicionamento de agentes e discursos no campo. Adaptado de Hopwood (2005). Elaborado pelo autor.

Nascimento (2012) faz uso de outra estratégia também simplificadora e recorre às diferenças na percepção comum de uma ameaça à humanidade. O autor parte em defesa da hipótese de estruturação de um novo campo social, como definido por Bourdieu, articulado em torno da sustentabilidade, para o qual caberiam, portanto, regras próprias de ingresso, regularidades próprias ao jogo, agentes reconhecíveis, capitais específicos e formas de desempenho no uso desses capitais. As vantagens deste tratamento e, portanto, do abandono do uso de sustentabilidade como conceito ou valor, residiriam na explicitação das lógicas dos debates em torno do futuro da humanidade, da identificação de seus agentes, recursos e das razões dos embates. No plano político, isto abriria margem para análises mais objetivas e francas discussões de divergências entre os participantes do campo.

À divisão de subcampos proposta por Nascimento (2012), há uma primeira corrente a perceber este futuro ameaçado como uma **ameça à Terra**, em decorrência

das mudanças climáticas em curso. Um segundo grupo estaria preocupado com a **ameaça à vida na Terra** em função do aquecimento global, mas também por conta da degradação crescente da biodiversidade global, dos solos e dos recursos hídricos. O autor considera esses dois primeiros subcampos como situados ao plano do imaginário dadas as suas frágeis fundamentações lógicas alheias à história geológica e aos conhecidos meandros evolutivos desde o surgimento da vida na Terra.

No plano das possibilidades, Nascimento (2012) identifica um terceiro grupo, este preocupado com a **ameaça à vida humana na Terra**. Aqui também os principais alertas tem origem nas mudanças climáticas e na suposição de configuração dos cenários anunciados pelo Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC). À última corrente tratada pelo autor restaria a percepção de uma **ameaça às condições de vida humana na Terra**. Do terceiro subcampo para este último, rompe-se o plano das ocorrências possíveis rumo ao espaço das ocorrências prováveis. Nesse caso, passam a ser consideradas as variáveis sociais e econômicas. Ainda que o aquecimento global possa vir a ocupar lugar central, em geral, ocorre um deslocamento desse tema para viabilizar a contemplação de um quadro mais amplo das disfuncionalidades sociais, ecossistêmicas e das crises econômicas. É somente neste quarto subcampo que a sustentabilidade urbana é capaz de encontrar relevância e o espaço necessário para o amadurecimento do debate.

Uma terceira categorização, que deverá se mostrar útil aos nossos fins de análise, encontra-se nos trabalhos de Dobson (1998). O autor resume a diversidade encontrada na literatura sobre sustentabilidade a três concepções básicas, cujo princípio organizador provém das respostas possíveis à pergunta sobre o que, afinal, haveria de ser sustentado. Para Dobson (1998), há três respostas razoáveis: a) o **capital natural crítico**, capital como definido por Marx, porém, de caráter natural, necessário à produção e reprodução da vida humana; b) a **natureza irreversível**, não necessariamente vital à sobrevivência e ao bem-estar humanos, a qual tomaremos por **diversidade biogeofísica**; e, por fim, c) o **valor natural**, que advém do reconhecimento da historicidade presente na relação dos humanos com o meio ambiente ao longo do tempo (LENZI, 2006, p. 96).

Das classificações apresentadas, tomaremos por base a primeira e aplicaremos as demais, quando necessário, sempre em sobreposição ao espectro de Hopwood e colaboradores (2005). Vale, por fim, lembrar que o gradiente de subcampos *status quo*

reforma/transformação apresentado no diagrama não raro é reduzido a um embate econômico de extremos entre duas correntes majoritárias: a **sustentabilidade fraca** e a **sustentabilidade forte**. O nível grosseiro de percepção das diferenças nessa escala de visões dificulta o reconhecimento da identidade dos agentes e de seu posicionamento em relação aos demais participantes, principalmente, àqueles que se situariam mais ao referido extremo fraco da sustentabilidade. Esta referência de força ou compromisso no tratamento de certos problemas fundamentais que marcam os discursos sobre sustentabilidade, apesar das limitações, há de contribuir para uma análise crítica dos modelos de desenvolvimento urbano que se propõem sustentáveis e se lançam em disputa por hegemonia. Isso porque um dos pressupostos que consideramos indispensáveis à compreensão dos processos urbanos é o reconhecimento da estruturação dos elementos do espaço urbano enquanto componentes de um sistema complexo; é o entendimento, portanto, de que intervenções em dadas porções do sistema tem efeitos sobre os demais compartimentos e níveis e de que as soluções propostas terão mais ou menos consistência com um sentido de sustentabilidade conforme o nível de consideração sobre as consequências do encadeamento de mudanças na totalidade do espaço urbano.

3. Abordagens de desenvolvimento urbano sustentável

“Se oriente, rapaz, pela constelação do Cruzeiro do Sul

Se oriente, rapaz, pela constatação de que a aranha

Vive do que tece. Vê se não se esquece

Pela simples razão de que tudo merece

Consideração”

Oriente, Gilberto Gil

De antemão, reconhecemos que uma parte significativa dos discursos proferidos em referência à ideia da construção de cidades e metrópoles mais sustentáveis faça uso corrente de adjetivações esvaziadas de sentido; ou, quando muito, travistam-se de tonalidades verdes com vistas à manutenção fisiológica das antigas estruturas sociais, culturais e políticas, situando-se ou fora do campo da sustentabilidade ou nas imediações do espaço onde se acomodam os mantenedores do *status quo*.

Consideraremos aqui apenas três principais correntes, reconhecidas por Haughton (1997), e, segundo ele, mais radicais. Há, logicamente, outras tônicas menos pretensiosas e temas de forte apelo como o da mobilidade urbana, que se sobrepõem a este debate, complementam-o e fazem referência direta sobre um repensar urbano em moldes sustentáveis. Estas visões que apresentamos a seguir estariam, portanto, integralmente inseridas no âmbito geral do debate sobre sustentabilidade e, para ser mais preciso, aos arredores dos subcampos de *reforma* e *transformação*.

Cidades corrigidas

A abordagem corretiva se baseia no diagnóstico de que as cidades atuais são, em geral, permeadas por disfuncionalidades urbanas: falhas de mercado e subsídios inadequados. O caminho para a cidade sustentável seria, a partir desta leitura, construído mediante uma ampla reforma nos mecanismos de funcionamento do mercado.

Trata-se de uma abordagem essencialmente econômica. Haughton (1997) menciona como referência, ao tratar deste tipo de pensamento, o documento “*Urban Policy and Economic Development: an agenda for the 1990s*”. Esta publicação do Banco Mundial (1991) traz um apanhado dos problemas urbanos vistos como ineficiências de mercado (externalidades). A internalização dos custos ambientais de produção, com larga aplicação do Princípio do poluidor-pagador e a readequação de preços sobre recursos exauríveis, conduziria a um quadro ótimo de gestão dos bens de uso comum.

Ainda que haja neste documento considerações de cunho distributivo, é patente a ênfase dada sobre os ajustes de mercado como solução central. A primazia do critério de eficiência como orientador das mudanças necessárias confere a esta abordagem pouca sensibilidade às disparidades geográficas e sociais, além de uma oportuna negligência ao problema do crescimento econômico global.

Ocorre que o cuidado com a saúde dos mercados é, quase sempre, um descuido com as pessoas. A cidade corrigida, em nossa leitura, conflitua com a **cidade para pessoas** – uma perspectiva de urbanismo que problematiza a primazia do planejamento de tráfego em voga nos últimos 50 anos e superpõe as necessidades humanas, em

referência a pedestres e ciclistas, como foco das ações de planejamento urbano. Em verdade, qualquer esforço de reorientação dos comportamentos socioeconômicos à sustentabilidade passará por necessárias reformas a nível dos mercados: nos sistemas de preços, nos marcos regulatórios, nas cobranças por ocasionais danos e injustiças socioambientais. Esta constatação, no entanto, não pode ser satisfatória se compartilhamos das preocupações urbanas como definidas no quarto grupo descrito por Nascimento (2012), das *ameaças às condições de vida humana na Terra*. A abordagem corretiva, se bem conduzida, garantirá tão somente eficiência nos processos urbanos. Assim, faremos mais e melhor com menores quantidades, em menos tempo e, numa visão otimista, com menos prejuízos aos envolvidos direta e indiretamente nos processos.

O que deve ser protegido numa cidade corrigida? Vejamos que nenhuma das razoáveis respostas de Dobson (1998) se adequam ao que propõe este modelo de cidade. Mesmo que a tradição e a história ambiental da humanidade passe a ser valorada ou que funções paisagísticas de compartimentos biogeofísicos relevantes intra e extra-urbanos sejam apreendidas e integradas a cadeias produtivas, teimará em pesar sobre a natureza a avaliação, vista como legítima, sobre o custo de oportunidades embutido na decisão de supressão ou não desses valores para outros usos mais rentáveis.

O repensar urbano tangencia, deste ponto de vista, a essência do debate entre sustentabilidade forte e fraca. A crença na **substitutibilidade virtual de recursos naturais** por tecnologia e recursos humanos representa um divisor de águas onde quer que se interponham imbróglios ambientais. O mais recente relatório do *Painel Internacional para Manejo de Recursos Sustentáveis* (UNEP, 2013), ou *Painel de Recursos, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA) atesta este otimismo tecnológico ao discutir as possibilidades da decolagem econômica a nível de cidade. O conceito de decolagem, que deu a tônica nos debates e acordos firmados na *Rio +20*, soa como a última cartada das correntes cornucopianas de fé no crescimento econômico ou na chamada **economia verde**. O termo faz referência à desmaterialização da economia, uma tendência à redução da dependência relativa dos processos econômicos de seus fatores de produção de base material mediante ganhos em eficiência e novas tecnologias ditas ecologicamente corretas, daí a ideia de um descolamento ou decolagem (*decoupling*).

A superficialidade das metas corretivas reside, em primeiro lugar, na fraca consideração da existência de limites absolutos à expansão econômica. Reside também na desconsideração do efeito rebote, evidenciado pelo *Paradoxo de Jevon* (MAYUMI; GIAMPIETRO; GOWDY, 1998), de que o alcance da eficiência perseguida só reduz a demanda sobre os fatores de produção em termos relativos e não em absoluto. Sobre esse aspecto, Veiga (2010, p. 129) explica que o impasse entre economistas ecológicos e convencionais se dá pela suposição dos recursos naturais e capitais como bens complementares por uns e substitutos por outros. Stiglitz, um dos defensores da substitutibilidade contextualiza o debate e, nisso, alivia o peso de seus argumentos ao dizer que os modelos analíticos da economia convencional são úteis a questões de médio prazo, algo entre 50 e 60 anos. De fato, se considerarmos o pensamento de Georgescu-Roegen – de quem partiu a crítica mais contundente à esquizofrenia do crescimento ilimitado –, a ameaça do esgotamento dos meios materiais para a realização das atividades econômicas fundamentais à manutenção da vida social lançam-se a um horizonte temporal para além do longo prazo.

Fizemos questão de ressaltar a relevância do debate sobre a *substitutibilidade dos recursos naturais* na tentativa de endereçarmos corretamente a problematização aos modelos de cidade corrigida. A centralidade e a auto-referência histórica do fenômeno urbano globalizado desconhece fronteiras à expansão de suas demandas metabólicas (cotidianas, sazonais e esporádicas). Tampouco sente conscientemente seus efeitos deletérios. Valemo-nos das medições de *pegada ecológica* (nacionais, regionais e municipais) como constatações de que as aglomerações humanas frequentemente requisitam áreas em energia e recursos maiores que os seus próprios limites, a saber os primeiros estudos sobre as pegadas de países desenvolvidos. O espraiamento, a conurbação e a expansão urbana são tendências largamente verificadas em cidades por todo o globo e a ocupação irrestrita de áreas residuais da malha urbana – porque inadequadas à moradia e ao trânsito – revelam a face triste da urbanização latino-americana e dos países subdesenvolvidos do Sul: urbanizar é via de regra negar a paisagem natural.

Enquanto o crescimento constar entre os elementos a serem sustentados na lista de pré-condições à sustentabilidade da cidade corrigida este modelo se aproximará do extremo dito fraco e demandará fartas porções dos ecossistemas do entorno, promovendo a externalização dos seus custos ambientais de reprodução. As

soluções de mercado usualmente propostas envolvem acordos de compra e venda de capacidades de carga adicionais, para o caso de cidades que já tenham de lidar com limitações internas e àquelas que ainda encontrem o que expandir. A esta estruturação dos fluxos e estoques (materiais e energéticos) largamente dependentes de serviços e recursos extra-urbanos intitulamos **metabolismo linear**. A cidade corrigida não se orienta, portanto, a resolver internamente seus problemas de abastecimento, regulação e manutenções necessárias. Ela é, nesse sentido, como aponta Haughton (1997), extensamente externo-dependente.

Cidades redesenhadas

Assim como os economistas, em geral, reconhecem-se na cidade corrigida ou, no mínimo, sentem-se naturalmente instrumentalizados para discuti-la, os arquitetos-urbanistas e planejadores urbanos costumam dar vazão aos seus anseios por mudança no campo da sustentabilidade a partir das propostas de redesenho urbano.

Aqui a aposta se faz na **forma urbana compacta** como estratégia para redução significativa do consumo energético e da geração de resíduos. A base deste pensamento decorre da crítica aos modelos de funcionamento, gestão e crescimento praticados pelas cidades do século 20; ao funcionalismo da arquitetura modernista, de atribuições únicas a cada espaço e amplamente apoiado no modelo de circulação rodoviário (LEITE; AWAD, 2012, p. 135). As ditas formas convencionais de planejar o uso do espaço seriam fontes de expensas materiais e energéticas desnecessárias. Assim, voltar sobre si a cidade que se espria, sobrepor funções e reduzir distâncias, elevando as densidades centrais e valorizando o espaço público, seriam meios de evitar que a cidade se afirme como fardo cada vez maior aos ecossistemas externos que lhe dão suporte.

A busca por eficiência também tem sua marca na cidade redesenhada. Uma marca identitária, na verdade. O redesenho é tido aqui como solução primordial para redução das entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) do sistema. Atrelado à análise de que as cidades tradicionais seriam esbanjadoras de recursos, porque moldadas sob a crença na abundância (de água, terra, energia e áreas para disposição e absorção do lixo), esta reescrita do modo de viver urbano apoia-se em grande parte na incorporação

de novas tecnologias poupadoras, que abrangem desde o ambiente domiciliar (banheiros secos ou inteligentes, com sistemas hidráulicos desenhados para o reúso, fornos solares, composteiras e hortas caseiras, placas fotovoltaicas, alternativas para aquecedores e refrigeradores de ar, etc.) às boas práticas de construções de edifícios e obras de infraestrutura urbana.

Haughton (1997) chama a atenção para um detalhe interessante geralmente associado a esta visão: sem de pronto romper com o antropocentrismo, o apelo dos discursos em defesa da cidade corrigida orienta-se por um respeito maior aos processos naturais. As soluções e propostas de design difundidas nesta corrente seriam inteligentes, portanto, quando capazes de realizar um acoplamento bem-sucedido entre os assentamentos humanos e as dinâmicas da natureza circundante. Há, dessa forma, um louvor ao fenômeno urbano que não contrasta com o reconhecimento da existência de uma **natureza urbana**, mesmo que residual. Admitir que sob ou sobre o ambiente construído persistem paisagens e processos naturais que as animam independente do nível de alteração empreendido no espaço traz importantes consequências às proposições inspiradas por essa linha de pensamento.

Diz-se que a manifestação dessa sensibilidade, historicamente marginal aos empreendimentos urbanos de outrora, não chega a romper com um antropocentrismo possivelmente pernicioso (no que tange à produção de riscos ambientais intraurbanos) pela postura de mediação, reveladora de pesos e valorações, quando do afloramento de conflitos de destinações de uso dos espaços. Ao se trazer à tona a multiplicidade de funções, a elevação virtual das taxas de adensamento e das conectividades, como máximas à garantia da manutenção da vitalidade, eventuais constatações de fragilidade ambiental indicadoras de preservação restritiva (e.g. dunas, nascentes, matas ripárias, manguezais, corredores e fragmentos de grande valor ecológico) tendem a ocupar um lugar de segundo plano no ranking das prioridades.

Em termos de planejamento, frequentemente recorre-se a parâmetros locais de monitoramento dos níveis de consumo, da otimização de processos ineficientes e da economia alcançada com o reaproveitamento e o reúso de recursos. O modelo de cidade redesenhada, no momento em que põe ênfase à busca pela eficiência, naturalmente incorre nos mesmos pontos passíveis de crítica das soluções mercadológicas da cidade corrigida. Nesse quesito, podemos dizer que aqui também não se põe em xeque o desenvolvimento alavancado pelo crescimento econômico.

Os problemas associados à espacialização do crescimento, traduzida em expansão urbana horizontal, são administrados como se a abundância dos espaços centrais mal utilizados não apresentasse também um horizonte de saturação de aproveitamento (BREHENY, 1997). Ademais, indicadores locais não incorporam insustentabilidades de cunho distributivo (social e espacial) ao que se sucede além dos limites do sistema considerado. Ainda que os processos internamente se deem a condições aceitáveis e que venham a reduzir, de modo geral, impactos externos, as relações com distritos próximos ou zonas de aporte longínquas podem vir a promover seletivamente a ruína de ecossistemas provedores e de economias estruturadas sob forte dependência da cidade redesenhada. Tal situação hipotética seria indicativa de fragilidade nas relações intersistêmicas, o que enfraqueceria a sustentabilidade do modelo.

Por fim, situaremos os defensores da cidade redesenhada como identificados ao subcampo da reforma de Hopwood e colaboradores (2005), porque assimilam em seus discursos o imperativo das mudanças de postura rumo à sustentabilidade, admitindo que sob as estruturas sociais e políticas correntes isto dificilmente ocorrerá. As proposições práticas, nesse sentido, avaliamos, recuam mais que avançam, uma vez que orbitam em torno de marcos regulatórios e incentivos financeiros voltados basicamente à reorientação de mercados e dos comportamentos individuais, sem referências objetivas à reformulação de comitês, conselhos e demais instâncias de decisão participativa no que concerne aos rumos do desenvolvimento urbano; aos desafios de governança e entraves culturais persistentes; ou a obstáculos intransponíveis senão por vias de reforma política.

Algo neste modelo, no entanto, o distancia imensamente do ideário da cidade corrigida. Em nossa avaliação, a cidade redesenhada abre um flanco histórico para um momento de afirmação hegemônica da ideologia da cidade para pessoas. Embora o apelo à compacidade e aos ganhos em eficiência associados às estratégias poupadoras não caminhem necessariamente de mãos dadas com a defesa dos princípios geradores e mantenedores da vitalidade no espaço urbano (JACOBS, 2011), há certamente muitos pontos de convergência. As críticas aos modelos convencionais de cidade são essencialmente as mesmas nas duas linhas de abordagem, de forma que o alcance da consideração da dimensão humana como alternativa e fim das políticas e propostas de intervenção indicariam uma percepção mais acabada e robusta do quadro amplo de problemas com que estão lidando as cidades modernas,

um algo a mais.

Qual a importância, então, de um modelo de cidade redesenhada voltado para as pessoas? Polanyi (2012, p. 58) explica que, desde o século 16, com o estabelecimento dos sistemas mercantis, os mercados expandiram em número e em importância, tornando-se, pela primeira vez, a principal preocupação dos governos, ainda que fortemente regulados. A partir do século 19 é que se apresenta a ideia de um mercado autorregulável, que, segundo Polanyi, passaria a controlar a sociedade e a orientar os seus propósitos de desenvolvimento. Sociedades e mercados autorregulados são vistos aqui como lutadores, a quem o cinturão da vitória legitimaria uma relação de subordinação. Desse modo, os estudos de antropologia social revolvidos pelo autor seriam a base do argumento de que os sistemas econômicos do passado teriam, via de regra, feito uso meramente acessório de mercados até o final da Idade Média, quando uma nova economia, voltada para mercados, iniciaria seu movimento de submissão das sociedades a fins essencialmente econômicos.

Não é nossa intenção dirimir as sombras e dúvidas que pairam sobre os desdobramentos possíveis da propagação de novos caracteres culturais e seus potenciais de transformação quando imersos em um dado modelo de desenvolvimento urbano sustentável. Apenas nos propomos a distinguir elementos cuja apropriação poderia significar uma ruptura em relação aos gargalos apontados em cada modelo. Dito isso, os livros de Gehl (2013) "*Cidades para pessoas*" e de Sen e Kliksberg (2010) "*As pessoas em primeiro lugar*" são dois bons parâmetros para tomarmos a dimensão do quanto nossos modelos de desenvolvimento econômico e urbano se distanciaram e relegaram a segundo plano a perseguição primordial de objetivos sociais e humanos.

“Tem uns dias que eu acordo / pensando e querendo saber / de onde vem o nosso impulso de sondar o espaço. / A começar pelas sombras sobre as estrelas / e de pensar que eram os deuses a sonhar / e que eu poderia ir sozinho até as estrelas / ou antes dos tempos conhecidos. / Vieram os deuses de outras galáxias / ou de um planeta de possibilidades impossíveis...” Jorge Ben

Errare humanum est

Nos anos 1960, foi redigido para o sexto fórum *Resources for the Future* um dos ensaios mais influentes nas últimas décadas entre os críticos da economia ortodoxa, tradicionalmente pautada na abundância inquebrantável dos recursos naturais. **Boulding** (1966), no referido artigo, identificava uma fase de transição cultural em curso, cujo elemento fulcral recaía sobre a imagem que a humanidade fazia de si e de sua relação com o ambiente. Situado, ao lado de **Georgescu-Roegen**, entre os precursores da economia ecológica, Boulding valia-se da Teoria de Sistemas para a caracterização da economia global como um subsistema (econosfera) contido no sistema Terra. Haveria, segundo ele, duas formas de estruturação dos sistemas em relação ao seu entorno: aberta e fechada, no que se refere às trocas entre os compartimentos. As saídas (*outputs*) nos sistemas fechados, dessa forma, difeririam dos abertos porque naqueles estariam todas ligadas a entradas (*inputs*). Além disso, um mesmo sistema poderia ser aberto ou fechado para diferentes fatores em consideração.

Boulding analisava a existência de um princípio de entropia no sistema Terra de pontos de vista material, energético e informacional e, por não reconhecer uma tendência de aumento da entropia nos compartimentos materiais, concluía ser possível e desejável o fechamento do sistema econômico no que concerne aos processos de organização e desorganização da matéria (transumo), de modo que as atividades econômicas haveriam de se orientar à manutenção de um certo nível de entropia material, correspondente ao ritmo de reposição dos estoques. Este seria um dos princípios econômicos requeridos à transição e adequação da visão do planeta como um sistema fechado. Até a primeira metade do século 20, o comportamento econômico teria sido pautado pela “**atitude de caubói**”: um tipo aventureiro, explorador de vastas planícies desconhecidas, imprudente, romântico e violento. Da metade do século em diante, a travessia para além da fronteira de exaustão de reservas locais e o encontro com a noção de finitude, teriam feito emergir a **figura do astronauta**, piloto da **espaçonave Terra**, que viaja sob sérias restrições de recursos. Caberia ao comportamento econômico do astronauta, diferente do caubói, a administração parcimoniosa dos recursos disponíveis a bordo para que a viagem não tome um desfecho inesperado (FUKS, 2012).

Este episódio de forçosa inflexão civilizatória expressa dois aspectos tidos como traços de nossa natureza: errar é humano, porque “navegar é preciso”, errar no sentido de lançar-se além, explorar e conhecer; ao passo que “viver não é preciso”, porque, no afã do acerto, muito se erra. Como, então, seguir viagem sem, contudo, persistir no que é sabidamente um erro?

Quadro 1. Economia como subsistema de um sistema Terra fechado
Organizado pelo autor.

Cidades autônomas

O terceiro e último modelo traz como pedra de toque à revelação de sua identidade a compreensão central de que o curso de modernização das cidades, de modo geral e por todo o globo, conduziu-as ao desempenho da postura padrão de *filhas pródigas*, que, imbuídas ao desbrave das fronteiras que as comprimiam (regionais, nacionais e continentais), tornam à casa, num segundo momento, após sofrerem ou anteverem o tombo de sua própria imprudência. Autonomia, nesse sentido, é nada além de um contraponto histórico ao desfecho do episódio anterior desta saga, quando, apoiadas nos mercados autorregulados, as cidades projetaram-se à conquista da heteronomia (condição de sujeição a uma vontade externa) e, assim, conheceram certo fracasso. É importante que não se apreenda por autonomia um sentido de independência impassível, a historicidade contida nas proposições deste modelo apontam para a busca de autossuficiência e autodeterminação como senso de maturidade adquirido em função dos fardos e ônus injustamente relegados às vizinhanças.

A estratégia de sustentabilidade do modelo de cidade autônoma está fortemente amparada na administração espacial – regional e, sempre que possível, interna – de seus problemas. Trata-se de gerir local e regionalmente questões como provisão de água, energia e alimentos e áreas para disposição de efluentes e resíduos, convertendo o metabolismo urbano, via absorção produtiva das saídas (*outputs*), a um formato **circular**. Esta corrente conquista mais adeptos entre militantes ambientalistas, geógrafos, biólogos, ecólogos, engenheiros florestais e ambientais e demais planejadores ambientais e regionais, porque, dentre os demais modelos apresentados, é esta a vertente que alcança um distanciamento mais bem-sucedido da moral antropocêntrica. Há, dessa forma, uma ênfase no planejamento biorregional como pilar metodológico e conceitual dos esforços de planificação do uso de recursos e serviços-chave. A saber, as biorregiões são unidades convenientes de planejamento delimitadas por fronteiras naturais, topografia, vegetação ou tipo de solo (e.g. bacias hidrográficas, vales, ecossistemas) dotadas de relativa suficiência quanto à garantia de funções ambientais mínimas à manutenção da vida.

Por trás do apelo à regionalização e à realocização das atividades humanas, há uma forte crítica ao *modus operandi* das economias globalizadas, à íntima dependência por parte das grandes e megacidades dos fluxos contingentes de capitais

financeiros e recursos materiais de zonas provedoras longínquas (especializadas em provimento e, por isso, igualmente dependentes). No atual estágio de urbanização global, a maioria das cidades médias e grandes já comprometeram parte significativa de suas capacidades naturais internas de regeneração, absorção e provimento de elementos básicos como água, cobertura vegetal, solos férteis e áreas e corpos d'água para destinação final de resíduos. Em um primeiro momento, portanto, esta reorientação poderia vir a ser traduzida em um fardo insuportável aos compartimentos biogeofísicos urbanos já debilitados. De um ponto de vista intra-urbano, tais propostas intensificariam o uso de recursos e serviços locais, tornando mais dramático o risco de exaustão e colapso dos frágeis ecossistemas urbanos.

Do raciocínio anterior decorre a pergunta: até que ponto os centros urbanos seriam capazes de sustentar autossuficiência? Esse nos parece um ponto de debate inequivocamente permeado por elementos éticos, porque, apesar do incansável inventário de danos e projeções em escala global reunidos desde o primeiro relatório para o Clube de Roma, não parece haver força ou situação constrangedora o suficiente no cenário internacional capaz de descarrilhar os vagões do *business as usual* (MEADOWS et al., 1978; ROCKSTRÖM et al., 2009). É forçoso que a autonomia aqui perseguida parta, antes de tudo, de um reconhecimento dos efeitos deletérios de uma estruturação heteronômica de ordem competitiva. Cada cidade autônoma é, deste modo, chamada à responsabilidade. Assim como, paralelamente, seu corpo cidadão tem sido persuadido a uma prática cotidiana de consumo e descarte conscientes, as cidades haveriam de incluir substancialmente preocupações com o que acontece em suas regiões metropolitanas, franjas urbanas, pontos de conurbação e áreas agrícolas e protegidas contidas na mesma biorregião de referência. Preocupações de ordem global também haveriam de ser contempladas, uma vez que os problemas nesse nível não necessariamente são açambarcados pelas estratégias de regionalização e realocação das atividades.

Por vias secundárias às políticas voltadas para pessoas, as cidades autônomas aproximar-se-iam das possibilidades de ruptura com a subordinação das sociedades aos mercados autorregulados, porque ao se apostar nas capacidades dos mercados cooperativos locais, com a internalização da atividade econômica e uso de recursos locais para satisfação das necessidades, advoga-se um redimensionamento do espectro de ação dos sistemas econômicos aos limites de suas bases materiais

regionais (**Quadro 1**). O que não representa necessariamente um cerceamento generalizado das trocas transfronteiriças interregionais, significa apenas torná-las complementares ou acessórias. Uma cidade autônoma deve ser capaz de não impor o peso de sua existência a outra.

Mais uma vez, sobre variáveis independentes nos discursos, Haughton (1997) nos alerta para o fato de que o movimento de redução de escala econômica a fim de geri-la regional e localmente traz consigo o risco de retenção deste tópico a um aspecto meramente quantitativo. Acontece que, via de regra, governos são reativos e letárgicos. Uma remodelação dos padrões de relacionamento com a vizinhança e apropriação externa de recursos e serviços, incluindo o monitoramento co-responsável das taxas de reposição e regeneração demandaria uma mudança drástica de postura dos poderes executivos para que o duplo e ousado movimento de retorno à casa e recuperação das funções de autonomia das biorregiões não dê margem a precipitadas inferências sobre o fracasso do modelo.

O que estamos tentando dizer é que, possivelmente, existirá, para cada biorregião e sua rede de aglomerados urbanos, uma relação fundamental de *capital natural crítico* (DOBSON, 1998) permissível à reprodução dessas comunidades, mas que, certamente, não será pautada pela atual estrutura de aquisição de estoques e correntes de fluxos demandados. Tampouco serão as atuais formas de sociabilidade capazes de demandar qualitativamente este outro padrão de consumo e produção da natureza necessária.

CARACTERES IDENTITÁRIOS DOS PRINCIPAIS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Cidades corrigidas Cidades redesenhadas Cidades autônomas

1. SUSTENTAR O QUÊ?	VITALIDADE ECONÔMICA	FORMA URBANA	CAPACIDADE DE SUPORTE REGIONAL
2. ANÁLISE DO PROBLEMA	FALHAS DE MERCADO	DESENHO URBANO DISPENDIOSO (ESPRAIAMENTO)	HETERONOMIA (DEPENDÊNCIA EXTERNA)
3. SOLUÇÃO CENTRAL	INTERNALIZAÇÃO DAS EXTERNALIDADES (SISTEMA DE PREÇOS)	COMPACIDADE	REGIONALIZAÇÃO E RELOCALIZAÇÃO
4. SOLUÇÕES SECUNDÁRIAS	TAXAÇÕES E INCENTIVOS	TECNOLOGIAS POUPADORAS	RECUPERAÇÃO DE CAPACIDADES COMPROMETIDAS
5. VETORES DE MUDANÇA	MERCADOS E INDIVÍDUOS	INTERIORES, EDIFICAÇÕES INFRAESTRUTURA	BIORREGIÃO
6. PERCEPÇÕES DO ENTORNO	INSENSÍVEL	SENSÍVEL	SOLIDÁRIO
7. CRESCIMENTO ECONÔMICO	PRÓ	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
8. RUPTURAS CULTURAIS	-----	CIDADES PARA PESSOAS	MERCADOS ACESSÓRIOS
POSICIONAMENTO SOBRE O CAMPO DA SUSTENTABILIDADE			

Quadro 2. Caracteres identitários dos principais modelos de desenvolvimento urbano sustentável e posicionamentos sobre o campo da sustentabilidade. Elaborado pelo autor.

4. Cidades e paisagens: ruptura e reconciliação

*“E os projetos todos tolos combinados
 Perecerão nas margens da manhã
 Uma tontura solta na cabeça
 Um olho em deus e outro com satã
 E quando o sol raiar desentendido
 Eu vou ferir a vista no amanhã
 E olharei para quem vai pro trabalho
 Com os olhos, feito os olhos de uma rã”*

Sentimental eu fico, Renato Teixeira

Os modelos de desenvolvimento urbano sustentável apresentados não devem ser tomados como percursos autoexcludentes. Suas inconsistências foram apresentadas com vistas ao estabelecimento de critérios que norteiem práticas futuras de produção do espaço urbano e permitam aos cidadãos e aos tomadores de decisão um subsídio crítico ao estabelecimento de prioridades em meio a tamanha complexidade.

A partir de agora trabalharemos um dos aspectos que consideramos mais negligenciados – porque também pouco investigados do ponto de vista científico – no que concerne ao debate sobre cidades sustentáveis: as funções naturais do solo urbano. Temos até aqui nos apoiado extensamente na análise do problema urbano enquanto ausência profunda de respeito ou consideração, em primeiro lugar, à pessoa (ao humano, retalhado em categorias hierárquicas e classes, que sub ou superpõe-se à figura do trabalhador, da mera mão-de-obra ou, mais recentemente, do cidadão consumidor) e, também em primeiro lugar, dividindo as atenções, à natureza. Cabe, nesse momento e a partir de tudo o que foi colocado até então, explicitarmos o entendimento de que sustentável, para nós, trata-se da qualidade daquilo que respeita e põe em primeiro lugar **as pessoas e os processos naturais** que sustentam a vida humana e as demais formas de vida.

Antes, contudo, de ingressarmos nas possibilidades que se apresentam à orientação do futuro das cidades a uma postura consequente e de respeito, devemos compreender de que forma a história dos aglomerados humanos elegeu funções essenciais em detrimento de outras.

Quem ordena a vida nos aglomerados?

A cidade é uma criação histórica. Entende-se por isto que ela não esteve sempre presente, seja como objeto concreto, ideia ou conceito. Entendemos também que a cidade pode, inclusive, vir a não mais existir ou – o que parece agora mais provável – poderá transformar-se dramaticamente em relação às formas até então conhecidas (BENÉVOLO, 2011, p. 9). Se por cidade referimo-nos a diferentes manifestações no tempo e no espaço de aglomerações humanas sedentárias, de modo geral permissivas a trocas (mercado) e frequentemente associadas a uma administração pública, de pronto, sentimos a necessidade de operarmos uma subjetivação extra ou alguma adjetivação deste termo a fim de fazer jus às suas nuances. É lícito, portanto, evocar a cidade-Estado, a cidade-jardim, a cidade medieval, a cidade turística, a cidade dormitório, a cidade interiorana, a cidade portuária, a cidade satélite ou, como temos insistido aqui, a cidade sustentável (LENCIONE, 2008).

O urbano, ainda que tenha se estabelecido correntemente como aquilo que concerne à cidade, é um termo que surge *a posteriori* à ideia de cidade. Em língua portuguesa, por exemplo, os registros etimológicos apontam para o surgimento do vocábulo “*urbe*” datado ao século 20, enquanto “cidade” seria datado do século 13. Lencione (2008) explica que tanto o conceito de cidade quanto o de urbano se alteram em significado segundo as referências teóricas que sustentam e dão sentido a esses termos. Se a explicitação dos pressupostos conceituais se faz necessária como exercício de minimização dos ruídos comunicativos, nos apoiaremos nas distinções teóricas de Lefebvre (1999) para precisar o que entendemos por fenômeno urbano.

Em 1970, Lefebvre lançou a hipótese de um objeto possível, em vias de conformação: a sociedade urbana plena. Há mais de 40 anos, este autor anunciava a irrupção do fenômeno urbano, que nasce da industrialização e a sucede. Naquele momento, dizia Lefebvre, a sociedade industrial estava a meio caminho de se tornar uma sociedade urbana, que não é mera decorrência da cidade industrial, mas um conjunto de novas relações sociais precipitadas por um movimento de *implosão-explosão* das formas socioespaciais anteriores. Para ele, haveria um vetor gradativo de transformação, que partiria da completa ausência de urbanização, a cidade entregue aos objetos e processos naturais, ao outro extremo, da realização do urbano, em que se consolida a realidade urbana. Sobre este eixo arbitrário (**Figura 3**), ordenar-se-ia,

em primeiro lugar, os grupos humanos coletores, pescadores, caçadores e pastores, a quem caberia o reconhecimento prévio do espaço que viria – para os casos em que esta transformação se deu – a ser ocupado por camponeses sedentários. Com prudência ante a carga de ideologia presente nas asserções sobre o surgimento das cidades na Europa após a desestruturação do Império Romano, Lefebvre limita-se a dizer que, daquilo que se tem registro, a cidade, em todos os casos acompanhou a aldeia (LEFEBVRE, 1999, p. 18).

Por conta da cautela com que trata este assunto, Lefebvre inicia seu esquema explicativo da emergência do urbano a partir da **cidade política**, situada mais à ponta da ausência de urbanização (esquerda). Em resumo, o grande eixo de referência representa o curso de mudanças nas relações socioespaciais constituídas, que dominam e absorvem a produção agrícola. As narrativas elaboradas por Lefebvre para sustentar as sucessões de tipos de cidades coincidem com as transformações sociais referidas por Polanyi (2012), mencionadas quando tratamos dos potenciais de transformação contidos no discurso de cidades para pessoas. Estas transições revelam rupturas nas formas de organização da sociedade, dos modos de produção de bens e ocupação do espaço e via de regra são marcadas por forte resistência aos deslocamentos e ressignificações.

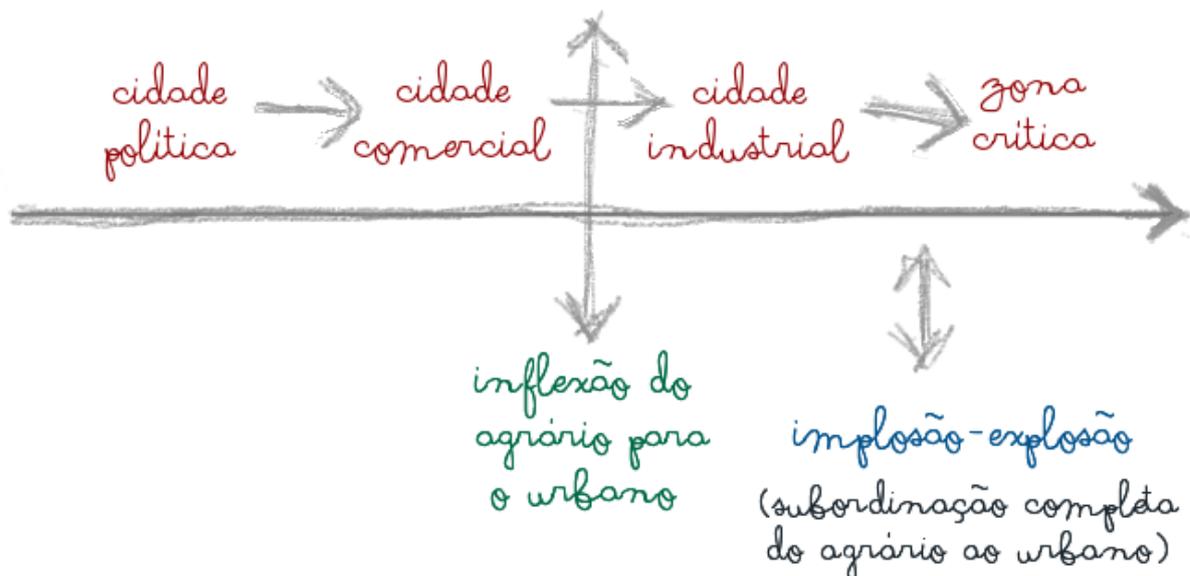


Figura 3. Eixo de irrupção do urbano. Adaptado de Lefebvre (1999).
Elaborado pelo autor.

A cidade política resistiu durante séculos à penetração da mercadoria e procurou manter a sua estrutura hermética às formas móveis de propriedade que os comerciantes e os mercados anunciavam. Sua relação com o campo (o monarca detinha a propriedade, mas a posse efetiva do solo era dada aos camponeses mediante tributação) e com as aldeias subordinadas, amparada pelo desenvolvimento da escrita, era de administração e direção dos trabalhos agrícolas e artesanais. Nesse sentido, as trocas eram mínimas, suplementares e limitadas à manutenção das instituições de poder. Em um dado momento, no entanto, – ao ocaso da Idade Média no Ocidente europeu – as tentativas de conquista e colonização do espaço urbano por parte dos mercados logram sucesso. Este é o momento em que Polanyi (2012, p. 58) reconhece e demarca o início do ganho de importância dos mercados sobre a sociedade, é quando surge, sobre os escombros das antigas cidades políticas, a **cidade comercial**.

No curso dessa luta (de classes) contra os senhores, possuidores e dominadores do território, luta prodigiosamente fecunda no Ocidente, criadora de uma história e mesmo de uma história *tout court*, a praça do mercado torna-se central. Ela sucede, suplanta, a praça da reunião (a ágora, o fórum). Em torno do mercado, tornado essencial, agrupam-se a igreja e a prefeitura (ocupada por uma oligarquia de mercadores), com sua torre e seu campanário, símbolo de liberdade. Deve-se notar que a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada que parece a Liberdade. (LEFEBVRE, 1999, p. 20)

Uma vez estabelecida a troca comercial como *função urbana*, daí emergem novas formas e estruturas urbanas. A centralidade da praça do mercado, mencionada na citação de Lefebvre é sintomática à disputa das entidades comerciais por influência e prestígio sobre os poderes políticos. As tensões entre cidade e campo até então praticamente não existiam, porque a cidade política e os primórdios das cidades mercantis se confundiam com o próprio campo. Porém, os ganhos de importância dos mercados não cessam de crescer e as transformações das relações e do espaço (proliferação de lojas e galerias) seguem seu curso ascendente, tanto que, em um

dado momento, o status de *heterotopia*, – de estranhamento geral sobre os símbolos da cidade – se inverte e o campo passa de centralidade à vizinhança. A consolidação das cidades mercantis culmina com a estruturação dos mercados internos (nacionais), que surgem como resposta à necessidade de regulação das trocas externas e passam a influir diretamente sobre a dinâmica econômica do campo e das cidades (POLANYI, 2012, p. 69).

Por fim, o movimento de *implosão-explosão* a que Lefebvre se refere é uma tentativa de contornar as limitações das descrições sabidamente fragmentadas e insuficientes, quase sempre incapazes de reunir satisfatoriamente as coerências e as contradições embutidas na complexidade do processo histórico. Trata-se de um termo emprestado da física nuclear em alusão às transformações provocadas pela incrustação da indústria na cidade comercial. Para o autor, a indústria rompe com a realidade urbana, projetando a *não-cidade*. Sua insinuação à cidade se dá não em função de matérias-primas e fontes de energia, mas sim em busca de uma proximidade oportuna em relação a capitais e reservas de mão-de-obra barata. De forma semelhante à penetração dos mercados na cidade política, as cidades mercantis e políticas resistiram à colonização das indústrias por meio de posturas corporativistas e engessamento das relações, atitudes perniciosas ao grau elevado de mobilidade demandado pelo capital industrial. Uma hora, no entanto, a produção industrial suplanta o acúmulo mercantil e reorganiza as trocas comerciais a seu favor, multiplicando-as. A **cidade industrial** implode porque concentra todos os capitais (material, financeiro, humano, cultural, científico) e atividades, plasmando-os na realidade urbana. E explode porque cria projeções dessa realidade onde quer que relações com a cidade se estabeleçam (LEFEBVRE, 1999, p. 24).

A *zona crítica* que se situa no esquema (**Figura 3**) em sucessão à cidade industrial representava em 1970, para Lefebvre, uma suposição teórica de que a realidade urbana pulverizada e generalizada pela formidável expansão da cidade industrial haveria de converter-se em força produtiva capaz de promover uma nova inversão de cenário, transformando as relações de produção. O urbano, no curso de uma crise profunda, apropriar-se-ia da industrialização enquanto força dominante e passaria a reger os rumos da cidade a partir da legitimação de uma problemática tipicamente urbana, concluindo o ciclo de subordinação do agrário ao urbano iniciado com a emergência das cidades comerciais. Quarenta anos depois, podemos dizer que

este pensador foi feliz em suas previsões, pois, ainda que a urbanização completa não esteja em absoluto efetivada, o mundo urbano e a realidade urbana atualmente exibem inequívocas provas de seu estabelecimento histórico como centralidade ordenadora. Isso não quer dizer que a indústria e o agrário tenha tido seus problemas integralmente absorvidos pelo urbano, apenas que a eles tem sido paulatinamente negado os holofotes ao primeiro plano.

O pensar e o repensar urbanístico

O urbanismo, reflexão e prática de ordenamento e organização do espaço urbano, que surge como resposta às transformações socioespaciais desencadeadas pela disseminação da figura da máquina na sociedade industrial, pode ser apreendido de duas formas básicas: uma de caráter científico-técnico e outra de aspecto institucional-ideológico. O século 19 conheceu uma safra notável de pensadores e idealizadores de soluções urbanas para a aparente desordem crescente que a expansão do capital industrial promoveu nas cidades. De todo modo, é apenas no século 20, que o urbanismo desponta como terreno de ingerência reservada a especialistas, os arquitetos. É quando também o corpo de formulações teóricas encontra receptividade e condições significativamente maiores de realização prática (CHOAY, 2011, p. 18).

Se poucos pensadores do período pré-urbanista europeu do século 19 associavam conscientemente a desordem observada no espaço ao estabelecimento de uma nova ordem socioeconômica, de racionalidade e lógica próprias, a percepção histórico-contextual praticamente some do pensamento urbanístico do século 20, que se pretende científico e, portanto, não pondera sobre a necessidade das soluções e verdades que apresenta como resultados de suas pesquisas e medições.

Ainda que Choay (2011) destaque, desde os primórdios do pensar urbanístico, a existência e a persistência de três correntes básicas e antagônicas (progressista, culturalista e antiurbana/naturalista), daremos ênfase aqui àquela que mais influenciou e conquistou status normativo aos mais diversos regimes econômicos e políticos: o modelo modernista progressista. Esta corrente, tida como funcionalista, dissemina-se por ocasião dos C.I.A.M. (congressos internacionais de arquitetura moderna), que, de início, detinham-se à apreciação dos problemas relativos à habitação, mas que, a

partir de 1930, dedicam-se ao urbanismo de forma abrangente. Em 1933, os arquitetos participantes do 4º congresso embarcaram em um cruzeiro pelo Mediterrâneo rumo à Grécia e daí elaboraram a *Carta de Atenas*, que se firmou como cartilha doutrinária do urbanismo progressista. Sua formulação básica apoia-se na ideia de *modernidade* – novidade anunciada pela indústria e pela arte de vanguarda da época – e que, por não se adequar ao automóvel ou à estética cubista, a grande cidade do século 20 se fazia *démodé*.

Os arquitetos modernistas, inebriados pela promessa de eficácia dos métodos industriais de mecanização e padronização de procedimentos, internalizaram a **racionalidade instrumental** e a conduziram às últimas consequências no campo especializado de atuação a que lhes foi reservado. Nesse afã, conceberam como princípio orientador de seus modelos o homem-tipo e a ele estabeleceram necessidades humanas universais: *habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito*. Assim, grosso modo, zonearam o espaço urbano, isolando espacialmente o loco de cada uma dessas funções, tal e qual distribui-se as tarefas e reparte-se o trabalho em uma fábrica. Por mais absurda e epistemologicamente pobre que atualmente soe este empreendimento de redução e atomização do ser humano, os urbanistas progressistas não fizeram mais, nos parece, que dar cabo em sua seara a uma forma de pensar que permeou e impregnou de um antropocentrismo arrogante as inúmeras realizações técnico-científicas do século 20.

É bem verdade que, a cada intervenção e às mãos de cada planejador e executor, os princípios aí expostos conseguiram ser implementados de forma ora mais, ora menos fiel aos preceitos originais. O que queremos demarcar aqui é que, com a *Carta de Atenas*, abre-se o precedente para a intervenção a-histórica no espaço urbano. A utopia modernista, ao desenhar-se livremente no imaginário, sem constrangimentos, lida fácil e frequentemente com o arbitrário e, dos modelos de intervenção arbitrários se pode dizer: não podem se concretizar em respeito a *preexistências culturais e topográficas*. Postulamos, portanto, que são os princípios de ordenamento urbano cunhados pelos urbanistas progressistas que lançaram as origens das práticas racionalmente promotoras de risco nos sistemas socioambientais intraurbanos.

A disseminação do urbanismo modernista engendrou um espectro amplo de críticas e resistências teóricas e práticas. Sem nos aprofundarmos no universo de

contribuições que daí surgem, focaremos em um aspecto principal, destacado por Choay (2011, p. 50): a refutação do domínio da arbitrariedade e do imaginário no fundamento do planejamento urbano, substitui-o por uma busca de informações sobre a realidade e subordina-o a um esforço de investigação prévia.

Dito isto, podemos nos perguntar, retomando o ponto com que iniciamos o tópico: a obrigatoriedade de realização de estudos sobre as áreas de intervenção, por ocasião da regulamentação do processo de planejamento que decorre dessa fase crítica, confere ao urbanismo um caráter menos ideológico?

Segundo Lefebvre (1999, p. 17), a flagrante ausência de uma epistemologia urbanística constitui um traço indicativo de que esta lacuna talvez nunca seja preenchida, ou melhor, de que possivelmente associado à natureza da ciência e da teoria da localização humana haja um indissolúvel aspecto político (institucional-ideológico). Choay (2011, p. 49) põe esta questão de forma categórica ao concluir que o planejamento urbano científico é um dos mitos da sociedade industrial e que este labor não tem como se consolidar como objeto de rigor científico. Ainda que o constrangimento imposto pela realização obrigatória de estudos prévios e coletas de informações confirmam maior consistência às propostas e alguma proteção contra o imaginário, argumenta, sempre restará um resíduo de arbitrariedade de escolha ao planejador e ao tomador de decisão, cujas propostas e justificativas não estão imunes a tendências e a sistemas de valores.

Percebe-se uma postura de desacordo entre esses dois autores no que diz respeito ao valor e ao significado da utopia no pensamento urbanístico. Choay demonstra uma preocupação com as *práticas do urbanismo de ficção científica, de ponta de faca* (hábil em dilacerar e demover estruturas e tramas de relações socioespaciais) ou da *arquitetura da escavadeira* (alheia ao valor de existência de montanhas e de persistência de vales). Respaldada pela carta branca de um aparato tecnológico surpreendentemente capaz de dar vazão aos devaneios dignos de romances futuristas, a utopia, vista por este prisma, representaria um risco sem precedentes ao habitante do espaço urbano que se vê à mercê do planejador e dos recorrentes rituais de sacrifício praticados por tecnólatras devotos – adoradores da inovação tecnológica.

Lefebvre parece compreender o risco a que Choay se reporta, mas ao apontar a dimensão política incutida na prática de planejamento urbano, percebe que esta se

abre a duas críticas, uma de esquerda e uma de direita. A crítica de direita, segundo ele, contém e justifica uma ideologia neoliberal de intervenção no espaço, identificada com as iniciativas privadas e com a adequação da cidade à livre circulação dos capitais. À de esquerda, explica, não estaria necessariamente associada uma ideologia esquerdista, mas por ela mantém-se aberta a via do possível, a fim de que se possa explorar algo além do que se apresenta como real e frequentemente engessado por contingências econômicas, políticas e sociais (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Lefebvre não pode abrir mão da crítica utópica, porque enxerga nela as possibilidades de superação do *status quo*. A *tecnopia*, o lugar da técnica, em oposição à *tecnópolis*, cidade da técnica, identifica uma das correntes críticas às realizações modernistas apontadas por Choay e, no entanto, situa-se à vertente esquerda da leitura de Lefebvre. Esta corrente chama a atenção para a possibilidade de aniquilamento, contida no imaginário, da relação entre o sujeito e sua morada. Habitar, por mais que tenha tido a sorte de subir ao pódio das funções-chave eleitas à representação do homem-tipo modernista, não cumpre mera relação de utilidade. “O habitar é a ocupação pela qual o homem tem acesso ao ser, deixando surgir as coisas em torno de si, enraizando-se” (CHOAY, 2011, p. 38). Daí a necessidade de defesa e alerta acerca do pensamento urbanista utópico.

As fronteiras do respeito

A influência do urbanismo progressista e o “progresso” propriamente engendrado a reboque da revolução científico-tecnológica do século 20, entre outros fatores, pela necessidade posta de reconstrução de tecidos urbanos destruídos nos pós-guerras, resultaram em dramáticas alterações das paisagens urbanas, de escala e qualidade dificilmente antes vistas ou documentadas. A segunda metade do século é marcada por um duplo movimento: de expansão do capital de forma globalizada – apropriação de novas fronteiras interioranas de provimento energético, material, hídrico e agrícola; e de urbanização de paisagens até então ignoradas, porque problemáticas à ocupação – e de tomada de consciência dos significados, limites e riscos associados a esse movimento.

No ambiente urbano, a face débil da deformação a que a racionalidade instrumental submeteu as condições de existência e de uso e ocupação do espaço

revela-se de modo exemplar com a falência dos modelos higienistas de intervenção e promoção da *modernidade*. As soluções pensadas segundo o paradigma técnico-científico reinante à época, sustentado na simplicidade, na estabilidade e na objetividade do universo (VASCONCELLOS, 2002, p. 101), terminaram por esfatiar o relevo intra e periurbano; subjugaram as funções geomorfológicas dos vales e topos de morros, as funções ecológicas dos manguezais, das dunas, faixas de praia, lagos, lagoas, rios e coberturas vegetais; deslocaram por completo regimes de manifestação das dinâmicas climáticas e hidrológicas, segundo ações indiscriminadas de desmatamento, aterramento e terraplanagem, retificação e canalização de cursos, edificação e impermeabilização do solo (GORSKI, 2010, p. 24). Esta descaracterização intensa do meio ambiente urbano ou mesmo a sua negação (existe mesmo uma natureza urbana?), patrocinada pelas possibilidades técnicas gestadas no âmbito da engenharia, demarca um período que se estende até o presente, de **ruptura virtual** com o elo de dependência material da cidade e de seus habitantes em relação aos sistemas vivos de suporte interno.

Em consideração a fronteiras imaginárias e concretas da dignidade humana e de resiliência dos sistemas vivos, que, por todo o mundo, mas em especial nos países subdesenvolvidos do Sul, foram e seguem sendo paulatinamente ultrapassadas, temos nos referido a tal movimento como um gesto de desrespeito. O que, em termos globais, durante algum tempo na literatura sobre desenvolvimento sustentável, se tratou por limites, uma vez transpostos, tornaram-se fronteiras (MEADOWS et al., 1978; ROCKSTRÖM et al., 2009). Assim, concebemos para os níveis local e regional o conceito de **fronteiras do respeito**. A perspectiva de análise sobre a qual nos apoiamos até aqui nos permite agora associar à ideologia modernista o mérito de consagração no cenário urbano de uma racionalidade essencialmente disjuntiva, originária do Renascimento europeu e que, mais tarde, consentiu à humanidade a ilusão do desacoplamento estrutural com o meio natural, ilusão de domínio e submissão da natureza e de suas forças à sua vontade, ainda que por um curto lapso no tempo.

A partir da década de 1960, pululam críticas ao modelo de planejamento progressista no que tange à negligência de outros elementos essenciais à vida urbana e põe-se em xeque a consequente pobreza resultante dos ambientes construídos à luz dessa concepção. Este momento coincide com a emergência das questões ambientais no cenário global e a revalorização das ciências sociais (KANASHIRO,

2004).

A urbanização caótica vivenciada nos anos 1970 e 1980 pelos países latino-americanos desenharam os contornos de uma crise urbana sem precedentes, marcada por altas taxas de desemprego e subemprego, déficits habitacionais e alimentares, endividamento, marginalidade e favelização, falência e abandono de funções do Estado na garantia de serviços básicos (SANTOS, 2010, p. 151). No Brasil, as constrições e o mal-estar desse período deram origem ao Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que lançou as bases de um *planejamento urbano alternativo* aos preceitos modernistas eurocêntricos, influenciando a constituinte e a política de desenvolvimento urbano consagrada no texto do Estatuto das Cidades (MATIELLO, 2006). No plano europeu, muito se discutiu e problematizou a prática urbanística e o papel do planejamento urbano ao longo da década de 1990. Parte dessas discussões, ganharam corpo com a elaboração da Nova Carta de Atenas (ECPT, 1998). Em termos gerais, o texto aglutina e sistematiza o pensamento europeu fundamentado por eventos e documentos emblemáticos construídos ao curso deste decênio. A importância desta nova carta refere-se, sobretudo, à legitimação de um novo discurso sobre a cidade, que havia emergido de maneira marginal nos anos 1960 (MARCONDES, 2004).

Entre outras contribuições, o grupo de arquitetos e planejadores envolvidos na redação do documento quis dar ênfase ao papel do cidadão como formulador ativo das políticas e planos de desenvolvimento urbano, delegando ao planejador urbano não mais que o papel de orquestrador dos anseios externados. Com ela, o tema da sustentabilidade ambiental também passa a compor a agenda hegemônica da política urbana. A cidade compacta e ecoeficiente é proposta como modelo (*cidade redesenhada*, em nossa classificação). Para Marcondes (2004), no entanto, a carta insere-se em uma visão de ambientalismo moderado, porque não traz um questionamento a fundo do tipo de desenvolvimento hegemonicamente propagado. Esta última colocação justifica a atenção que dedicaremos ao capítulo seguinte.

6. Considerações finais

“O povo sabe o que quer

Mas o povo também quer o que não sabe”

Rep, Gilberto Gil

As energias reunidas na cunhagem deste trabalho terão logrado êxito se fornecerem um terreno mais sólido que àquele com que nos deparamos quando nos inserimos no debate disto que se anuncia e se pretende como sustentabilidade urbana. Apesar de termos nos referido a modelos de cidades sustentáveis, terminamos por situar a limitação de qualquer pretensão de nível local a um devir sustentável. As narrativas históricas que trouxemos à mesa demonstram: as fronteiras de suporte dos sistemas socioambientais, os limites da racionalidade instrumental e os riscos engendrados na produção do bem-estar são os frutos podres de um percurso virtuoso de ascensão civilizatória, algo com que não se esperava lidar. Por esse motivo é que insistimos no tratamento ético do assunto, pois entendemos que a fragilidade dos discursos proferidos em âmbito internacional em defesa de sociedades mais justas e equânimes poderia e pode ser assumida para políticas ambientais globais, que lidem com a ameaça de ruptura catastrófica de sistemas de suporte à vida com a mesma letargia com que tem sido tocadas as políticas sociais.

Teremos tido êxito se conseguimos aqui demonstrar que sustentabilidade, independente da abordagem, é sempre referência a uma fronteira planetária (o planeta é o limite último, até então, consensual) e que, portanto, manejos e acordos interregionais são possíveis nos equacionamentos que se faça, mas que, sobre todo arranjo possível, paira uma sombra de incerteza. Da incerteza decorre a postura preventiva e é justamente nesse ponto que, após criticarmos as limitações da ação local e regional, retornamos a ela. As fronteiras planetárias traduzem-se, nesses níveis, em respeito aos serviços ambientais de suporte à vida. Ainda que as trocas econômicas e as supersaturações tecnológicas (estado inspirado pela química de soluções, de sobreaproveitamento de um sistema vivo de suporte anteriormente à ruptura) permitam o gozo do desacoplamento das sociedades de suas bases materiais, não parece seguro nem às economias nem às comunidades dependerem e confiarem seus futuros nesta disposição contingente de afluxos que lhes são essenciais.

Por fim, teremos cumprido mais que o planejado se a abertura da perspectiva histórica empreendida puder provocar a reação do leitor quanto a esta derradeira sugestão: os mercadores fundaram a cidade mercantil ao situarem a centralidade das funções de mercado; os capitalistas sobrepujaram os mercados e o agrário seduzindo-os às determinações das funções de produção; que cenário de forças, quais sujeitos e que novas funções se anunciam no horizonte do século 21 para além da massa de consumidores e de seus estados de satisfação e insatisfação?

Referências

- BENÉVOLO, L. História da cidade. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOULDING, K. E. The economics of the coming spaceship earth. *Environmental quality in a growing economy*, p. 3–14, 1966.
- BREHENY, M. Urban compaction: feasible and acceptable? *Cities*, v. 2751, n. 4, p. 209–217, 1997.
- CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DOBSON, A. P. *Justice and the Environment 'Conceptions of Environmental Sustainability and Dimensions of Social Justice 'Annals of Physics* Oxford University Press Oxford, 1998.
Disponível em: <<http://www.mendeley.com/research/no-title-avail/\nhttp://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Justice+and+the+Environment#0>>
- ECPT. New charter of Athens 1998: European Council of Town Planners' principles for planning cities. Atenas: 1998.
- FUKS, M. Reflexões sobre o paradigma da economia ecológica para a gestão ambiental. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 105–120, 2012.
- GEHL, J. Cidades para pessoas. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GORSKI, M. C. B. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- HAUGHTON, G. Developing sustainable urban development models. *Cities*, v. 14, n. 4, p. 189–195, ago. 1997.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 38–52, fev. 2005.
- JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- KANASHIRO, M. Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 9, p. 33–37, 2004.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEITE, C.; AWAD, J. DI C. M. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP: espaço e tempo*, n. 24, p. 109–123, 2008.
- LENZI, C. L. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- MARCONDES, M. J. DE A. Imagens e representações da cidade: A Nova Carta de Atenas e suas ressonâncias no urbanismo brasileiro *Anais do XVII Encontro Regional de História - O lugar da história*. Anais...Campinas: ANPUH/SP-UNICAMP, 2004.

MATIELLO, A. M. Da Carta de Atenas ao Estatuto da Cidade: questões sobre o planejamento urbano no Brasil. *Impulso*, v. 17, n. 44, p. 43–54, 2006.

MAYUMI, K.; GIAMPIETRO, M.; GOWDY, J. M. Georgescu-Roegen/Daly versus Solow/Stiglitz Revisited. *Ecological Economics*, v. 27, n. 2, p. 115–117, nov. 1998.

MEADOWS, D. H. et al. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NASCIMENTO, E. P. DO. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. DO (ORGS.). (Eds.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

O'RIORDAN, T. The Challenge for Environmentalism. In: PEET, R.; THRIFT, N. (Eds.). *The New Models in Geography*. [s.l.: s.n.]. p. 77–101.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, 2009.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. *Ambiente & Sociedade*, v. 7, p. 214–216, 2004.

SANTOS, M. *Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SCHEFFER, M.; WALKER, B. Catastrophic shifts in ecosystems. v. 413, n. October, 2001.

SEN, A.; KLIKSBURG, B. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNEP. *City-Level Decoupling: Urban resource flows and the governance of infrastructure transitions*. [s.l.: s.n.].

Urban policy and economic development: an agenda for the 1990s. [s.l.] The World Bank, 1991. p. 96

VASCONCELLOS, M. J. E. DE. *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

VEIGA, J. E. DA. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CAPÍTULO 3

CIDADE DE FORTALEZA: INSINUAÇÕES DE RISCO E RESPEITO



Capítulo 3. Cidade de Fortaleza: insinuações de risco e respeito

Pablo Pimentel Pessoa

RESUMO

Este artigo busca na história da fundação e expansão da cidade de Fortaleza a compreensão dos processos conformadores do atual cenário de distribuição espacial dos riscos socioambientais urbanos. Através da investigação da sucessão de esforços de planejamento urbano, ensaia-se a interpretação de causas para a proliferação flagrante de práticas insustentáveis. As formas de sociabilidade urbanas marcadas por tipologias sobrepostas de segregação socioespacial e pela manutenção frágil e constantemente ameaçada da funcionalidade dos compartimentos ambientais sugerem a proximidade de um estado limite ou de uma fronteira à resiliência do sistema socioambiental urbano. Nesse sentido, a construção do plano diretor de 2009 acena para uma mudança paradigmática orientada ao respeito às fronteiras sistêmicas locais, mas, como indicam as experiências de implementação de planos passados, isto deverá se dar em franca disputa entre sociedade interessada e governos afeitos a privilégios e inobservâncias legais.

1. Introdução: Não é possível tentar o pneumotórax?

*“Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.*

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.

- Trinta e três... trinta e três... trinta e três...

- Respire.

- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.”

Pneumotórax, Manuel Bandeira

Ao curso do ano passado (2013) vieram a tona na internet e nas redes sociais dois vídeos de caráter muito semelhante. O primeiro, uma produção brasileira independente intitulada “Ainda dá tempo”, lançava a seguinte pergunta a um grupo

de pais: “*como você imagina o futuro do mundo?*”. As respostas dos entrevistados anunciavam uma visão essencialmente pessimista de futuro e uma inclinação à decadência das instituições postas, entre outros motivos, porque não se enxergava um amadurecimento político quanto à escolha de representantes; porque o horizonte próximo anunciava o acirramento de mais conflitos e guerras; ou porque se percebia uma deterioração das condições de vida num nível de dano impingido ao planeta que se interpretava como irreversível. Em seguida, os entrevistados são convidados a ouvir os relatos de seus filhos sobre esse mesmo futuro e comovem-se ao sobrepor as projeções das crianças (pretensos ginasta, artista, estilista, professora, skatista, veterinária e médica) ao cenário que haviam desenhado no momento anterior. O filme arremata, pondo-nos em xeque sobre como se daria a realização daqueles sonhos se não houvesse quem se dispusesse a acreditar e apostar na possibilidade de um mundo melhor.

O segundo vídeo trata-se de uma produção bancada pelo grupo anglo-holandês Unilever, uma corporação internacional instalada no Brasil há mais de 80 anos, fabricante de produtos de higiene pessoal e limpeza, alimentos e sorvetes. Em “*Por que trazer uma criança a este mundo?*” casais em período pré-natal, tomados pelas angústias e dúvidas associadas à responsabilidade de se ter um filho, são convidados a assistir uma sequência de imagens de conflitos armados, trabalho escravo, cenários de poluição e desastres naturais. Em seguida, a pergunta que dá nome ao filme é lançada e surge um narrador que diz trazer algo de que aqueles pais precisavam saber. Na fala aveludada do narrador, uma mensagem de acalanto: soluções para parte desses problemas já são palpáveis e reais. Diz que tecnologias revolucionárias já são capazes de produzir alimento e água potável para centenas de milhões de pessoas – enquanto ri-se da chamada Guerra da Água – e que doenças que hoje afetam milhões de crianças logo serão prevenidas com simples produtos do dia-a-dia. O narrador nos tranquiliza e também aos pais de que essas crianças terão corações mais saudáveis e que provavelmente gozarão de maior longevidade, mas que, seguramente, quando a vida lhes trazer um dessabor de desamor – o que, garante, há de acontecer – para eles também há de haver o colo frondoso de uma árvore onde possam prantear seus pensamentos.

É curioso como o vídeo da Unilever quase soa como uma campanha para o incremento das taxas de natalidade, mas, evitando ingressar na polêmica demográfica,

o que de fundamental nas duas peças audiovisuais me parece sobressair é o esforço para se desfazer o **desencantamento do mundo**. Parece difícil acreditar que o século 20 tenha passado, para quem o tenha bem vivido e para alguém que agora o contemple, com um sentido menos que, digamos, traumático. O compositor argentino Enrique Discépolo não teve os nervos de pagar pra ver o desenrolar da trama e, em meio à chamada Década Infame, num país sedado pela corrupção generalizada, em 1934, condenou sem dó suas décadas seguintes: “*Siglo veinte, cambalache, / Problematico y febril / El que no llora, no mama, / Y el que no afana es un gil. / Dale nomás, dale que vá, / Que allá en el horno nos vamo a encontrar*”. Como o autor do tango, pergunto-me, cético, se a história não se presta a reservar a cada nova geração um bom punhado de fatos e fardos que os formalmente apresente à desesperança.

Em todo caso, o debute do século 21, agrilhado por problemas não equacionados no século anterior dá sentido ao apelo e à sensibilização ensaiados nos dois vídeos. Esse estado de desencantamento do mundo diz respeito, não diretamente a uma decepção da humanidade para com os percursos civilizatórios, mas a um processo de secularização da racionalidade por que passa o sujeito moderno ao longo do século 19 e princípio do 20, ainda que o desvencilhar dos mitos tradicionais o tenha posto a mercê de novos mitos (BENEVIDES, 2009, p. 147). Entre os novos mitos, está a crença na salvação pelo progresso científico-tecnológico e é interessante confrontar as narrativas dos vídeos e ver que o que fica em aberto para reflexão na produção independente, faz-se questão de amarrar na produção corporativa (vale dizer, associada a um projeto de responsabilidade socioambiental do grupo, o *Project Sunlight*): se há resposta, está na tecnologia.

Neste artigo, faremos um esforço de localização de uma parcela estratégica desses problemas no cenário urbano brasileiro ao caracterizarmos o estado da arte do município de Fortaleza (CE, Brasil), com foco sobre os desrespeitos flagrantes às vocações ambientais do sítio urbano e a direitos historicamente negados a uma massa de cidadãos invisibilizados. A compreensão dos processos formadores de uma estrutura urbana marcada por fortes traços acirrados de vulnerabilidades sociais e de fragilidades ambientais deverão revelar elos fundamentais de difícil percepção que frequentemente minam as opções de desenvolvimento para as cidades, posicionando-as dicotomicamente ora como uma questão de urgência em minimização de riscos (agenda negativa) ora como um debate seletivo sobre qualidade de vida, visando

um leque de futuros seguros e desejáveis possíveis (agenda positiva), mas não necessariamente justos. Com isso, acreditamos que seremos capazes de dirimir, com uma postura consequente, esta frágil polarização entre otimistas e pessimistas, pessoas de fé e catastrofistas. Afinal, dentre outros legados, o século 20 tornou ou, pelo menos, forneceu elementos mais que suficientes para tornar em muitos sentidos constrangedor o posicionamento público de caráter maniqueísta, mutilador do pensamento complexo.

2. Considerações metodológicas e predisposições subjetivas

Apoiados em uma perspectiva dita novo-paradigmática, de abandono dos pressupostos científicos tradicionais, reconstruiremos aspectos de formação histórica da realidade fortalezense cujas escolhas e percursos de desenvolvimento tomados resultam na configuração de um quadro marcado por profunda situação de vulnerabilidade socioambiental, o que, conseqüentemente, torna questionável a qualidade da tessitura econômica sobre a qual se assenta e se pretende sustentável tal estrutura urbana. Com a rejeição da crença na existência de uma realidade objetiva, alheia a sujeitos-observadores, a noção de verdade novo-paradigmática afirma-se no espaço intersubjetivo, no encontro de distintas subjetividades. Desse modo, justificamos a referência a manchetes de jornal, como elementos potencialmente captadores de composições narrativas convergentes e divergentes, descritores de um determinado tema em recorte afeito às determinações e oscilações das condições de vida urbana às quais se pretende investigar. Às provocações das manchetes buscaremos conectar explicações histórico-processuais em estudos e relatos de maior fôlego.

Cabe antecipar ao leitor a informação de que esta se trata de uma análise sob a perspectiva de alguém que é natural da cidade objeto de estudo e que reside e acompanha as transformações deste espaço há pelo menos duas décadas. Isto deverá minimizar o espanto quanto a evidências discursivas, às quais optei por não me privar, sobre a localização e o vínculo espacial da voz que vos fala. Esta advertência de forma alguma livra o autor do exercício necessário de distanciamento dos fatos. Apenas reconhece que uma análise multi-temporal e escalar, pretensamente complexa, entre outras dimensões pode e deve se dar em cotejamento às predisposições subjetivas do pesquisador. Ademais, sustento esta pequena ousadia no declame parnasiano de

Flávio Villaça (2001) à cidade do Rio de Janeiro: “*As cidades são como as estrelas; é preciso amá-las para entendê-las.*”

3. Sala de honorarias e a ponta amolada do iceberg

*“melhor é o Poder devolver presse povo a alegria
senão todo mundo vai sambar no dia
em que o morro descer e não for carnaval”*

O dia em que o morro descer e não for carnaval,

Wilson das Neves e Paulo César Pinheiro

Aqui iniciamos nossa busca por insustentabilidades no espaço urbano de Fortaleza. Uma notícia recente (**Figura 1a**) sobre o controle de territórios desta cidade tropical por gangues lembrou-me o relato de Jacobs (2011, p. 48) quanto a um processo semelhante por qual Nova York passava nos idos 1950. Em 1956, o Conselho Juvenil da Cidade buscava firmar pactos entre gangues rivais, que, por meio do reconhecimento do domínio desses grupos, propunham acordos de trégua. O comissário de polícia à época enquadrava a tentativa de enfrentamento do problema como uma opção inaceitável pela negação dos direitos do cidadão e à segurança pública. Jacobs cita esse exemplo como uma das três formas possíveis de se conviver com a insegurança.

A segunda maneira seria permitir a autotutela dos indivíduos, cujo produto resulta numa cidade fortemente marcada por lugares onde o perigo impera e onde o dar-se de cara com a ameaça é tido como uma triste casualidade. Já a terceira saída caracterizada por Jacobs resume-se a uma estratégia de refúgio veicular, em que os chassis e as blindagens servem de redoma neutralizadora de perigos, tal como turistas expostos aos perigos de um safari e orientados a nunca abandonarem o transporte. Nesse sentido, aproximam-se muito os depoimentos ilustrativos trazidos nos dois textos:

As pessoas que se encontram em locais perigosos de outras cidades também costumam utilizar automóveis como proteção, é claro, ou pelo menos tentam. Uma

carta endereçada ao editor do New York Post diz: “Moro numa rua escura, travessa da Avenida Utica, no Brooklyn, e por isso decidi tomar um táxi para chegar à minha casa, embora não fosse tarde. O motorista pediu que eu descesse na esquina da Utica, dizendo que não queria entrar na rua escura. E eu precisaria dele se quisesse andar por uma rua escura?” (JACOBS, 2011, p. 48);

A pé, o supermercado dista dez minutos de casa. Mas a senhora faz o trajeto de ônibus. Enfrenta lotação e trânsito. Passa 40 minutos num coletivo. Dá uma volta enorme até chegar ao local das compras. Repete o estorvo na volta, cheia de sacolas. Exausta. Tudo para não atravessar a rua que divide o bairro. Morreria se cruzasse “o lado de lá”. Não é envolvida com droga. Nem com nada criminoso. Findaria pelo simples fato de viver no território onde um grupo disputa com outro o domínio da Sapiranga (CASTRO, 2014).

Parece que, em certa medida, devemos concordar com o comissário nova-iorquino: estas ações não se prestam a um enfrentamento, mas a uma convivência com a violência ou a uma busca por sobrevivência apesar da insegurança. Não é intenção aqui imergirmos em conjecturas sobre o caráter intrínseco ou não da violência ao funcionamento das grandes cidades. Queremos tão somente esboçar uma tendência a um agravamento de situações de vulnerabilidade que gradualmente transformam o viver e o conviver nas cidades brasileiras um flagrante esforço de sobrevivência, com particularidades críticas para determinados grupos marginalizados. E se há causas estruturais mantenedoras e multiplicadoras dessas situações, sua explicitação deverá deslocar e dar novo significado tanto às políticas de convivência com a insegurança quanto às de enfrentamento. Afinal, quais são os níveis de indicadores de violência aceitáveis? Que estratégias ditas de enfrentamento aprofundam os pontos fundamentais originários dessas tensões?

Quanto aos conflitos de territorialidade, a própria reportagem mencionada já aponta um cenário de agravamento (CASTRO, 2014). Uma dinâmica de rivalidade que se distribuía, em 2011, em torno de 7 bairros, em 2014, engloba agora 33 distintas áreas da cidade, sendo 16 consideradas palco de tensões críticas e 17 de menor proporção. Também desde 2011, uma ONG mexicana acompanha a situação da violência urbana em Fortaleza, publicando anualmente um ranking das cidades mais violentas do mundo (**Figura 1b**). Em 2011 apresentamos uma taxa anual de

homicídios dolosos por 100 mil habitantes de **42,90** (1.514 homicídios registrados); no ano seguinte, a taxa foi de **66,39** (1.628 homicídios); e, em 2013, tivemos uma taxa de **72,81**, com 2.754 homicídios. A cidade apresentou um desempenho ascendente, saltando da posição 37, para a 13ª e, em seguida, 7ª no último ranking publicado.

Apesar de admitirem trabalhar em alguns casos com projeções estatísticas e serem criticados por recorrerem a fontes não oficiais (jornais) quando os dados não se encontram disponíveis, os rankeamentos do Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal parecem, pelo menos para Fortaleza, acompanhar a tendência evolutiva dos registros de 1990 a 2011 da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (**Figura 2**). Esses dados revelam um crescimento vertiginoso da taxa de homicídios, de **16,7** em 1990; **24,1** em 2001; e **49,4** em 2011. Isto representa um salto de 196% nos valores entre 1990 a 2011.

Em entrevista ao portal UOL Notícias em 2011, Julio J. Waiselfisz organizador da série *Mapas da Violência* no Brasil, declarou como insuportável a situação da violência em Alagoas (MADEIRO, 2011). À época a região atingia a taxa recorde entre os estados brasileiros de **71,3**, igualando-se à marca de El Salvador, país tido às pesquisas como mais violento. Nos rankings da instituição mexicana mencionada Maceió oscila da 3ª, para a 6ª e 5ª posições, mantendo-se sempre acima de Fortaleza. Se bem repararmos, no entanto, a marca da capital cearense em 2013 (**72,8**) ultrapassa a referência do insuportável de Waiselfisz.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece o limite do tolerável em 10 homicídios por 100 mil habitantes por ano (NEV, 2012). Acima da marca de **10,0**, a taxa passa a ser considerada epidêmica, indicadora de um processo de disseminação da violência sob o qual não se tem o controle. Para qualificarmos a discrepância entre o **insuportável**, o **tolerável** e o **desejável**, tomamos por base a meta lançada pelo Programa Cidades Sustentáveis, uma parceira entre a Rede Nossa São Paulo, o Instituto Ethos e a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis inspirada nos compromissos de Aalborg firmados na Dinamarca entre cerca de 650 municípios europeus (FARINHA; POEIRA, 2004).

A chamada Plataforma Cidades Sustentáveis é uma ferramenta política proposta pelo programa para garantir a orientação dos governos a um sentido de desenvolvimento sustentável pautado em indicadores e metas objetivos. No capítulo “Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz” o documento de referência da plataforma

fixa a meta “zerar as mortes por homicídios”. A base de cálculo do indicador, diferente da Taxa de Mortalidade Específica (TME), de uso mais comum, divide o número de mortes no ano pelo total da população e a multiplica por 10 mil habitantes. As referências da meta são as taxas de homicídios registrados no *Mapa da Violência de 2011* para a Islândia (0,03), o Reino Unido (0,04) e o Japão (0,04). Portanto, se fizermos a transposição desses valores para a proporção de 100 mil habitantes a fim de compararmos com as demais taxas apresentadas, o significado de zerar as mortes se mantém, pois as taxas desses países passam a **0,3**, **0,4** e **0,4** (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2012; WAISELFISZ, 2011). Vale dizer que o atual prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra (2013-2017), foi um dos candidatos signatários da carta de adesão à plataforma ao curso das eleições municipais de 2012, comprometendo-se a gerar e divulgar os dados necessários ao acompanhamento dos indicadores.

Feita esta consideração, seria razoável e justo que nos aprofundássemos em outras conjecturas acerca do quadro da violência no Brasil e na América Latina, porque este certamente não é um problema restrito à cidade de Fortaleza nem todos os fortalezenses estão expostos às suas consequências da mesma forma. No entanto, como foi dito de início, termos nos debruçado sobre as estatísticas de homicídios trata-se apenas de uma das muitas possibilidades de ingresso no debate complexo sobre as marcas de sustentabilidade urbana expressas ou ausentes em um dado espaço.

A violência urbana é um fenômeno complexo e de causas múltiplas, mas que tem sido associado, em última instância, à reprodução de formas de sociabilidade marcadas por acentuados níveis de desigualdade e injustiça (MACEDO et al., 2001). A violência letal a qual temos nos referido diz respeito à violência em grau extremo, o que Weiselfisz (2011) chamaria de “ponta visível do iceberg” das condições de vida e das relações ditadas pela modernidade. Colocado dessa forma, o flagrante quadro de extermínio das classes marginalizadas brasileiras – notadamente, jovens, negros e pobres –, que se verificaria conforme espacialização e desagregação dos dados apresentados, são a expressão empírica de processos persistentes de desigualdades urbanas. Esses processos estruturaram as aglomerações urbanas brasileiras desde as primeiras vilas e, portanto, constituem o fundamento dos maiores gargalos à reconfiguração das sociedades aqui estabelecidas a uma relação de respeito entre si e com o meio que ocupam. Vejamos como isto se deu em Fortaleza.

VIOLÊNCIA 10/02/2014



Gangues impõem "lei" em 16 bairros

Dezesseis pontos de Fortaleza têm a rotina marcada pelo confronto de 16 grupos rivais. Outros 17, apresentam tensões em menor escala. Conflitos de territorialidade que alteram o dia a dia das pessoas por imposição do medo



ONG mexicana aponta Fortaleza como 7ª cidade mais violenta do mundo

Autor: Redação Web - 20/01/2014 - 18:16

Estudo aponta que 2.754 homicídios foram registrados na capital cearense

19/03/10 - 10h27 - Atualizado em 19/03/10 - 13h00



Quatro capitais brasileiras estão entre as mais desiguais do mundo, diz ONU

Goiânia, Brasília, BH e Fortaleza só são menos desiguais que 3 africanas. Número de moradores de favelas caiu 16% no Brasil, segundo relatório.



FOSSO SOCIAL 20/01/2013

O preocupante quadro da desigualdade social em Fortaleza

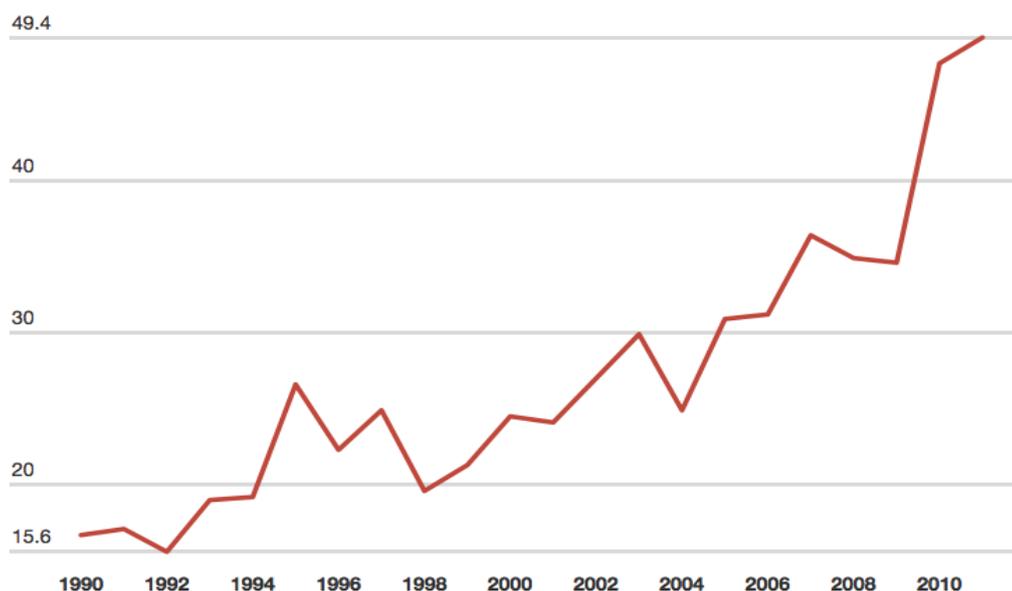
As diferenças de renda que apartam a capital cearense a colocou como a 5ª cidade mais desigual do mundo. O dado provocou a primeira promessa de Roberto Cláudio no dia de sua posse: "derrubar a muralha da vergonha"

Figura 1. Quadro de honrarias, mural de notícias.

Fontes: (a) Castro (2014); (b) Diário do Nordeste (2014); (c) Lauriano, (2010); (d) Maia, (2013)

TME* por homicídios por ano em Fortaleza

* TME - Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 habitantes



Created with [Datawrapper](#)

Source: [Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM](#)

Figura 2. Taxa de homicídios em Fortaleza (1990-2011)

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

4. Estado da arte atual: ficha técnica do município

A configuração territorial do estado do Ceará deu-se por um processo de desenvolvimento desigual e concentrado às imediações da cidade de Fortaleza, que, aos poucos, vai se constituindo como uma metrópole dinâmica cujas forças atrativas reverberam na produção de um quadro regional de acentuada macrocefalia (PEQUENO, 2008). Afora a capital, dos 184 municípios, apenas sete outras cidades apresentam mais de 100 mil habitantes (**Figura 5**). Fortaleza hoje, definidos os seus limites em 119 bairros (**Figura 4**), caracteriza-se como uma cidade litorânea ao norte do Estado, ocupando 314 km² (**Figura 3**). No Censo de 2010, a população era de 2.452.185 habitantes, estimada para 2013 em 2.551.806 habitantes: a quinta cidade mais populosa. Trata-se também da maior densidade demográfica do País: 7.786,44 hab/km². A Grande Fortaleza, região metropolitana instituída em 1973 hoje abrange, com a capital, mais 14 municípios.

FORTALEZA

dados gerais



ÁREA: 314,930 km²

POPULAÇÃO₂₀₁₀: 2.452.185 hab

DENSIDADE DEMOGRÁFICA₂₀₁₀: 7786,44 hab/km²

PIB₂₀₁₁: 42.010.111 mil reais (8a capital)

PIB PER CAPITA₂₀₁₁: 16.962,89 reais

ÍNDICE DE GINI*₂₀₁₀: 0,51

IDH₂₀₁₁: 0,754 (19a capital)

DÉFICT ECOLÓGICO**₁₉₉₆: 184,15

* Medida de grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero), a perfeita igualdade a 1 (um), a desigualdade máxima.

** Pegada Ecológica em hectares pela área do município.

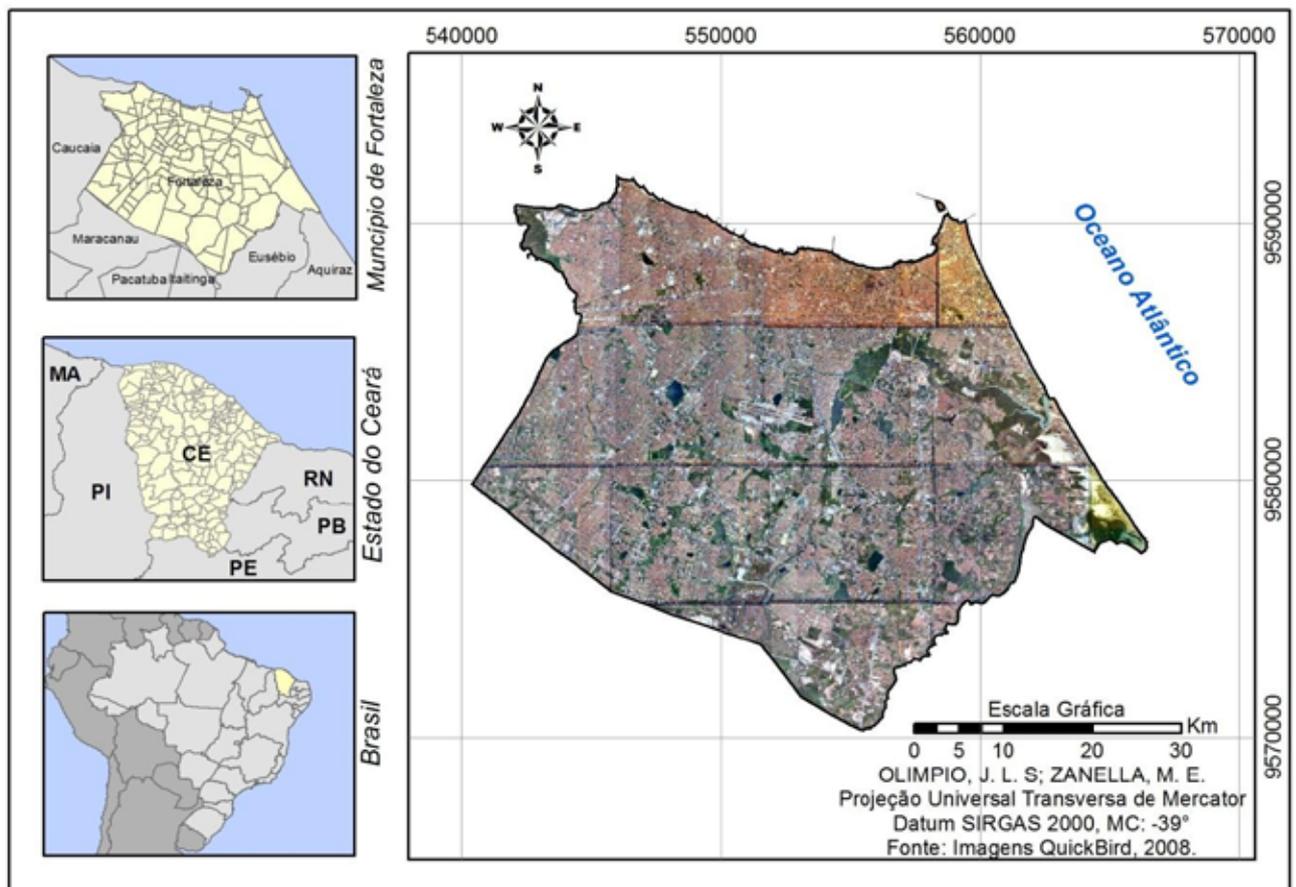
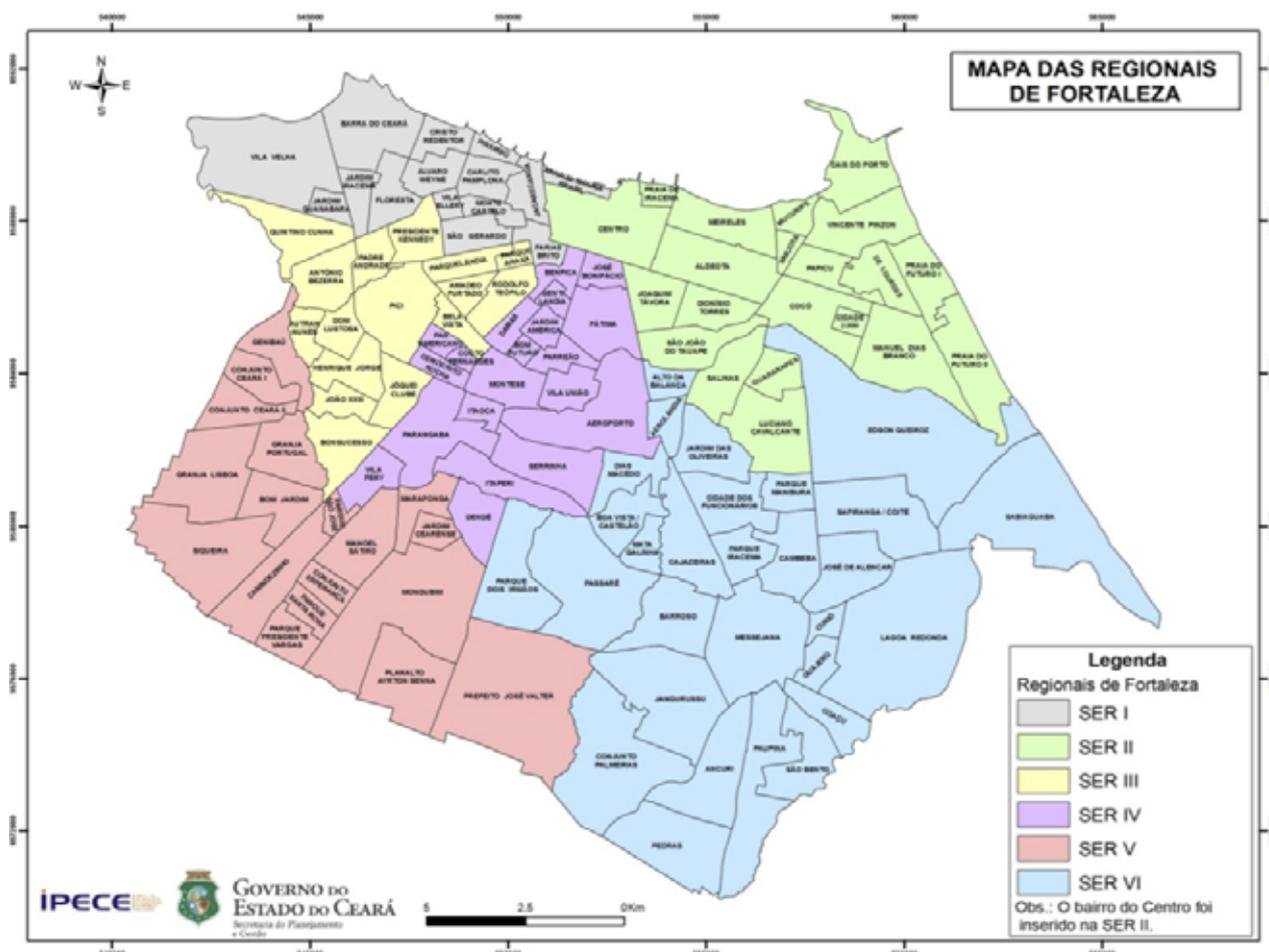


Figura 3. Dados gerais do município de Fortaleza

Fontes: IBGE (2010); Leite e Viana (2001); Olímpio e Zanella (2012)



Bairros por Secretárias Executivas Regionais (SER)

Regional I (15): Alagadiço, Alvaro Weyne, Arraial Moura Brasil, Barra do Ceará, Carlito Pamplona, Cristo Redentor, Farias Brito, Floresta, Jacarecanga, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Monte Castelo, Pirambú, Vila Ellery e Vila Velha.

Regional II (21): Aldeota, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, De Lourdes, Luciano Cavalcante, Diorísio Torres, Guararapes, Joaquim Távora, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tauapé, Varjota, Vicente Pinzon.

Regional III (16): Amadeo Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bela Vista, Bonsucesso, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jôquei Club, Padre Andrade, Parque Araxá, Parquelândia, Pici, Presidente Kennedy, Quintino Cunha e Rodolfo Teófilo.

Regional IV (20): Aeroporto, Benfica, Bom Futuro, Couto Fernandes, Damas, Demócrito Rocha, Dendê, Fátima, Gentilândia, Itaóca, Itaperi, Jardim América, José Bonifácio, Montese, Pan-Americano, Parangaba, Parreão, Serrinha, Vila Pery e Vila União.

Regional V (18): Bom Jardim, Canindezinho, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Conjunto Esperança, Genibau, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Parque Presidente Vargas, Parque Santa Rosa, Parque São José, Planalto Ayrton Senna, Prefeito José Walter e Siqueira.

Regional VI (29): Aerolândia, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cajazeiras, Cambéa, Castelão, Cidade dos Funcionários, Coacú, Conjunto Palmeiras, Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajuru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar, Lagoa Redonda, Sapiroanga, Mata Galinha, Messejana, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Passaré, Paupina, Pedras, Sabiaguaba e São Bento.

Figura 4. Divisão administrativa atual por bairros e secretarias executivas

Fontes: Prefeitura de Fortaleza; Elaboração: IPECE.

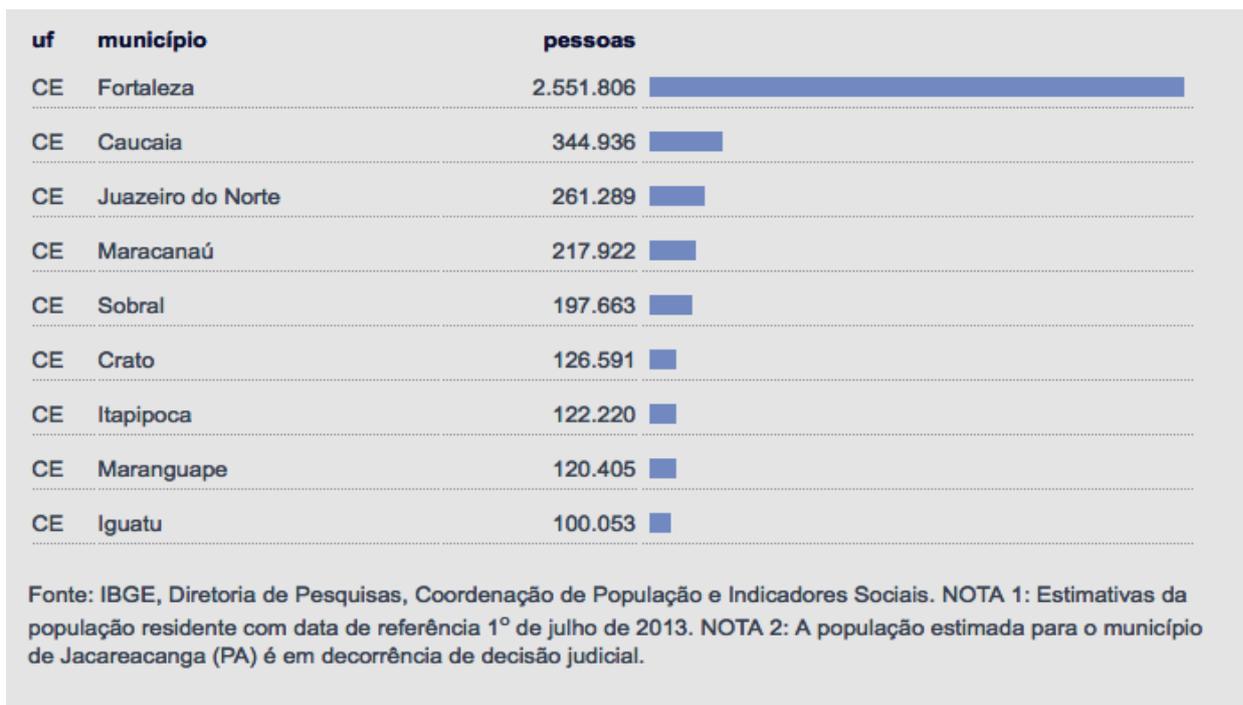


Figura 5. Municípios cearenses com mais de 100 mil habitantes

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

O sítio urbano de Fortaleza é relativamente plano, com pequenas declividades e formado majoritariamente por substrato geológico da Formação Barreiras (coberturas sedimentares Cenozóicas), sobre o qual se desenvolveram os Tabuleiros Pré-litorâneos, considerados compartimentos geoambientais de boa estabilidade natural, propícias, portanto, à ocupação. Há também ocorrência de rochas do Embasamento Cristalino e estruturas derivadas do vulcanismo Terciário (SANTOS, 2011, p. 153).

A cidade encerra em seus limites áreas de contribuição de quatro bacias hidrográficas: a do rio Cocó; a do sistema Maranguapinho/Ceará; a do rio Pacoti; e a bacia Vertente Marítima (**Figura 6**). A bacia do rio Cocó, com seu principal tributário, o rio Coaçu, perfazem a maior área de drenagem, ocupando cerca de 70% do município (SANTOS, 2011, p. 166). A predominância de superfícies planas e de inclinação suave em direção ao litoral, com declividades pouco pronunciadas resultam em amplitude altimétrica não superior a 15 m entre os fundos dos vales e os topos dos tabuleiros, que, aliados às condições de solos, favorecem o acúmulo de reservatórios de águas paradas em detrimento da dissecação por ação pluvial (**Figura 8**). Ainda que muitas tenham sido aterradas para produção de solo urbano, são incontáveis as lagoas neste

sítio. Claudino-Sales (2010a) explica que este é um fato comum ao domínio costeiro nordestino, mas a grande ocorrência desses corpos em Fortaleza deve-se à presença do Maciço de Baturité, que atua como barreira orográfica à umidade trazida pelos ventos de NE.

Em Fortaleza, como em boa parte do Nordeste setentrional, as chuvas concentram-se no primeiro semestre do ano (cerca de 90% do volume anual), com picos de concentração em março e abril, que são também os meses de menores insolação (148,9 e 152,8 horas/mês) e evaporação (média de 1.469 mm/ano). Apesar da irregularidade patente, tanto ao longo do ano quanto no decorrer dos anos, distanciando-se da média, os índices pluviométricos da capital são, em geral, superiores a 1.200 mm/ano, configurando boa disponibilidade hídrica superficial e subterrânea em relação às regiões semiáridas interioranas. As temperaturas, por sua vez, orbitam em torno da média de 26,7° C (CLAUDINO-SALES, 2010a; SANTOS, 2011, p. 158).

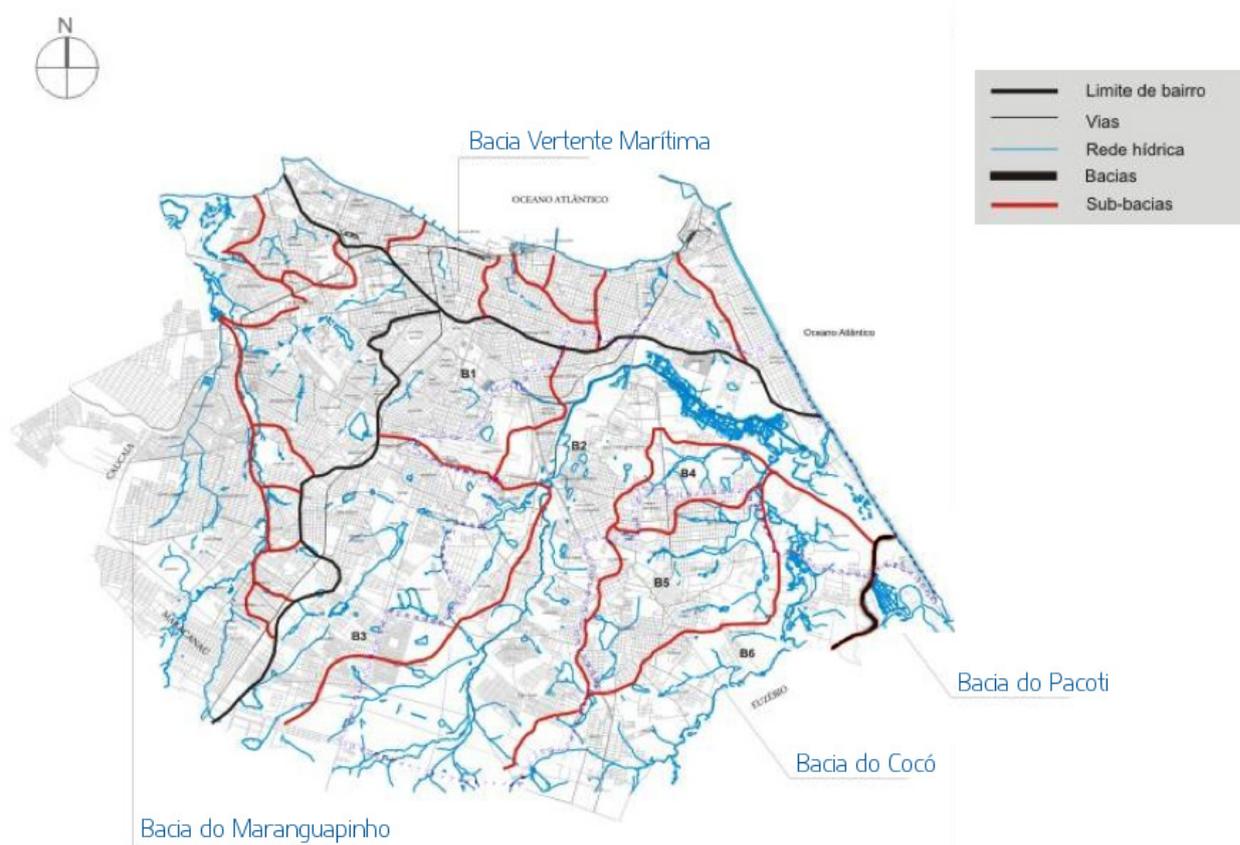


Figura 6. Bacias e sub-bacias hidrográficas de Fortaleza

Fonte: Adaptado de Aldigueri (2010, p. 81)

Quanto à compartimentação do relevo (**Figura 7**), este sítio urbano possui, segundo Zanella e Olímpio (2012), onze sistemas ambientais: (1) terraços marinhos, (2) dunas móveis, (3) dunas fixas, (4) planícies fluviais, (5) planícies fluviomarinhas, (6) planície praial, (7) planícies lacustres, (8) áreas de inundação sazonal, (9) tabuleiros pré-litorâneos, (10) transição tabuleiro pré-litorâneo e depressão sertaneja e (11) morros residuais. Já Claudino-Sales (2010b) resume a caracterização geoambiental a quatro tipos de espaços naturais: (a) planície litorânea; (b) tabuleiros costeiros; (c) pedimento cristalino; e (d) planícies fluviais.

Optaremos, no entanto, pela organização taxonômica de Santos (2011, p. 194), que distingue doze **padrões de formas de relevo** (3º táxon): (i) faixa de praia; (ii) terraços marinhos; (iii) dunas fixas; (iv) dunas móveis; (v) paleodunas; (vi) planícies fluviomarinhas; (vii) beach rocks; (viii) planícies fluviais; (ix) planícies lacustres e fluviolacustres; (x) terraços fluviais; (xi) tabuleiros pré-litorâneos; e (xii) pedimentos da depressão sertaneja subúmida. Os padrões de formas associam-se a cinco **morfoesculturas** (2º táxon): planície litorânea (i-vii); vales e planícies de acumulação fluvial (viii-x); glácis de deposição pré-litorâneos (xi); relevos vulcânicos (associados apenas a formas de relevo mais detalhadas, pertencentes ao 4º táxon – Morro Caruru e Serrote Ancuri); e depressão sertaneja subúmida (xii). Por fim, este autor relaciona às categorias de 3º e 4º táxons **processos derivados de atividades socioeconômicas** (6º táxon): molhes-espigões (i); cicatrizes de mineração (iii-v, xi, xii e Morro Caruru); e aterros sanitários (viii e xi).

Como a nós interessa a consideração dos compartimentos geoambientais em função das suas condições de suporte a usos e ocupações tipicamente urbanos, recorreremos à análise de fragilidade do ambiente (**Figura 9**), pré-requisito à aferição dos riscos socioambientais urbanos. A abordagem trabalhada por Santos (2011, p. 50) baseia-se no aprimoramento realizado por Ross (1994) sobre o conceito de unidades ecodinâmicas de Tricart (1977). Por ecodinâmica entende-se um diálogo entre a Ecologia e a Geografia Física em abordagem sistêmica, focada nos fluxos de matéria e energia, para determinação dos níveis de estabilidade dos ambientes. A qualidade do sistema é tradicionalmente determinada por um balanço entre processos morfogenéticos e pedogenéticos. Quando a deposição supera a erosão, tem-se um ambiente estável. Quando ocorre o contrário e os processos morfogenéticos predominam, tem-se instabilidade no sistema.

A contribuição de Ross ao método de Tricart dá-se pela consideração da ênfase aos elementos externos em detrimento dos processos endógenos como inadequada aos fins do planejamento ambiental urbano, ambiente onde o componente antropogênico se faz notável. Dessa forma, as unidades ecodinâmicas e suas faixas de transição foram convertidas em unidades de instabilidade emergente e potencial, cada uma com cinco níveis qualitativos, variando de muito baixa a muito forte. A primeira unidade corresponde a ambientes em equilíbrio dinâmico, considerados estáveis, mas cuja fragilidade potencial poderá vir à tona mediante intervenção antrópica. A segunda categoria refere-se tanto a ambientes naturalmente frágeis como a sistemas fortemente instáveis deflagrados por ação humana, associados muitas vezes a desmatamentos (SANTOS, 2011, p. 55).

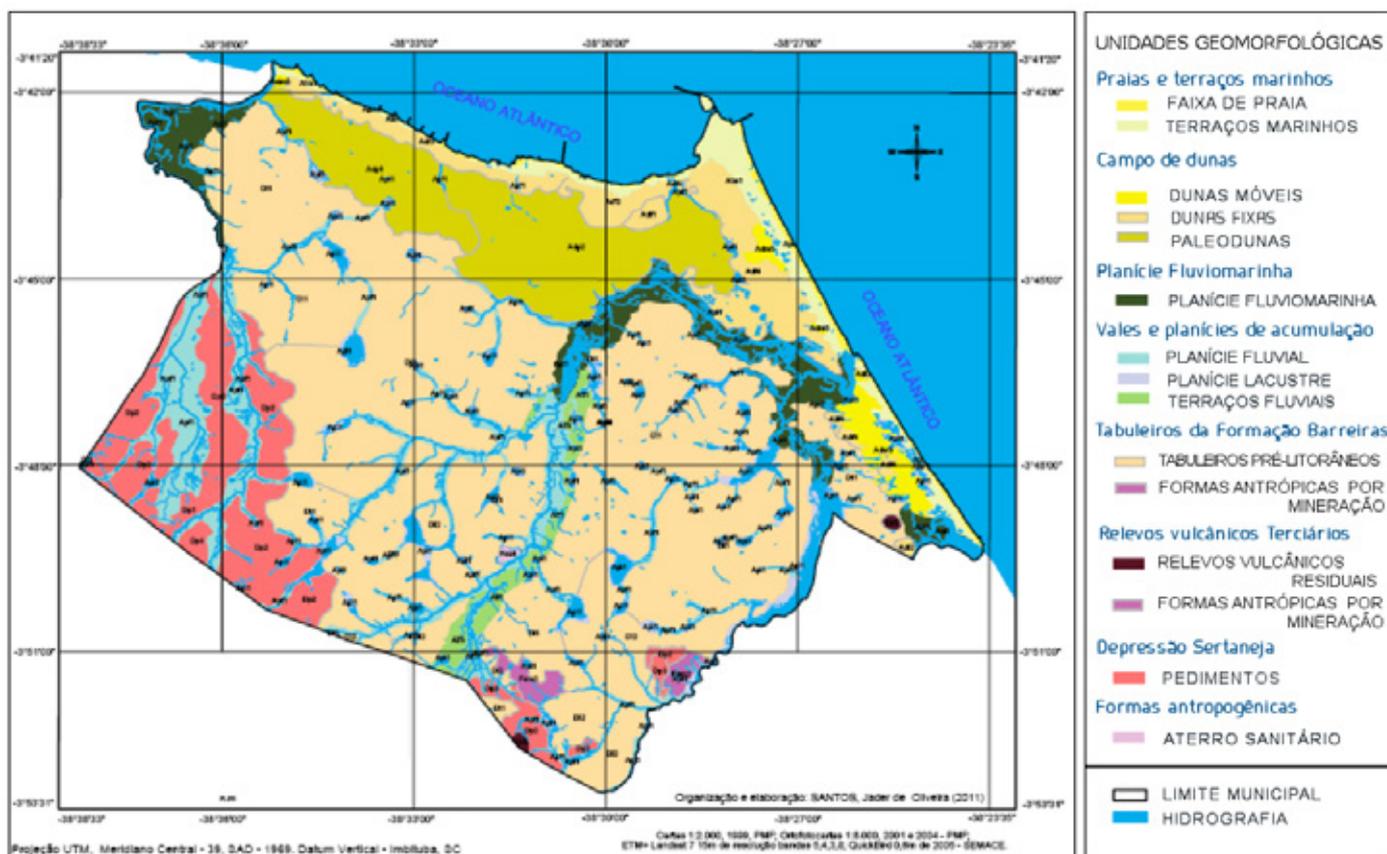


Figura 7. Compartimentação geomorfológica do sítio urbano de Fortaleza

Fonte: Adaptado de Santos (2011)

Uma vez feito o retrato da Fortaleza atual, recorreremos às causas históricas e processos de formação que marcaram a eclosão desta realidade urbana. Para que

não incorramos na armadilha de recontar a história da cidade, lançaremos a seguinte pergunta suleadora: que sorte de acontecimentos em cerca de 160 anos (desde a afirmação como capital) sucederam ao sítio e à sociedade fortalezense, de tal feita que deles se tenha secretado caráter tão inóspito sobre paisagens ora tão amenas? Os processos intensos de urbanização em todo o país produziram deformações e desumanidades semelhantes. Aqui, portanto, nos deteremos a identificar os elos críticos dessas relações particulares ao cenário desta capital, porque é a partir deles que enxergaremos pontos de ruptura com a inércia dessas tais insustentabilidades. De antemão, fixemos a hipótese de que a saturação do sítio urbano, com o preenchimento virtual das áreas ambientalmente favoráveis à ocupação, aliado às tendências regionais de macrocefalia metropolitana sejam os vetores mais significativos de promoção das vulnerabilidades sociais e acirramento das fragilidades ambientais.

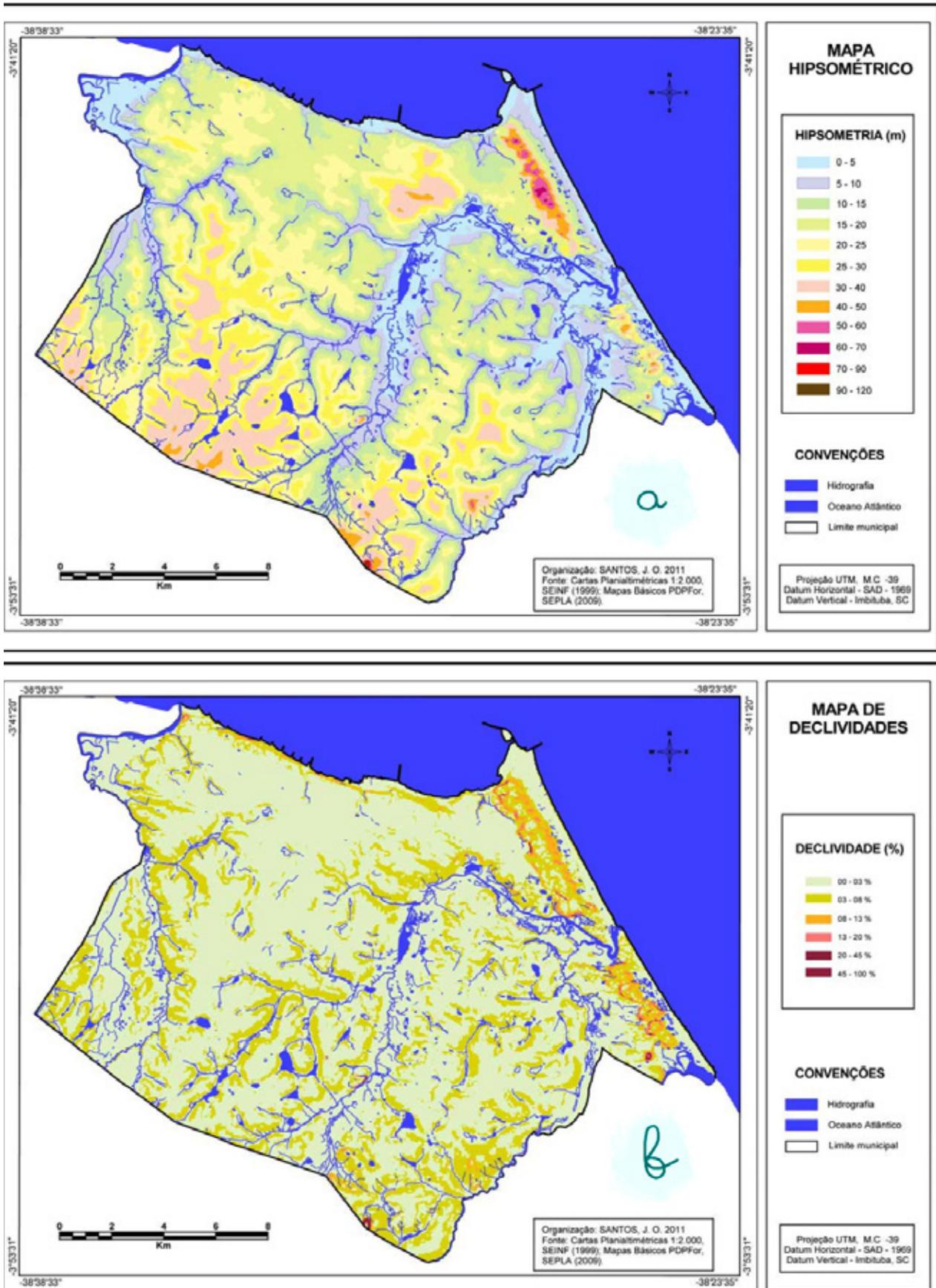


Figura 8. Sítio urbano de Fortaleza. (a) Mapa hipsométrico; (b) Mapa de declividades
 Fonte: Santos (2011)

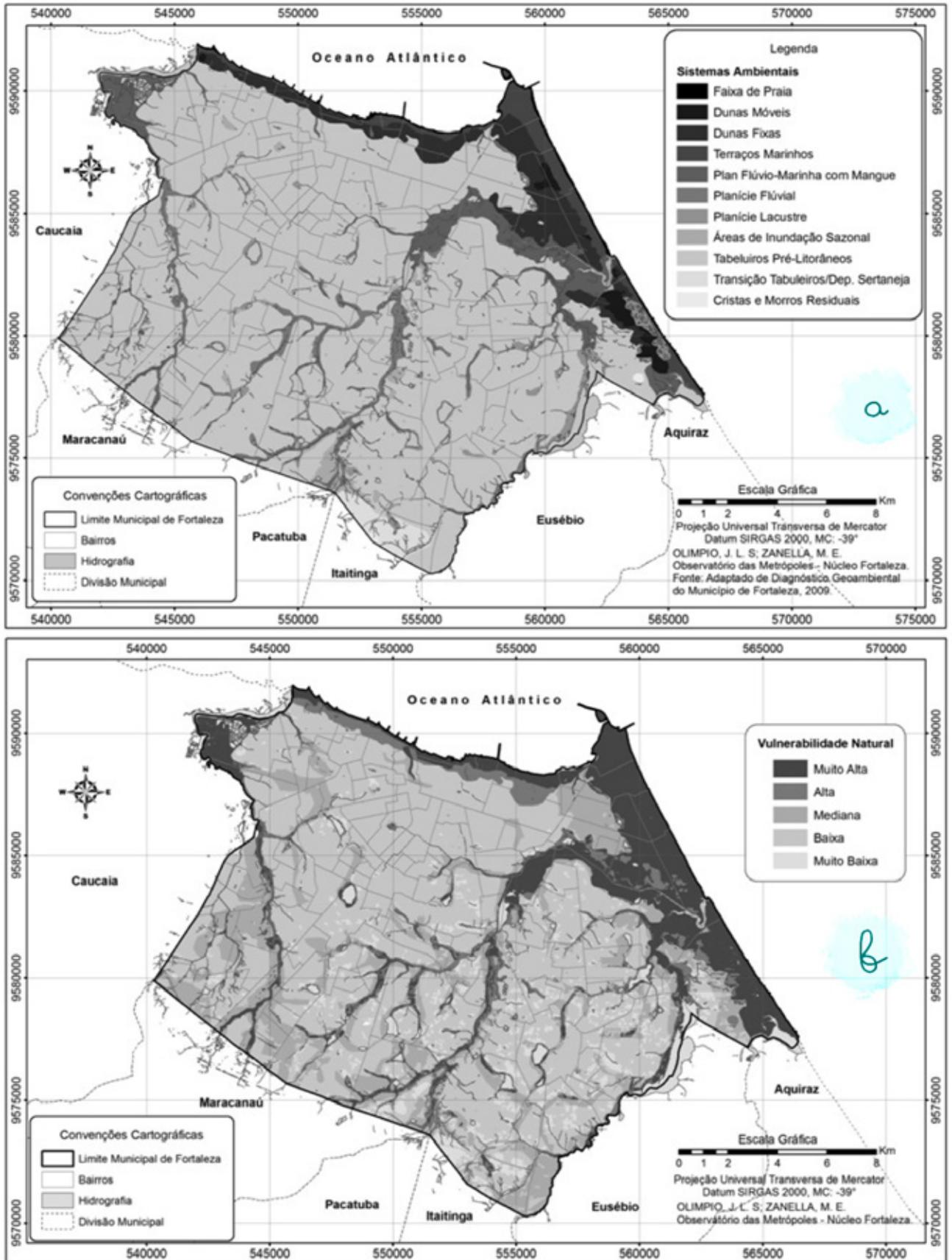


Figura 9. Sítio urbano de Fortaleza. (a) Sistemas Ambientais; (b) Vulnerabilidade Natural
Fonte: Olímpio e Zanella (2012)

5. A bola de neve do semiárido

*“Não haverá mais um dia, não deixemos pra depois
Corta um segundo em minha vida e eu canto uma canção logo em seguida
Enquanto nossa rua, nossos corpos, nossa terra, nossa vida
Não é um alvo da vida dos senhores”*

Não haverá mais um dia, Pachely Jamacarú

Para orientar nosso recorte narrativo apoiemo-nos na proposta de periodização de Custódio (2012, p. 14), para quem a análise histórico-processual se mostrou cara à interpretação dos problemas ambientais de escassez de água e inundações na grande São Paulo. Esta autora identifica cinco momentos e distingue-os da seguinte forma: **(1) 1532-1808**: da fundação da primeira cidade (São Vicente) à chegada da família real portuguesa ao Brasil; **(2) 1808-1930**: do estabelecimento da família real ao início do primeiro governo Getúlio Vargas; **(3) 1930-1964**: da posse de Getúlio ao período militar; **(4) 1964-1988**: da ditadura à promulgação da constituição cidadã; e **(5)** de 1988 até o momento atual.

Prólogo: solicita-se o aval do existir

O primeiro período é marcado pelo domínio de uma ordem externa (distante), determinante inequívoca dos processos iniciais de ocupação do território brasileiro. Os objetivos de criação das cidades eram, via de regra, voltados à defesa do território, à drenagem e ao escoamento da produção canavieira e de gêneros secundários ao mercado internacional (CUSTÓDIO, 2012, p. 14). As origens particulares de Fortaleza e da capitania do Ceará estão associadas às funções administrativa e de defesa do território, como as demais, mas suas condições ambientais não permitiram a exploração comercial de nenhum produto do repertório cultural europeu digno de exportação. Assim, a penetração do continente se deu amparada na criação de gado para provimento da região Nordeste e aglomerações próximas.

Chega a ser desconcertante a leitura dos relatos de formação desta cidade dada a ênfase no desinteresse por parte dos colonizadores e na precariedade das condições de vida social urbana, que, cambaleante, vai se estruturando em torno do

forte que viria a dar nome à capital cearense. Os processos de ocupação do Ceará no período colonial diferenciam-se das demais regiões do nordeste, porque não havendo condições de cultivo da cana-de-açúcar (atividade principal), a pecuária, atividade acessória à cultura canavieira, regionalmente afirma-se como atividade principal. Nesse sentido, ainda que nada comparável ao dinamismo alcançado em Pernambuco e na Bahia, a criação de gado orienta a penetração continental e, inclusive, subordina a atividade portuária litorânea aos seus interesses de expansão. Nesse momento, Aracati e Icó ganham destaque como centros de drenagem e escoamento da produção de charque, enquanto Fortaleza repousa em reticente estagnação (SANTOS, 2011, p. 175).

Até a última década do século 18, os povoados, vilas e atividades que, bem ou mal, desenvolviam-se no atual estado do Ceará (capitania subalterna) eram vinculados à capitania de Pernambuco. Castro (2009) conta que a colonização brasileira reproduziu a prática herdada do sistema administrativo português de criação de unidades territoriais por divisão consentida pelo poder real, uma forma de manter a integridade do território em consolidação após a reconquista do reinado cristão. O exercício desse poder consentido dava aos municípios, menores unidades do sistema administrativo, prerrogativas de comando dos territórios com sede nas vilas ou cidades, permitindo aos membros das câmaras o acúmulo de atividades legislativas, executivas e judiciais. Daí a solicitação à coroa por parte dos moradores do Forte e por intermédio dos ouvidores – sobrecarregados de atividades e, por isso, favoráveis – à criação de uma vila na região.

Em 1699, foi expedida por D. Pedro II a carta régia que encarregava o ouvidor da Paraíba da criação de uma vila no Ceará. Inicialmente instalada na Barra do Ceará, depois nas proximidades do Forte da Assunção; em seguida, no Iguape (praia pertencente hoje ao município de Aquiraz), por aparente capricho do ouvidor e, por fim, mas não sem uma luta de doze anos, a concepção da vila retorna ao pé do Forte. Destarte, o imbróglio se resolve por expedição de nova carta régia: em 13 de abril de 1726 é solenemente criada a *Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande*. Diplomáticamente, D. João manteve a Vila do Aquirás instituída pelo ouvidor (CASTRO, 2009).

A criação da Vila da Fortaleza, no entanto, não teria tido muito significado se em 1799 não tivesse sido concedida a autonomia da Capitania do Ceará. O novo

estatuto administrativo oficializou a condição desta vila como capital da Capitania autônoma e permitiu o comércio direto dos bens aqui produzidos com Portugal e suas colônias, sem o intermédio de Pernambuco. O significado local desta medida traduz-se na capitalização dos lucros das transações em Fortaleza. Com a vinda da família real portuguesa e a abertura dos portos, em 1808, este direito se estendeu às trocas com a Inglaterra.

Vale mencionar que a criação de gado no Ceará alcançou o apogeu em meados do século 18, entrando em declínio logo em seguida por ocorrência de uma sucessão de secas – 1777, 1778, 1790 e 1793. Nesse momento, a produção algodoeira ganha espaço e é este setor que mais se beneficiará da abertura dos portos, fornecendo matéria-prima para as necessidades de consumo alavancadas pela guerra civil norte-americana (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 68; SANTOS, 2011, p. 176).

Com este breve relato, quisemos dizer que Fortaleza praticamente não se projeta no período colonial e, quando o faz, trata logo de enaltecer suas vocações administrativas centralizadas desde a fundação dos primeiros fortes, voltados essencialmente à defesa e à manutenção do território como ponto de apoio entre Pernambuco e Maranhão. A todos os aspectos que depõem contra a consolidação de Fortaleza como capital, devemos opor a centralidade marítima desse sítio em relação aos vales do Acaraú e do Jaguaribe (e dos povoados e atividades que aí se estabeleceram) e a relativa segurança oferecida pelo Forte da Assunção (**Figura 10**) ante as reações dos índios habitantes destas paisagens. Secundariamente, a vila que viria a ser elevada ao título de cidade em 1823, no período seguinte, procura a todo custo explorar as oportunidades que a ela se abrem com as reconfigurações históricas e fixar-se como núcleo de escoamento comercial do algodão.

Ainda que tenhamos, o povoado do Forte, lutado contra as dissidências do Iguape para nos afirmarmos enquanto vila aspirante à condição de capital, o processo de consolidação dos aglomerados coloniais brasileiros, por mais espontâneo, contrasta fortemente com a explicação de Lefebvre (1999, p. 19) sobre a sucessão de funções hegemônicas determinantes da estrutura e da forma urbanas européias. Não parece sensato, portanto, referir-nos a uma cidade política colonial que aos poucos vai sendo suplantada e de onde irromperia a cidade comercial. Sabe-se que os “homens bons” – assim reconhecidos porque bem pagavam seus impostos e em quantidade considerável – faziam da boa conduta um pleito às franquias municipais, de modo que

pudessem ingressar às câmaras e gozar daquelas prerrogativas. Isto configura uma aproximação gradual dos poderes econômicos comerciais junto aos poderes políticos, mas não chega a deflagrar um conflito por afirmação de hegemonias.

E como dissemos noutra oportunidade, o estabelecimento de funções hegemônicas é fator determinante quanto às manifestações e formas de uso e ocupação do solo urbano, dando a tônica da estrutura urbana. O que parece na verdade suceder, particularmente, à Capitania Autônoma do Ceará é que as funções comerciais não entram a princípio em disputa direta com os poderes constituídos porque já se sabem a razão de ser da cidade colonial, mesmo que se trate de uma atividade acessória. Esta parece a regra. O que talvez pudesse deslocar tal certeza, e que aqui nos interessaria, seria o afloramento de uma ordem interna (próxima) capaz de influenciar os rumos do desenvolvimento metropolitano incorporando interesses algo além das demandas do comércio. É o que tem início com o período imperial e a esses processos voltaremos nossa atenção.

Cidade imantada

O declínio do ciclo econômico da pecuária no Nordeste, o advento da cultura algodoeira e as oportunidades que se abriram para Fortaleza a partir do rompimento com Pernambuco e da abertura dos portos deram a largada em um processo de afirmação da capital diante de regiões até então mais desenvolvidas e comercialmente estruturadas. Do princípio do século 19 até o princípio do século seguinte, a cidade terá que preencher de sentido a importância e a centralidade que lhe foi formalmente atribuída. Dessa maneira, ingressamos na segunda etapa da periodização de Custódio (2012).

Nesse processo, Costa (2009, p. 148) explica que as demandas lançadas pela Revolução Industrial na Europa e pela Guerra de Secessão americana terminaram por transformar o Ceará em um imenso algodão. Fortaleza contava com a proximidade de um importante núcleo produtor desse gênero, a Serra de Uruburetama, mas foram os **investimentos em infraestrutura** de portos e malha ferroviária que favoreceram em detrimento das cidades de Icó, Aracati e Sobral.

Sob um dado ponto de vista, a consolidação da capital cearense ao longo do século 19, à medida que conquista espaço, passa a envolver e subordinar centros

produtores do interior a seus interesses. Em 1803, passa a ter efeito uma lei que reduz à metade as tarifas alfandegárias cobradas no porto de Fortaleza. Esta medida expande o raio de influência e a atratividade de Fortaleza, cooptando a produção de algodão do entorno de Sobral que escoava para os portos de Camocim e Acaraú. A construção e expansão do Sistema de Via Férrea (entre 1830 e 1880) vem a consolidar essa influência, tornando obsoleta a lógica de comunicação apoiada nas vias de penetração natural: rios e estradas antigas. Outro fator relevante seria a criação de uma linha de navios a vapor, que tornavam mais rápidas as trocas entre o Poço da Draga e os portos europeus (COSTA, 2009, p. 149; CUNHA; PEDREIRA, 2008, p. 9).

Não é difícil perceber que as forças atrativas da capital em consolidação, nesse momento, captam e drenam não só a produção interiorana, mas também o fazem sob um contingente demográfico de vulto. Fortaleza passaria de **3 mil habitantes** em 1800 para **16 mil** em 1863 e **21.372** em 1872. Entre os novos residentes, proprietários rurais e suas famílias, representantes de classes aquinhoadas e que viriam a impulsionar a estruturação de um considerável mercado consumidor urbano, a expansão do pequeno comércio e de serviços públicos (CUNHA; PEDREIRA, 2008, p. 9).

Do princípio deste período datam os esforços iniciais de planejamento urbano em Fortaleza. Na gestão do governador Inácio de Sampaio (1812-1820), o engenheiro português Silva Paulet ensaiou a primeira tentativa de disciplinamento do centro por meio de um plano urbanístico. Castro (2009, p. 24) conta que a opção por diretrizes de formas regulares do plano em xadrez (**Figura 11a**) aqui proposto e até hoje persistentes recorria ao padrão de traçado das vilas novas portuguesas, formações urbanas de origem medieval reafirmadas com a reconstrução da capital lusitana após o terremoto de 1755.

Também de inegável importância para os rumos de desenvolvimento da metrópole alencarina seria a atuação do engenheiro Adolfo Herbster. Pouco antes dele, cabe registrar a elaboração das plantas descritivas de Antônio Simões Ferreira Tomás, de 1850 e do Padre Manuel de Rego Medeiros, de 1856 (**Figura 13a**). Herbster era integrante da diretoria de obras em Pernambuco e, em 1855, é cedido ao Governo Provincial do Ceará. Quatro anos mais tarde, Herbster concluiria a elaboração de sua primeira *Planta Exacta da Capital do Ceará* (**Figura 14a**). O rápido incremento populacional tanto desencadeou um processo de transformação da paisagem urbana pelas exigências dos novos cidadãos – como a construção de um novo cemitério,

a transição da iluminação pública para o padrão a gás e a criação da Academia Francesa –, como deu às contrações os limites municipais com perceptivas demandas de expansão (MATOS, 2011).

Assim, Matos (2011) e Matos e Perdigão (2010) contam que, desde a planta de Tomás, já se percebia uma expectativa de progresso, expresso por traços pontilhados, indicativos de arruamentos a leste da cidade. Da planta de Silva Paulet (**Figura 12**) datada do começo do século até pelo menos 1850, Fortaleza manteve-se restrita à ocupação da margem esquerda do riacho Pajeú. Ainda que Paulet tenha projetado um trajeto de cruzamento do curso d'água pela rua do Norte (atual rua Governador Sampaio), partindo da rua da Ponte (atual av. Alberto Nepomuceno) e unindo-se à *Picada do Mocuripe*, esta **barreira natural** só viria a ser efetivamente transposta na segunda metade do século. A ocupação incipiente à direita do riacho pode ser observada com a evolução das plantas de Herbster de 1859, 1875 (**Figura 13b**) e 1888 (**Figura 14b**).

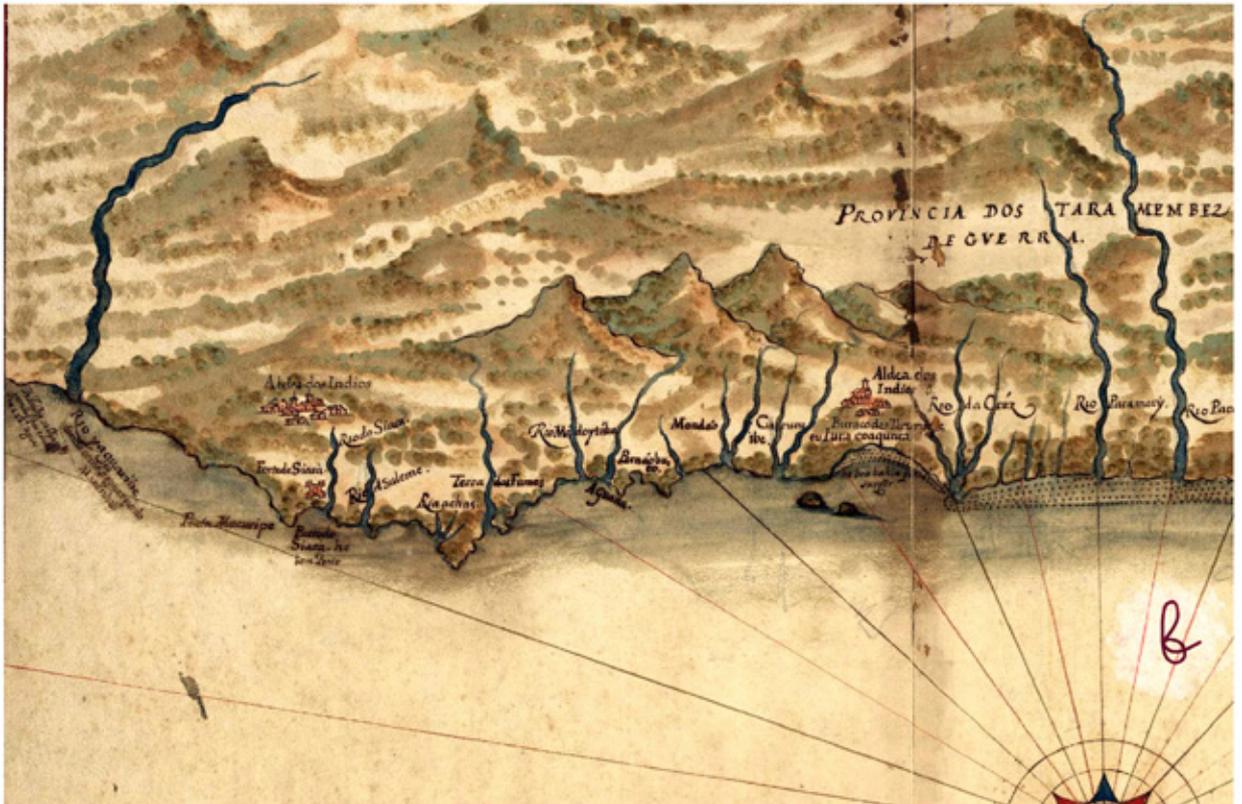
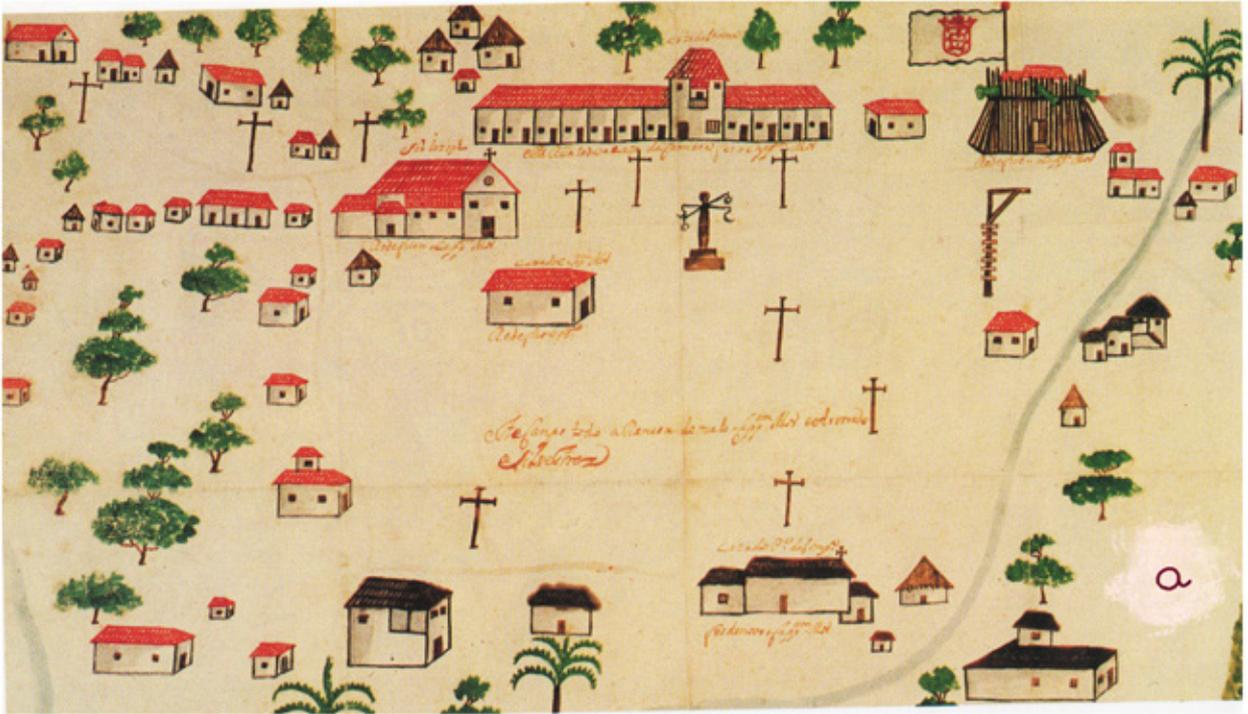


Figura 10. Primeira planta da Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Siará Grande, atribuída ao capitão-mor Manuel Francês. 1726 (a); e parte do litoral cearense no Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira Albernaz I. 1629 (b). Fontes: Castro (2009); Arquivo digital da Biblioteca Nacional

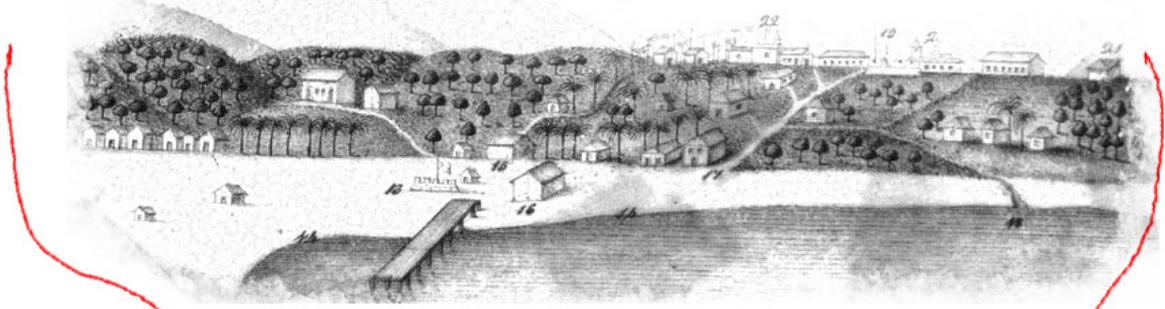
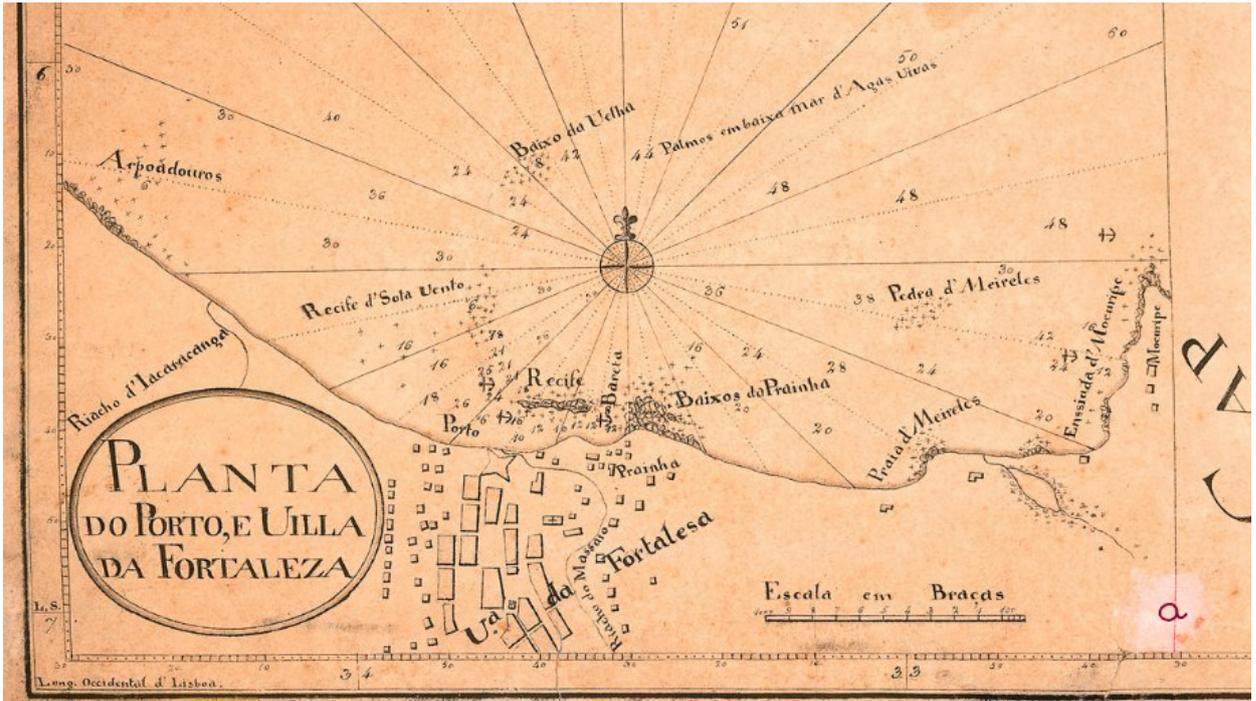


Figura 11. Planta do Porto e Villa da Fortaleza, de Silva Paulet. 1813 (a); e Perspecto da Villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção ou Porto do Siará, atribuído a Francisco Antônio Marques Girdales. 1811 (b). Fonte: Castro (2009)

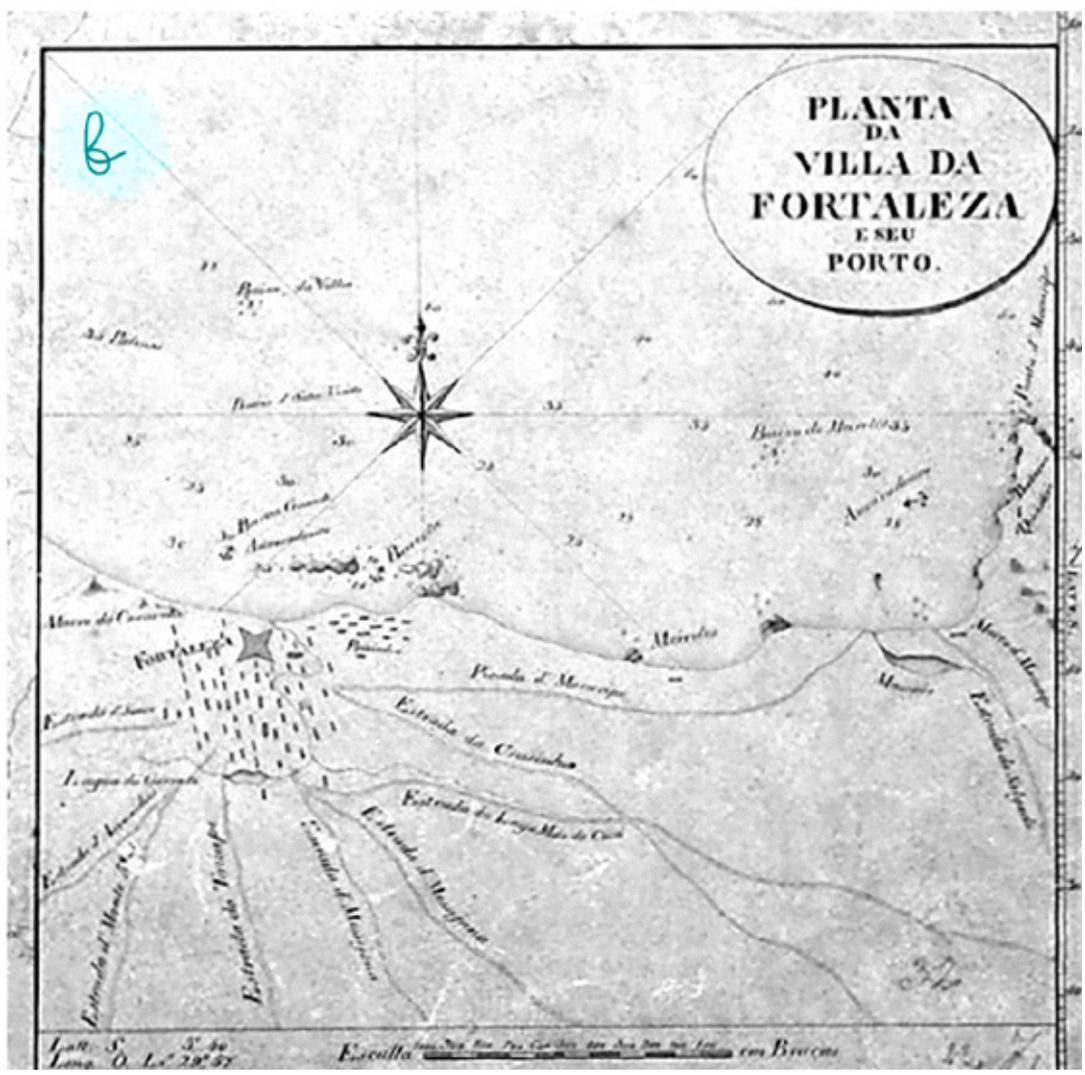
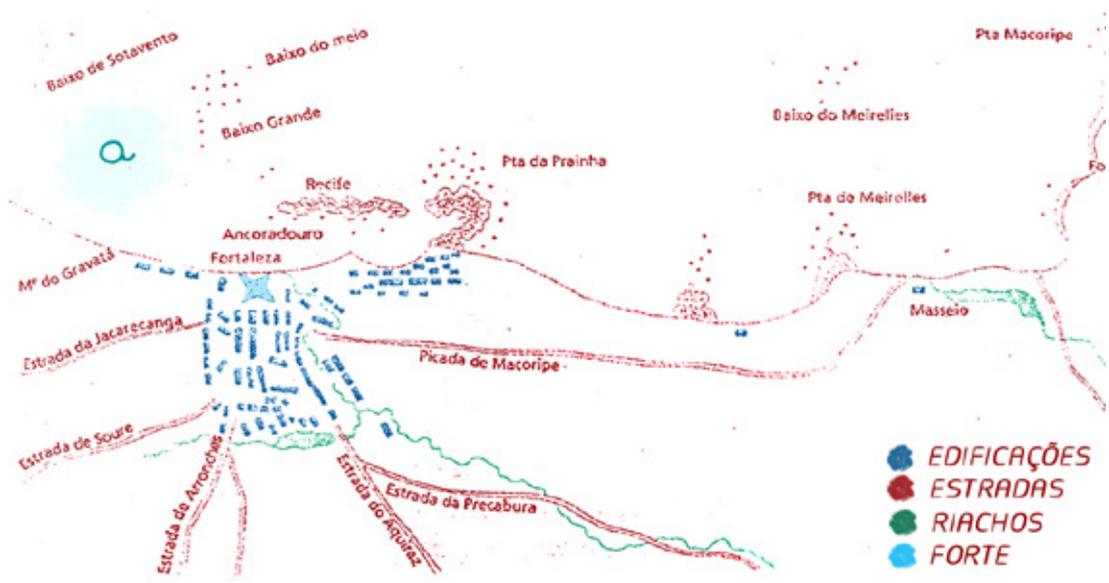
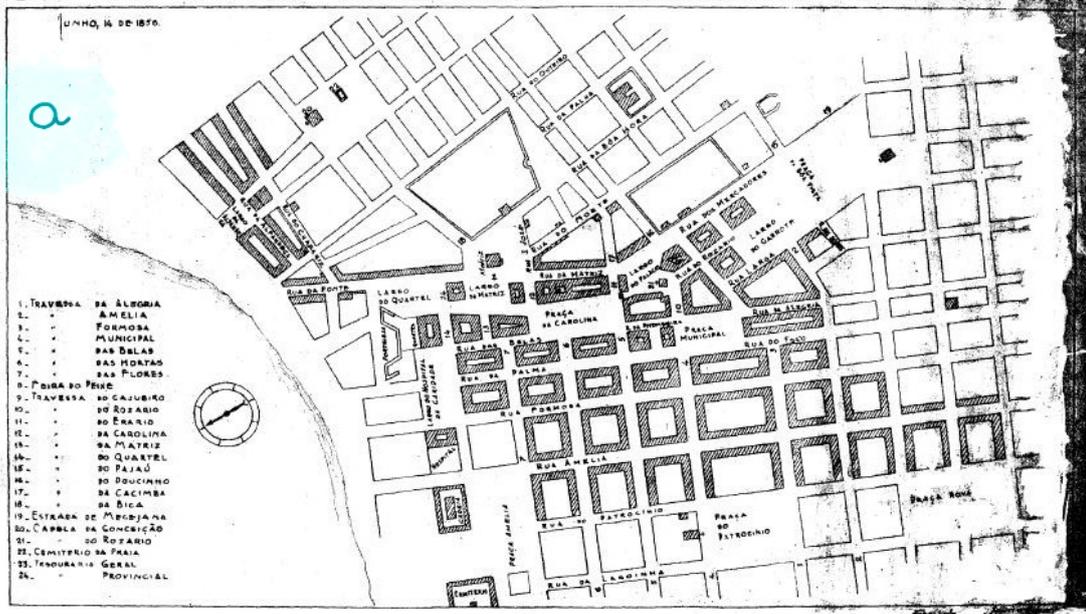


Figura 12. Planta do Porto e da Villa de Fortaleza, de Silva Paulet. 1813. (b) e (a) desenho simplificado, com indicações de estradas, riachos e edificações. Fonte: Castro (2009)



Planta da Cidade de Fortaleza levantada no ano de 1856 pelo padre Manuel do Rego Medeiros.

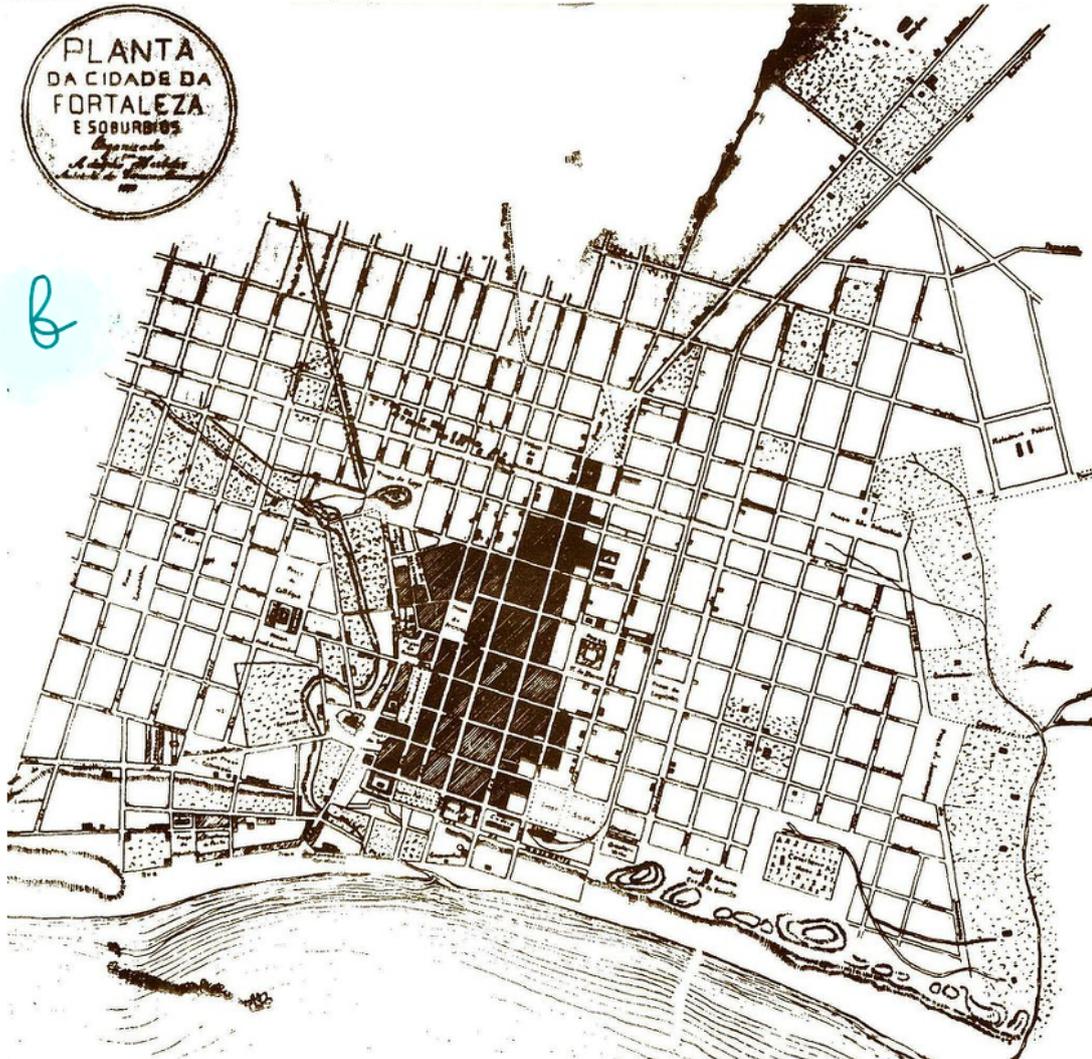


Figura 13. Planta da Cidade de Fortaleza, do Padre Manoel do Rêgo de Medeiros. 1856 (a); e Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, de Adolfo Herbster. 1875 (b).
Fonte: Castro (2009)

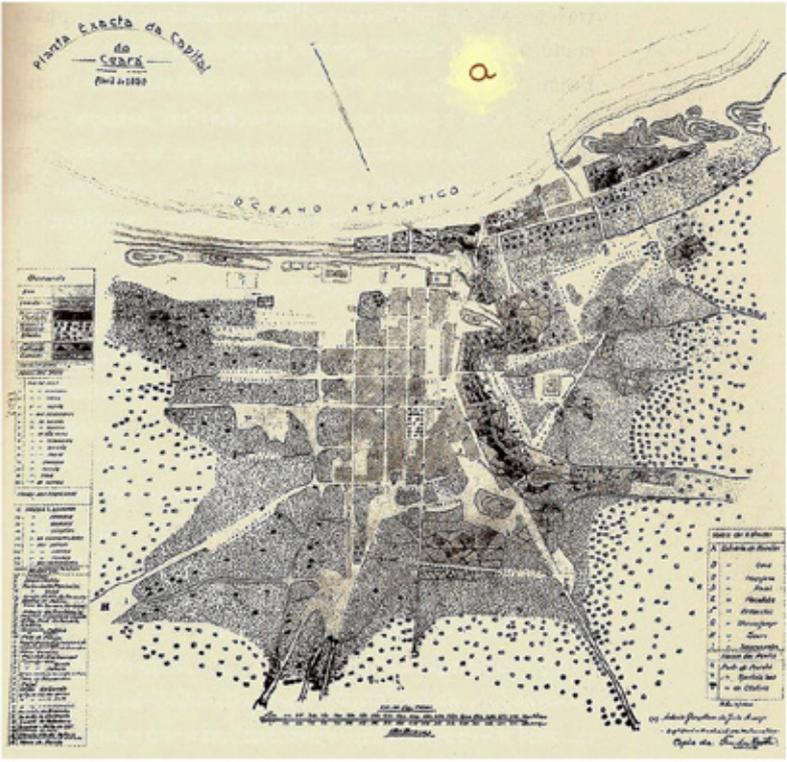


Figura 14. Planta Exacta da Capital do Ceará, de Adolfo Herbster. 1859 (a); e Planta da Cidade da Fortaleza, capital da provincia do Ceará, de Adolfo Herbster. 1888 (b). Fontes: Castro (2009); Arquivo Digital da Biblioteca Nacional

Sobre a conformação da cidade aos fins do século 19, destaquemos dois elementos retratados na terceira planta levantada por Herbster, de 1888. O primeiro, já introduzido, remete ao significado simbólico da superação dos limites ambientais pela iminente expansão da cidade a leste, representado pela continuidade do traçado xadrez sobre os meandros do riacho Pajeú e além. Inspirado no desenho parisiense do Barão de Hausmann, Herbster projetou seções de vias urbanas e três grandes cintas de avenidas que haveriam de demarcar até os dias atuais os limites do centro de Fortaleza. São os boulevards do Imperador (a oeste), Duque de Caxias (a sul) e da Conceição (a leste). Dessa forma, Matos (2011) relata a opção de Herbster pelo direcionamento da expansão a leste via prolongamento da Duque de Caxias, **contornando o riacho** e desprezando o arruamento proposto por Simões de Farias em 1850. Entre outros motivos, este autor ressalta como causa o desinteresse das camadas de alta renda sobre a zona costeira.

Havia uma concentração de serviços insalubres na faixa de praia nesse período. Estavam dispostos à costa o Paiol da Pólvora, o Gasômetro, a Santa Casa de Misericórdia, o depósito de lixo da cidade e a penitenciária. Entre o mar e a Estação da Estrada de Ferro, identifica-se a presença do segundo elemento de destaque, o Arraial Moura Brasil (**Figura 15b**), ponto de assentamento informal dos povos sertanejos foragidos da seca. Ao setor leste, cabe também mencionar a presença do Asilo de Mendicidade (**Figura 15a**), equipamento edificado durante a seca de 1877-79 a fim de abrigar as levas de flagelados (COSTA, 2007, p. 69; MATOS, 2011). A Fortaleza de 1888 já secretava os ingredientes característicos do quadro urbano conflituoso atual. Fato é, desses dois destaques aparentemente sem conexão, que tanto o riacho Pajeú quanto o Arraial viriam a se constituir como peças descartáveis na composição da paisagem radiosa da Fortaleza do século 20, autointitulada *cidade-sede da alegria* às vitrines da Copa do Mundo de 2014 e, no chavão do marketing turístico, *capital da Terra da Luz* – alcunha dada à cidade por conta do seu pioneiro ímpeto abolicionista.

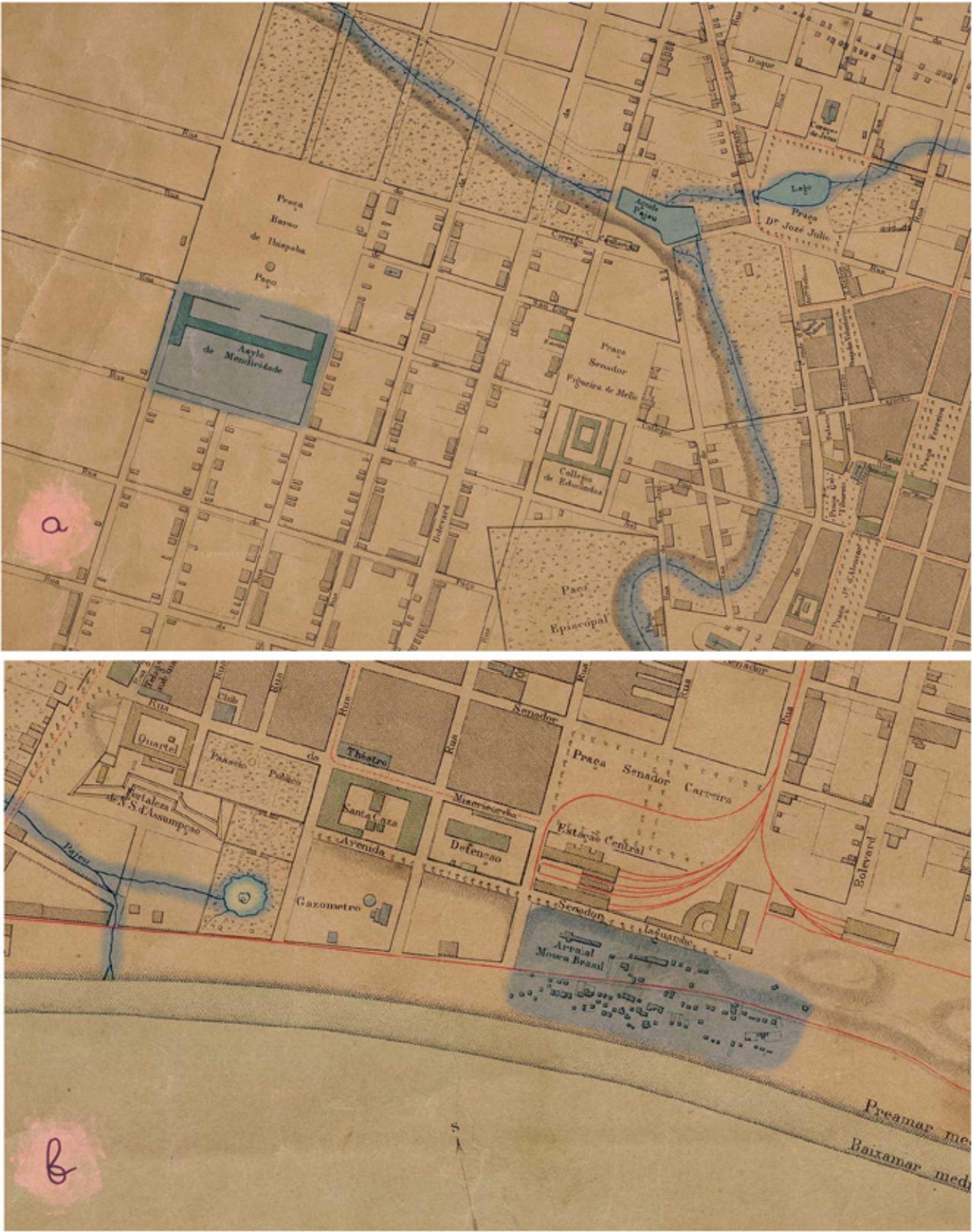


Figura 15. Detalhes da Planta da Cidade da Fortaleza, capital da província do Ceará, de Adolfo Herbster. 1888 (a) Asilo da Mendicidade e Riacho Pajeú; (b) Arraial Moura Brasil e Riacho Pajeú.

Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional

Expansão, convivência e repulsão

Dentre as obras que Risério (2013, p. 307) reúne para conduzir-nos em sua interpretação da *Cidade no Brasil*, valhamo-nos dos aportes e construções teóricas de Teresa Caldeira em “*Cidades de Muros*”. Para ela, em São Paulo e, para Risério, em boa parte das cidades brasileiras, as regras que organizam o espaço urbano constituem padrões de distinção social e separação que atravessam o século 20 em pelo menos três expressões mais acabadas. Do final do século 19 até os anos 1940, sobressaía um padrão de **segregação por tipos de moradia**, em que camadas sociais se comprimiam e se concentravam em uma pequena área urbana; Dos anos 1940 aos 1980, prevaleceu um modelo centro-periferia, de **segregação por grandes distâncias**. Nesse segundo padrão, as classes médias e altas ocupam áreas centrais, de boa infraestrutura, enquanto às classes pobres sobra o desbravamento de longínquas e precárias periferias; Por fim, dos anos 1980 em diante, às transformações recentes do espaço urbano percebe-se, em sobreposição ao modelo centro-periferia, uma **segregação por muros e tecnologias de segurança**. Os grupos sociais coexistem e circulam em proximidade, mas, separados, tendem a não interagir em áreas comuns. Surge daí a experiência capsular dos espaços privatizados e monitorados de residência, consumo, lazer e trabalho. Sob a justificativa do temor ao crime violento, ocorre um esvaziamento das ruas e dos espaços públicos tradicionais por parte das classes médias e altas, relegando-os às camadas pobres, aos grupos marginalizados e sem-teto.

À luz desta ponderação e ainda orientados pela periodização de Custódio (2012), vejamos o que se deu com a cidade de Fortaleza ao curso do século 20 para que viesse hoje a merecer as tais insígnias e honrarias (**Tópico 2**). Vimos que, da segunda metade do século 19 ao início do 20, inicia-se na capital cearense um processo mais fluído de manifestação de sentido e ordem urbanas, que se revelam, em última instância, pelo notável poder regional de atração e fixação de capitais e pessoas nesse espaço e que se traduzem em ciclos de implantação de infraestruturas, novas demandas por serviços e reformas tipicamente urbanas. Há, no início do século 20, uma sociedade urbana fortalezense suficientemente municada de elementos identitários e, em muitos sentidos, distante da imagem daquela vila que pouco e mal serviam a uma ordem econômica externa ou a mera manutenção territorial. Cabe a

nós investigar como a emergência de uma ordem próxima e de um sentido de lugar e de pertença assumem às determinações e escolhas de desenvolvimento, sobretudo local, um caráter perverso de uma perspectiva socioambiental.

Os anos 1930, envoltos em um cenário de crise econômica mundial, anunciam no Brasil uma fase monopolista de Estado, imbuída dos objetivos de modernização do país. Este período coincide com a alcance do urbanismo moderno e com a difusão das lógicas funcionalista e higienista entre os planos e propostas de intervenção urbanas em Fortaleza. Vale registrar a chegada do primeiro automóvel na capital em 1909 e a substituição do sistema de transporte coletivo de bonde a tração animal (iniciado em 1880) por bondes elétricos em 1913 e, mais adiante, em 1948, pelo sistema de ônibus. Aos poucos, o desenvolvimento dos transportes vai liberando o núcleo central e balizando a expansão urbana à medida que permite a ocupação residencial de áreas mais afastadas, mantendo as condições de circulação e acesso ao centro. Em 1912, o intendente municipal Idelfonso Albano conduziu a retificação do alinhamento de casas a fim de acomodar o transporte individual automotor, promovendo o alargamento e a pavimentação de novas ruas. Até a década de 1930 as prefeituras que sucederam os esforços de planificação de Herbster (Guilherme Rocha, Idelfonso Albano, Godofredo Maciel e Álvaro Weyne) empreenderam obras e ajardinaram praças sem nenhum projeto sistematizado de intervenção. Apenas na administração de Tibúrcio Cavalcanti (1931-33) é que são promovidos arruamentos segundo as projeções de expansão de 1875 e 1888 e retoma-se o debate sobre a necessidade de um novo plano de urbanização para a cidade (COSTA, 2007, p. 63, 2009, p. 153).

Farias Filho (2008) tenta uma análise sensível à percepção de projetos sociais em três propostas de remodelação para Fortaleza entre os anos 1930 e 1960. Ao longo desse período, a cidade começa a sentir os sabores de um crescimento rápido e caótico, desafio para o qual são convocados a dar resposta três urbanistas radicados no Rio de Janeiro: Nestor de Figueiredo, em 1933; Saboya Ribeiro, em 1947 e Hélio Modesto, em 1962. O autor esforça-se por perceber na ação desses profissionais algo além de um tratamento impreciso e abstrato do espaço, que seria natural esperar da formação dos urbanistas sabidamente sob influência e inspirações dos preceitos modernistas. Ainda que tenham sido convidados a considerar questões puramente funcionais e quantitativas, afeitas principalmente aos **gargalos de circulação** da cidade em franca expansão, suas propostas parecem conter aspectos sociais um

nível acima do *laissez-faire*.

O *Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza*, de Nestor Egídio de Figueiredo trata-se mais de um esboço, de um desenho preliminar cuja continuidade emperrou entre as prioridades da prefeitura de Raimundo Girão e do Conselho Municipal à época. A proposta de Figueiredo presta-se à reestruturação do traçado em xadrez de Silva Paulet com a implantação de um *sistema radioconcêntrico*. Assim, pretendia-se contornar as dificuldades de circulação entre os bairros e os congestionamentos de tráfego, conferindo eficiência à forma urbana com a criação de novas centralidades. Para Farias Filho (2008), o projeto social subjacente contempla aqui os anseios da burguesia comercial em ascensão. Embebidos em valores estéticos de distinção espacial, as propostas de remodelação carregam um sentido de embelezamento da paisagem, além de um rigoroso zoneamento funcional.

Dentre as críticas ao plano, lê-se às entrelinhas dos pareceres do prefeito e de seus conselheiros a presença forte de uma espécie de bairrismo rude e arisco, o que não deixa de ser uma manifestação do sentido de pertença e zelo do lugar. No rechaço do conselheiro Júlio Rodrigues à proposta, ele dispensa a contribuição de técnicos alheios à realidade local e diz não haver sentido em se destinar uma fatia considerável do modesto erário municipal (7% das rendas anuais) à separação das atividades em uma cidade consolidada e de crescimento espontâneo. Com este discurso, evita-se a *interferência artificial* do poder público sobre a *vocação natural* para crescer de Fortaleza e recomenda-se o reinvestimento dos gastos com o plano na construção do Instituto de Menores Delinquentes e Abandonados (FARIAS FILHO, 2008).

Ainda que a resistência ao plano de Nestor de Figueiredo tenham protegido Fortaleza da aplicação de um zoneamento funcionalista grosseiro, de uma ideologia moderna – hoje podemos dizer – inconsequente e imatura, a polêmica em torno deste ímpeto de imposição de ordem ao fenômeno urbano resultou em intervalo largo de paralisia em termos de instrumentalização à prática do planejamento. Não por acaso, a partir dos anos 1930, dá-se um crescimento contínuo de abrigos precários construídos espontaneamente em terrenos vazios e áreas desvalorizadas (ao longo dos trilhos da Rede Ferroviária, em terrenos de marinha, da União, terrenos da prefeitura, de particulares, baldios e em leitos de ruas). Até o princípio dos anos 1950, antes, portanto, do que viria a se configurar como um surto demográfico urbano,

registra-se o surgimento das favelas do Pirambu (1952), do Mucuripe (1933), Cercado de Zé Padre (1930), da Varjota (1945), do Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Papoquinho (1950), do Meireles (1950) e Estrada de Ferro (1954). O Nordeste havia sido sorteado no plano de integração nacional para manter-se à margem do processo de industrialização, encarregado por seu turno, da exportação do gênero mão-de-obra para a região Sudeste. A expansão das atividades industriais em Fortaleza datam das políticas de apoio tardio da SUDENE nas décadas de 1960 e 1970 e, dessa forma, não explicam a formação da maior parte das favelas nesses trópicos (SOUZA, 2009, p. 54).

Ainda assim, neste cenário de tímida projeção do setor secundário, é curioso observar que o bairro nobre da Jacarecanga, fruto da expansão a oeste do centro começa a cair em descrédito com a instalação, em 1928, da oficina mecânica da Rede Viação Cearense (Oficina do Urubu), que atraiu as primeiras indústrias ao curso da avenida Francisco Sá até a Barra do Ceará e ao longo das vias férreas. O assentamento da mão-de-obra empregada nesses estabelecimentos e a população indigente e migrante que vai erguendo barracos às margens dessas vias aos poucos trata de “afugentar” as camadas de alta renda, que encontram nos bairros a leste, além da linha do Pajeú, seu principal refúgio: a Aldeota, mas também a Praia de Iracema e o Meireles; e a sul, o Bairro de Fátima. Esse movimento de expansão, repulsão e homogeneização por bairros estabelece os contornos iniciais da segregação por grandes distâncias e da configuração centro-periferia em Fortaleza (COSTA, 2007, p. 71; SOUZA, 2006).

Na administração do prefeito Clóvis Matos (1946-47), o engenheiro-urbanista Saboya Ribeiro propõe um traçado do tipo radial-perimetral, com a introdução de vias radiais (em todos os sentidos), avenidas sub-radiais (vias longas, ligando os bairros sem cruzar o centro) e sistemas de anéis, formando circuitos ajustados à rede ortogonal em toda a cidade e nomeados segundo o raio de abrangência (comercial, de irradiação, intermediário, exterior e rural). Ribeiro trabalha em sua proposta a remodelação da área central, reforçando a necessidade de manutenção do seu valor simbólico e do seu papel como lugar de acomodação dos poderes decisórios e projeta o disciplinamento das demais áreas segundo uma lógica de organização por bairros. Nesse sentido, Sales (2012) explica que este *Plano de Remodelação e Extensão para Fortaleza* é marcado pela ambiguidade conceitual típica da arquitetura moderna em

sua primeira fase. As proposições de Ribeiro para os bairros, portanto, aproximam-se dos modelos de polinucleação sem, no entanto, projetar uma autonomia às unidades capaz de romper com a dependência quanto ao núcleo central (FARIAS FILHO, 2008).

Também contratado para dar solução aos problemas de circulação, Saboya Ribeiro, transcende em muito a dimensão da expectativa de suas sugestões, deixando transparecer não só um projeto social no seu traçado, mas também um projeto ambiental. Sua proposta de zoneamento combina disciplinamentos de uso (comercial, central, urbana, suburbana, sede de distritos, rural/agrícola) e limites de verticalização, destinando a zona central como espaço privilegiado de verticalização (cota de 40m e gabarito máximo de 12 pavimentos contra 3 pavimentos e a limitação de altura em duas vezes a largura do logradouro para as demais áreas). O memorial descritivo do plano dedica uma seção ao que Ribeiro chama de *organização social da cidade*, um apanhado de mecanismos e recomendações voltados a um sentido de democratização do acesso à propriedade urbana. Aí se sugere a escolha de setores da cidade ainda não valorizados, próximos a zonas de trabalho, para a construção de habitações e criação de bairros populares. Esta iniciativa ficaria a cargo de instituições beneficentes, filantrópicas e de assistência social, que contariam com a isenção de impostos e taxas nas operações imobiliárias. Nesse esforço, o urbanista incluiu um projeto para o bairro popular Moura Brasil (Arraial Moura Brasil), com indicações de ruas e quadras destinadas a habitação em série (SALES, 2012).

Quanto ao projeto ambiental subjacente ao plano de Saboya Ribeiro, a concepção sanitária associada a preocupações com a estética urbana resultou em proposições ponderadas sobre a preservação do sistema hídrico e da paisagem natural. O urbanista estipulou a manutenção de um mínimo de 10% de espaços verdes sobre a área total dos bairros; propôs como medida de balanço à excessiva ortogonalidade do traçado em xadrez a construção de avenidas-canal marginais aos cursos d'água; e projetou a avenida Radial Beira-mar, propondo com ela a preservação de toda a faixa litorânea, com exceção dos pontos de inserção do Poço da Draga e do Porto do Mucuripe (em construção desde 1938 e finalizado em 1950). Planos futuros apropriaram-se destas propostas sem atribuírem-lhe o mérito, entre elas, a urbanização de parte do riacho Pajeú e a construção da avenida-canal Aguanambi (FARIAS FILHO, 2008; SALES, 2012).

Em 1952, a Câmara Municipal aprova o Plano Saboya Ribeiro e o Código de Obras

proposto, mas no texto final não constam detalhamentos quanto à regulamentação dos indicativos de renovação da área central e de reorganização dos bairros. Coube a uma comissão de avaliação presidida pelo prefeito e por representantes de entidades públicas e privadas a tarefa de implementação daquelas diretrizes. Como na iniciativa de disciplinamento anterior, deu-se pífia a operacionalização deste plano sob a mesma alegação de precariedade de recursos do município. Em verdade, fazia-se forte a influência do setor privado nessa comissão e nem sequer as alterações e recuos previstos para o sistema viário pareciam convergir com os interesses desses proprietários (FARIAS FILHO, 2008; SANTOS, 2011, p. 135).

Neve no sertão?

Na segunda metade do século 20, a cidade de Fortaleza experimenta um crescimento populacional e uma expansão das fronteiras de ocupação do solo urbano sem precedentes, tanto de caráter formal como informal (loteamentos clandestinos, favelas e núcleos erguidos por autoconstrução). Os incrementos populacionais intercensitários demonstram a abertura e a oclusão dessa janela demográfica: de **49,9%** entre 1940/50; de **90,5%** entre 1950/60; de **66,6%** entre 1960/70 e **52,5%** entre 1970/80; Entre 1950 e 1960, há o incremento mais expressivo, em que a população residente na capital salta de 270.169 para 514.813 habitantes. A partir da década de 1980, percebe-se um arrefecimento no desempenho desses resultados: de **35,2%** entre 1980/91 e de **21,0%** entre 1991/2000; o que não significa necessariamente uma interrupção do crescimento, mas um deslocamento na escala de ocorrência do fenômeno para os limites metropolitanos, como indica a taxa de crescimento populacional registrada para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) entre 2000 e 2010 (1,68%), a maior entre as regiões metropolitanas monitoradas (IPEA, 2011; SOUZA, 2006).

Quanto ao caráter desse contingente adicional, Souza (2006) explica que, apesar da verificação de taxas elevadas de crescimento vegetativo nesse período, os saltos populacionais em Fortaleza devem-se, em maior parte, às migrações internas. Entre outros motivos, a pesquisadora atribui como causa dos movimentos migratórios o processo de deterioração da economia rural tradicional, com a incidência das secas, as questões fundiárias, a crise das culturas vulneráveis às irregularidades climáticas

e a ausência ou a inadequação de políticas públicas voltadas a um desenvolvimento regional equilibrado.

Um estudo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) de 1963 revelava que a composição dos moradores de favelas à época estava representada por apenas 20,3% de indivíduos naturais da capital. As condições precárias de instrução e qualificação dessa parcela migrante dificultavam a sua integração à economia e à vida urbanas. Ocupavam-se em grande parte de atividades artesanais, da atividade pesqueira e de funções de doméstica, servente e pedreiro, além do pequeno comércio de vendas e botequins, mas no todo urbano constituíam essencialmente uma massa de subempregados e desempregados, com renda ínfima ou ausente. Em 1970, registrava-se a existência de 73 vilas marginais, com uma população de 233 mil pessoas assentadas em 37.078 domicílios (SOUZA, 2009, p. 54).

As práticas de **planejamento urbano** em sentido amplo, mais próximas de como hoje as conhecemos, afeitas a determinações de caráter social, econômico, administrativo, ambiental, histórico-cultural e físico-espacial iniciam-se em Fortaleza também nesta segunda metade de século. Com o *Plano Diretor de Fortaleza*, elaborado pelo arquiteto Hélio Modesto, a convite de Raimundo Girão, encarregado à época da secretaria municipal de urbanismo da gestão Cordeiro Neto (1959-63), algumas das dimensões precocemente levantadas por Saboya Ribeiro ganham estatuto de tratamento obrigatório entre esforços de planificação produzidos no Brasil nesse período.

Segundo Farias Filho (2008), o plano de Hélio Modesto, pensado no contexto da chamada fase heróica da arquitetura brasileira, com a construção de Brasília e, em meio a um cenário local de profundas transformações, marcado sobretudo por uma conformação espacial descontrolada, sintetiza uma crítica contundente a uma elite urbana. Segundo ele, estes segmentos trabalharam sobre todas as frentes para dificultar ou jamais consentir o desenvolvimento democrático e espacialmente justo na cidade de Fortaleza.

Este urbanista propunha um rearranjo de forças segundo a morfologia do traçado. Modesto retoma a ideia de sobreposição de um sistema radioconcêntrico à malha ortogonal proposta por Saboya Ribeiro e Nestor de Figueiredo, ampliando a taxonomia viária numa proclamação da vitalidade e da complexidade da estrutura urbana. Sua proposta adequa-se ao modelo de cidade polinucleada. Para tanto, ele

sugere a estruturação de um centro cívico e dos centros de bairros. Diferente da centralidade administrativa de seu antecessor, o centro cívico é o lugar por excelência do encontro entre sociedade e espaço, dedicado à produção da alteridade ameaçada pelo movimento de segregação social acarretado pela expansão e transbordo do centro.

Aqui se ensaia uma mistura de funções para a área central, congregando equipamentos administrativos, culturais e religiosos. Infelizmente, como muitas das propostas influenciadas pelos preceitos do urbanismo moderno da primeira metade do século, Modesto não esboça grande sensibilidade quanto o valor do patrimônio histórico e defende a *renovação urbana* do centro via liberação de edificações antigas, consideradas por ele como de uso precário. Assim, sua proposta sugere a remoção de prédios históricos como a Santa Casa de Misericórdia, o Cemitério, a Penitenciária, a Estação Ferroviária, o Parque Ferroviário, o Quartel-General, os armazéns do porto antigo, o Gasômetro e o Mercado Central (FARIAS FILHO, 2008; SALES, 2012).

Os centros de bairros seriam mais que mera estratégia de descentralização funcional, mas, principalmente, um meio de enfrentamento da desigualdade espacial alavancada pela segregação urbana. Modesto e sua equipe levantaram dados socioeconômicos, tratando das carências de equipamentos de ensino e condições de qualificação profissional dos diversos setores da cidade. Propôs sobre a base aerofotogramétrica de 1960 um zoneamento funcional numa abordagem integrada segundo a estrutura socioeconômica dos bairros, identificando formas e tendências de uso e ocupação do solo. Ainda que os esforços do Plano Diretor de 1963 para disciplinar o adensamento carreguem um sentido de democratização do espaço urbano, Sales (2012) afirma que, ao discriminar os equipamentos urbanos básicos nos bairros de alto e baixo padrão, facilitou-se a manutenção das desigualdades pré-existentes entre os bairros, por conta da valorização a priori estabelecida pela especulação em função da disponibilidade infraestrutural e de equipamentos urbanos, direcionando, por seu turno, os investimentos privados de ali em diante.

Tanto era real a preocupação de Modesto com as disposições sociais de suas recomendações, que chega a propor a instituição de um *Censo de Facilidade Sociais*, uma espécie de ouvidoria ou conselho composto por representantes da administração municipal, da igreja, da universidade e das indústrias capaz de dar vazão a demandas vindas da base da sociedade. Desse plano, aprovado pela Câmara dos Vereadores

na sequência da aprovação do Código Urbano de 1962, além da implantação dos Cadastros Imobiliários, foram adotadas basicamente propostas de estruturação viária, parte delas já contidas no Plano Saboya Ribeiro: a construção da av. Beira Mar; da av. Perimetral (anel de ligação entre os bairros periféricos, da Barra do Ceará ao Mucuripe); da av. Luciano Carneiro, melhorando o acesso ao aeroporto. A construção da Beira Mar, que se transformaria na principal zona de lazer na década seguinte, desloca o antigo ponto de prostituição para o Farol do Mucuripe, no bairro do Serviluz, e os pescadores, que ali mantinham a base de suas atividades, para a rua Manuel Jesuíno, no bairro da Varjota (COSTA, 2007, p. 77).

Depois do temporal, a varrição

A partir da década de 1970, iniciam-se as políticas de desfavelamento, fruto de uma reestruturação nacional da gestão urbana após a instalação do governo ditatorial em 1964. As municipalidades perdem autonomia para as instâncias estaduais e federal, que passam a centralizar recursos financeiros e a exercer controle político e administrativo sobre pastas e aparelhos locais. Coube aos estados o controle da exploração dos serviços de água e esgoto, energia e telefonia, ao passo que as políticas de habitação e de transportes ficaram a cargo do poder federal. Eis uma fase de ações desencontradas. A construção de conjuntos habitacionais, a abertura de vias e a implantação de serviços urbanos, porque tocadas alheias a um planejamento integrado, traduziram-se em fonte de afloramento de sérios conflitos e problemas urbanos (COSTA, 2007, p. 78).

A consideração tacanha dos aspectos gerais de planejamento da ocupação do solo deixou a critério dos especuladores imobiliários a coordenação do processo de incorporação de novas áreas à cidade, a **produção de solo urbano**. Dessa forma, proprietários de terras garantiram a posse de terrenos nas periferias distantes e lotearam sítios antes destinados ao uso rural (Sítios Cocó, Alagadiço, Cambeba e Estância), enquanto grandes áreas vazias entre o centro e essas frentes de ocupação beneficiavam-se aos poucos das ligações infraestruturais financiadas pelo poder público, aguardando ociosos um pico vantajoso de valorização.

Entre 1969 e 1971, durante a gestão do prefeito José Walter Cavalcante (1967-71), foi elaborado o *Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza*

(PLANDIRF), um plano de abrangência metropolitana, cujas propostas contemplam dimensões físico-territoriais, socioeconômicas, administrativas e político-institucionais, consolidando e aprofundando a prática de planejamento urbano e regional iniciada no *Plano Hélio Modesto*. Pode-se dizer que as preocupações aqui contidas antecipam a instituição da RMF, que formalmente ocorreria em 1973, junto a outras regiões metropolitanas brasileiras, legitimando a necessidade de se pensar o desenvolvimento integrado das metrópoles e zonas urbanas contíguas. Por outro lado, nota-se também a diminuição de importância do papel de planejadores e técnicos notáveis nesse esforço de construção de uma visão multidimensional. Diante da complexidade das questões e dos desafios que se colocam, parece não haver mais sujeito ou formação disciplinar que satisfaça tal espectro de considerações (COSTA, 2007, p. 80).

Desta vez, algo além da seção destinada às proposições viárias teve destaque em termos de implementação, mas, antes, consideremos esta seara. Na administração do prefeito Vicente Fialho (1971-75), sob o comando da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (CODEF), aprovou-se um novo Plano Diretor Físico de Fortaleza em 1975, com base nas diretrizes do PLANDIRF e nos levantamentos aerofotogramétricos de 1972. Desses dois planos, materializaram-se as avenidas Presidente Castello Branco (Leste-Oeste), em 1973; Borges de Melo e Aguanambi (avenida-canal) em 1972; Zezé Diogo (Dioguinho) e o quarto anel viário (ligando os bairros da Parangaba, Boa Vista, Passaré, Castelão e Cajazeiras), em 1976; foram prolongadas, seguindo o sistema radioconcêntrico, as avenidas dos Expedicionários, Carapinima e Antônio Sales. É a partir desse momento que uma **segunda barreira física** à expansão é transposta: a linha férrea Mucuripe-Parangaba e o rio Cocó. De maneira geral, o sítio urbano de Fortaleza não apresentava impedimentos à ocupação, à exceção do riacho Pajeú na virada do século e do rio Cocó nesse segundo ato. Com a construção de pontes e a abertura de vias, observa-se a ocupação gradual de novas áreas no setor leste (COSTA, 2007, p. 81).

No plano de 1975, para fins de arrecadação, pela primeira vez toda a área municipal é considerada urbana. Isto parece coincidir com uma inversão da relação entre população urbana e rural no estado, uma vez que o censo de 1980 apontava que **53,15%** dos cearenses viviam em cidades. Em 1970, seriam **46,6%** e em 2010, **75,0%** o contingente urbano. Internamente, as dinâmicas de produção e reprodução urbanas parecem balizar um movimento de ordenação dos estratos sociais com direcionamento

dos grupos de alta renda a leste e de baixa renda a oeste, conformando uma cidade partida à marca de irradiação do núcleo central. Ainda que esta tendência não se comprove no detalhe, esforços no sentido de homogeneização da cidade em duas manchas contrastadas não faltaram.

Dessa forma, pautada nas diretrizes do PLANDIRF e do Plano Diretor Físico de 1975, toma curso a implantação ativa de conjuntos habitacionais, de loteamentos periféricos e, indiretamente, de autoconstruções nas zonas oeste e sul. Simultaneamente, ocorrem ações de remoção de favelas e núcleos favelados dispostos em áreas circundadas por boa infraestrutura e, portanto, favoráveis à ocupação de alto padrão. A favela do Trilho I é a primeira a ser removida para dar lugar à Estação Rodoviária e à avenida Borges de Melo. Em seguida, é a vez das favelas da avenida Estados Unidos e Senador Machado, cujas famílias são transferidas para o Conjunto Alvorada no bairro Seis Bocas. A construção da avenida Leste-Oeste cobrava a remoção para o Conjunto Marechal Rondon – erguido no distrito de Jurema, município de Caucaia, a 19 km do centro – de trechos do Arraial Moura Brasil (um dos primeiros assentamentos precários, estabelecido desde os fins do século 19); do Pirambu e da Vila Santo Antônio (COSTA, 2007, p. 85).

Segundo Souza (2006, p. 138) os conflitos em Fortaleza entre o Estado e grupos marginalizados pela posse de terra e teto datam de 1960, período de crescimento das favelas do Pirambu, do Lagamar e Verdes Mares. As tentativas de expulsão desses grupos resultaram no fortalecimento dos movimentos sociais urbanos junto à Igreja, mobilizados para a resistência às desocupações, além da reivindicação de melhorias e direitos. Nesse sentido, alguns grupos conseguem manter-se assentados. É o caso das favelas do Pirambu, de Santa Cecília, de Santa Terezinha e do Lagamar. À medida que sua fixação se legitima frente às ações de remoção, vão aos poucos conquistando o benefício de projetos de urbanização e abandonando parte do estigma da favelização, constituindo-se como bairros populares.

No entanto, apesar dos casos mencionados, uma parte considerável da população pauperizada é varrida com sucesso dos assentamentos indesejados, passando a residir nos conjuntos habitacionais construídos em terrenos baratos e distantes pela Companhia de Habitação do Ceará (COHAB), sob financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) com recursos do FGTS. O primeiro foi o conjunto José Walter, no bairro do Mondubim entre 1967 e 1970. Em seguida vieram os

conjuntos Cidade 2000, Conjunto Ceará, Beira Rio, Nova Assunção e Santa Luzia do Cocó. A partir da década de 1980, os programas de habitação popular alocam os novos projetos preferencialmente na região metropolitana, a princípio em Caucaia (Nova Acrópole, Parque Guadalajara, Parque Potira, Nova Metrópole I, II e III, Conjunto Araturi I, II e III) e Maracanaú (Conjuntos Jereissati I, II e III e Timbó) (SOUZA, 2006, p. 140).

As políticas de habitação do período ditatorial nem atendem quantitativamente à demanda posta nem se prestam a uma resposta digna para o problema, uma vez que esses conjuntos aumentavam as distâncias dos percursos casa-trabalho sem sequer suprir as habitações da infraestrutura mínima e dos serviços e equipamento sociais necessários. Com efeito, uma parte da população desassistida inicia uma prática de ocupação dos vazios urbanos, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que passa a reivindicar moradia através da ocupação de praças, terrenos e prédios ociosos, públicos e privados. Essas lutas haveriam de desaguar no âmbito nacional em pressões para a introdução dos artigos relativos à política urbana na Constituinte de 1988. A partir da década de 1990, por consequência, os programas habitacionais procuram deslocar os grupos removidos para zonas não muito distantes das áreas de remoção. Nessa linha, registra-se a construção dos conjuntos São Cristóvão e São João, próximos ao Conjunto Palmeiras (COSTA, 2007, p. 85; SOUZA, 2006, p. 143).

Direito à cidade do gringo e à cidade lacrada

A partir da década de 1980, ganha força em Fortaleza o padrão de segregação por enclaves fortificados. Não tendo logrado êxito pleno na repartição da cidade em dois estratos homogeneamente didáticos, as políticas e práticas de desenvolvimento urbano pautadas na remoção e na alocação das camadas pauperizadas às periferias distantes transformam-se com a retomada do Estado Democrático de Direito. Em 1974, é inaugurado o primeiro shopping da capital, o Center Um, erguido no av. Santos Dumont, no seio do bairro Aldeota e, em torno do qual, desenvolve-se um comércio de luxo. Na sequência, em 1982, constrói-se o Shopping Iguatemi, cujas fundações se instalam sobre área degradada da planície fluviomarinha do rio Cocó, onde antes funcionavam as Salinas Diogo. Este empreendimento atrai outras atividades comerciais que, somadas aos equipamentos já dispostos no bairro Água Fria (Universidade de

Fortaleza, Centro de Convenções, Centro de Treinamento do Banco do Estado do Ceará, Imprensa Oficial do Ceará, Academia de Polícia) agregam um dinamismo maior à área (COSTA, 2007, p. 82).

O modelo de polinucleação projetado pelos primeiros planejadores modernos começa seletivamente a tomar forma com o esvaziamento funcional do centro, que progressivamente assume um papel de *centro da periferia* a medida que ocorre a descentralização administrativa, o esvaziamento simbólico do centro tradicional e o abandono e desinteresse desse espaço pelas camadas altas e setores da classe média. Nesse período, a sede do governo estadual transferiu-se para a Aldeota (Palácio da Abolição) e a Assembléia Legislativa para o bairro Dionísio Torres, também na zona leste. Já no fim dos anos 1980 essa tendência de deslocamento se reafirma com a transferência de secretarias para o Centro Administrativo do Estado do Ceará, no bairro Cambeba, a sudeste do núcleo central.

Pouco antes, a oeste, desenvolvia-se ao longo da avenida Gomes de Matos, no bairro Montese, um pequeno comércio local voltado à população de baixa renda, onde depois se instalariam filiais de lojas do centro, supermercados e agências bancárias. Movimento parecido sucede aos bairros da Parangaba, da Messejana, de Jacarecanga, ao Bairro de Fátima e às imediações da zona industrial da av. Francisco Sá. Houve, por fim, uma descentralização também das opções de lazer, com a construção dos polos da Barra do Ceará, da Lagoa do Opaia, do Alagadiço e da Praia do Futuro, com a urbanização da Beira Mar e a criação do Parque Adahil Barreto (seção do Parque Ecológico do Cocó), durante a gestão do prefeito Lúcio Alcântara (1978-82), a quem foi atribuída a marca distintiva da proteção ao meio ambiente urbano (COSTA, 2007, p. 82; SOUZA, 2006, p. 142).

A compreensão da formação urbana de Fortaleza não pode prescindir da consideração das migrações campo-cidade. Na década de 1980, esses movimentos se intensificam e, sobrepostos à situação econômica do país, à baixa oferta de empregos e aos elevados preços dos imóveis e dos alugueis, agrava-se o déficit habitacional. Segundo Souza, a baixa renda familiar tem sido um elemento persistente ao longo dos anos. Em 1978, **64,03%** das famílias contavam com a renda mensal inferior a dois salários mínimos e **82,92%**, com menos de cinco salários; em 1996 cerca de **70%** dos chefes de família recebiam até três salários mínimos e **35,33%** recebiam menos de um; a renda média dos chefes de família fortalezenses nesse ano era de 3,65

salários por mês. Nessas condições, simplesmente não se pode conceber a gestão do solo urbano, a distribuição e o acúmulo de serviços e infraestrutura por simples mecanismos de mercado. Em 1995, Fortaleza ocupava a quarta posição no ranking nacional de déficit habitacional absoluto e terceiro no relativo, com a marca de **85 mil unidades**, sendo 111.509 o total para a região metropolitana. Por seu turno, uma reportagem de 1999 do Diário do Nordeste registrava em média a chegada de 546 famílias migrantes por dia à capital. A essa altura, o déficit habitacional era de **150 mil moradias**, representando 36% da população em situação precária (COSTA, 2007, p. 94).

As condições precárias, insuficientes e insatisfatórias das habitações subsidiadas pelo poder público tanto agravam o processo mencionado de ocupação de vazios urbanos com alguma infraestrutura como desencadeiam a multiplicação dos assentamentos informais em áreas de risco. A rigor, o padrão de ocupação histórico das camadas desassistidas ao longo das vias férreas já constitui uma tipologia de risco, assim como as moradias de palha de comunidades pesqueiras estabelecidas na faixa de praia. O que tem início nesse momento em Fortaleza, diz respeito à construção de um cenário de risco tipicamente moderno e essencialmente urbano. As ocupações de encostas de morros, de campos de dunas, de várzeas e margens de rios e lagoas configuram uma ameaça de segunda ordem, porque combinam condições socioeconômicas de vulnerabilidade, padrões de construção precários, ausência e impossibilidade legal de atendimento infraestrutural e de serviços, além de uma sobrecarga cumulativa de intervenções ambientais (físicas e qualitativas) no entorno dessas áreas, que as fragilizam sobremaneira. Esse quadro denota uma fase madura do processo de urbanização brasileiro marcado pela saturação virtual das áreas de ocupação preferencial e pela rejeição por parte da classe trabalhadora e espoliada à fixação em grandes distâncias.

Da metade da década de 1980 em diante, a sucessão de governos estaduais a partir da primeira gestão de Tasso Jereissati (1987-91), inicia a implementação das políticas de desenvolvimento do turismo no Ceará. Esses governos mobilizam grandes investimentos públicos e privados para o Estado, destinado-os à viabilização de projetos turísticos e culturais. Em termos de infraestrutura, são responsáveis pela execução de rodovias, melhorando o acesso da capital às praias; de novo anel viário; do Porto do Pecém; do Aeroporto; do Metrofor; e do projeto SANEAR. Trata-se de

uma sucessão política diretamente ligada a grupos de empresários do comércio e da indústria. Por meio de incentivos fiscais, desenvolve-se a indústria têxtil e são atraídas para a região indústrias de calçados e outros ramos. Após a fase de implementação de melhorias, grupos nacionais e internacionais passam a investir no setor hoteleiro e de lazer.

Souza (2006, p. 139) afirma que essas transformações favorecem a verticalização do setor leste. Tasso governou o Estado de 1987 a 2002, interrompido apenas pela gestão de Ciro Gomes (1991-94). Não por mero acaso, Tasso é proprietário do Grupo Jereissati, responsável pela construção dos shoppings Center Um, Iguatemi e de vários outros empreendimentos comerciais por todo o país. Sob sua influência, a capital moderniza-se seletivamente, dando a impressão de progresso ascendente à parte da sociedade. As elites e alguns setores da classe média lançam mão da experiência capsular proporcionada pelos circuitos de lazer privado, entre os equipamentos monitorados, como os shoppings, as moradias protegidas e o apelo à circulação por carros.

É preciso poderarmos que, de um ponto de vista ambiental, o programa SANEFOR/SANEAR, financiado pelo Banco Mundial a partir de 1992 melhorou em muito as condições de salubridade urbanas. Em 1988, 74,45% dos domicílios recebiam água encanada e apenas 18,9% estavam ligados à rede de coleta de esgoto. A construção do interceptor oceânico e emissário submarino e ampliação do sistema de atendimento datam do governo Adauto Bezerra (1971-75), mas até então grande parte da população valia-se de fossas sépticas e, nos bairros populares e favelas, o esgoto corria a céu aberto, como ainda hoje é possível se ver, já que não houve universalização desses serviços. De todo modo, a poluição do solo, dos corpos d'água, incluindo as praias, e do lençol freático reduziu-se com a execução desses projetos. De 1991 a 1996, o atendimento de água passou de 77,05% para 80% e, de esgotamento sanitário, de 13,6% para 19%. Mais recentemente o projeto SANEAR conquistou a marca de 50% de ligações à rede de esgoto. São, portanto, bastante comuns ainda as ligações clandestinas à rede de drenagem pluvial, acarretando sérios transtornos quando as chuvas sobrecarregam a capacidade de escoamento dos canais. Mesmo que as áreas nobres tenham sido preferencialmente beneficiadas por essas reformas, destaca-se a inclusão do Lagamar, do Parque Genibaú e da Água Fria entre outros bairros populares beneficiados.

A conquista da urbanização de favelas nesses últimos anos, beneficiadas pela implantação de calçamento e de equipamentos sociais, além de infraestrutura de água e esgoto, sem que se alterem as condições de manutenção dos seus habitantes, tem como resultado geral imediato a negociação e venda dos imóveis pelos moradores e o abandono do bairro para residirem em áreas distantes. Dada a situação de renda mínima ou de ausência de renda, os habitantes desses bairros reformados veem na venda a possibilidade de capitalização para início de alguma atividade que lhes proporcione retorno. Outra situação comum é a construção de um segundo pavimento ou de um “puxadinho” para aluguel e incremento do orçamento familiar. Uma crítica recorrente aos sistemas de financiamento de moradias populares, que aqui também se aplica, diz respeito aos critérios de atendimento dos pré-requisitos, que muitas vezes deixam de atender a grupos verdadeiramente pauperizados para contemplar unicamente estratos da baixa classe média.

De uma forma ou de outra, o cenário que se desenha para a virada do século é o de uma cidade em crescimento *sob panos mornos* e que responde aos problemas urbanos da forma como pode. Acontece que uma hora as rotas de fuga privilegiadas se esgotam ou saturam e a esteira do empobrecimento alcança mesmo aqueles que haviam se cercado do receituário completo das garantias às incertezas da vida.

A partir dos anos 2000 e princípio dos anos 2010, Fortaleza teria de lidar com o turvamento do caldo, retrato local da história do Brasil, de uma longa trajetória de negação de direitos e imprevidências de gestão. O governo municipal, sob a égide da prefeita Luizianne Lins (2005-2012) e dos programas sociais de distribuição de renda do governo federal, abre uma série de comportas, com a reestruturação de secretarias, referentes ao tratamento de direitos e dimensões da vida social urbana esquecidas. Nesse sentido, vale um destaque para as ações preventivas da Secretaria de Defesa Civil, de limpeza de rios, canais e lagoas, contornando parte dos recorrentes problemas associados a inundações em áreas de risco no período de chuvas.

De modo geral, ainda que o programa de habitações populares *Minha Casa, Minha Vida* pareça ter incorrido nos mesmos erros de programas de financiamento anteriores, excluindo do processo os estratos mais vulneráveis e deixando a cargo da iniciativa privada determinações estratégicas para a produção equilibrada das transformações urbanas, os programas de renda básica de cidadania conduziram à inclusão pelo consumo uma leva considerável de camadas marginalizadas. Qualquer

leitura dos efeitos dessas políticas parece ainda prematura, principalmente quando confrontada com as consequências da estratégia brasileira de enfrentamento da crise do mercado financeiro de 2008. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a venda de carros populares, permitiu o acesso de uma parte significativa da sociedade brasileira a este bem de inegável valor simbólico e instrumento de distinção social. As vias e malhas urbanas das principais capitais não pareciam estar preparadas para suportar a circulação do volume gerado de carros e muitas dessas cidades tem sofrido estrangulamento de tráfego. De um ponto de vista econômico, o aquecimento da cadeia produtiva de veículos automotores parece um efeito esperado e desejável. Talvez não se possa dizer o mesmo das obras de infraestrutura propostas para desafogar os engarrafamentos, que, em várias capitais, a exemplo de Fortaleza, somam-se às demandas da FIFA de adequação das malhas urbanas às exigências de realização da Copa de 2014, tendo transformado esta capital, nos últimos anos, em um grande canteiro de obras.

Finalizamos a narrativa desta saga urbana à luz dos avanços galgados em termos de política urbana a partir da promulgação do Estatuto das Cidades em 2001. O último plano diretor de Fortaleza, cuja elaboração se deu em 2009, coordenada pelo Instituto Pólis de São Paulo, representa um marco para o planejamento urbano do município. Pela primeira vez, a dimensão socioambiental de um plano é colocada como fundamento e sentido das políticas de desenvolvimento urbano. Para subsidiar o *Plano Diretor Participativo de Fortaleza* (PDPFor) foi encomendado o *Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza*, segundo o que foram propostos o macrozoneamento ambiental e urbano do plano, conforme os indicativos de fragilidade e potencialidades dos compartimentos geossistêmicos. Merecem destaque, além das zonas de preservação, recuperação e interesse ambiental (ZPA, ZRA, ZIA), os esforços de delimitação de zonas especiais de preservação do patrimônio paisagístico, histórico e cultural (ZEPH) do Centro e da Parangaba; as zonas ambientais (ZEA); e de interesse social (ZEIS).

Ressaltamos também o tratamento da drenagem urbana na forma de manejo de águas pluviais na seção dedicada à Política de Saneamento Ambiental (Art. 27); a proposição de um sistema de áreas verdes (Art. 19); e o uso de taxas de permeabilidade do solo como parâmetro urbanístico regulador da ocupação (Arts. 188 e 192). Todos esses dispositivos revelam uma mudança paradigmática de

postura diante da sociedade urbana historicamente vulnerabilizada por processos de exclusão, exploração e espoliação e do meio ambiente urbano, contra o que o sentido de urbanização se afirmou, consolidando-se, via de regra, pela negação e oposição à complexidade dos sistemas vivos. Isto não garante que, diferente dos esforços anteriores, as diretrizes do PDPFor sejam amplamente seguidas, mas certamente, a exemplo de seus predecessores, suas proposições balizarão disputas entre futuros possíveis para Fortaleza, dessa vez, algo mais dignos, justos e democráticos.

6. Avalanche: Sinais de ruptura

Em artigo intitulado “O novo modelo de gestão urbana estratégica em Fortaleza: aumento das desigualdades socioambientais”, Freitas (2006) tenta desconstruir aquilo que chama de mito da falta de planejamento em Fortaleza e estrutura uma interpretação das práticas de produção do espaço urbano a partir dos anos 1990 como um processo planejado para o benefício dos setores produtivos e das elites urbanas. A autora explica que em substituição ao planejamento modernista tradicional, o modelo de gestão urbana estratégica, de forte influência neoliberal, representou uma alternativa comum às mais diversas correntes políticas em um momento histórico marcado pela crise fiscal, com corte das transferências de recursos federais aos governos municipais. Isso, no entanto, não significa que a inserção das cidades brasileiras no contexto de competitividade global por investimentos e sua sujeição às leis de mercado determinem as decisões dos atores locais no que se refere à alocação espacial dos investimentos.

Freitas (2006) chama a atenção para o mecanismo de funcionamento do modelo de gestão urbana estratégica. Aqui a maior preocupação reside na manutenção da boa imagem externa da cidade e na busca de diferenciais que aumentem o nível de competitividade urbana em relação a outras cidades. A fim de garantir a atratividade de Fortaleza a turistas e a novas indústrias, confere-se um lugar de primazia aos capitais produtivo e comercial diante dos demais pesos envolvidos no processo decisório. Dessa forma, estabelece-se a precedência das condições de reprodução desses capitais às condições de reprodução social, o que conduz a um processo de desinvestimento nas necessidades dos moradores urbanos.

De todo modo, a modelo de urbanismo neoliberal ensaiado em Fortaleza

destoa da experiência vivenciada por outras administrações municipais na América Latina. Durante esse período o investimento em serviços urbanos não diminuíram e, inclusive, tem caminhado para a universalização, em geral, sem grandes diferenças entre bairros. São os casos do acesso à água encanada, da coleta de lixo e das ligações à rede de energia elétrica (**Figuras 16, 17 e 18**). Dos cinco componentes do índice sintético de condições domiciliares (ICD), aferido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) com base nos dados do Censo de 2010 do IBGE, apenas as condições de esgotamento sanitário dos domicílios apresentaram significativa desigualdade na oferta do serviço entre os bairros da capital. Enquanto bairros como Cidade 2000, Conjunto Ceará I, Bom Futuro, Meireles e Parreão reúnem acima de 98% de ligações domiciliares, outros como Parque Santa Rosa, Parque Manibura, Curió, Parque Presidente Vargas e Pedras, contém menos de 5% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto. Vale dizer que os valores percentuais não fazem distinção entre ligações em separado ao sistema de esgotamento e as ligações à rede de drenagem pluvial.

Quando nos propomos a discutir evidências de respeito e desrespeito ao cidadão impressas nas condições de vida ou de existência diária que lhe são impostas, não podemos deixar de lembrar que água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo e banheiros particulares são aspectos mínimos de habitabilidade urbana. Por mais que as metas de evolução dos indicadores tenham sido alcançadas ao longo dos anos, isso não quer dizer que sejam satisfatórias, ou melhor, dignas. Isso é base para tudo o mais sobre desenvolvimento humano. Portanto, consideramos as dificuldades de universalização do serviço de esgotamento sanitário como os fins de uma etapa a ser transposta tanto do ponto de vista do necessário acompanhamento subsequente da qualidade de todos os demais serviços prestados (o que passa a gozar de mais atenção após a universalização) quanto dos impactos ambientais que as formas de implementação infraestrutural acarretam. A esta outra qualidade de urbanização nos referimos como de segunda ordem ou reflexiva. A mudança nesse paradigma tem especial significado para indivíduos moradores de áreas de risco de inundação e de deslizamento.

Como apresentado no início deste artigo, o quadro preocupante da violência urbana em Fortaleza parece neutralizar o debate amplo sobre a qualidade de vida nesta capital. Assim, tentamos espacializar a distribuição de conflitos de territorialidade

(em 2011 e 2014) e as taxas mais expressivas de evolução de homicídios (de 2011 a 2012) noticiados pelo jornal O Povo (CASTRO, 2012, 2014) com base nos registros da Secretaria Estadual da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e da Delegacia Geral de Polícia Civil (**Figura 19**). Como os dados disponíveis não se referem aos mesmos anos e há pouca permanência de conflitos nos mesmos bairros (Pirambu, Barra do Ceará, Bom Jardim, Aerolândia e Messejana) ou sobreposição dos atributos conflitos-homicídios (Praia de Iracema e Monte Castelo), podemos supor que a estratégia básica de enfrentamento ostensivo da criminalidade resulta em um considerável dinamismo na configuração ano a ano da geografia desses eventos.

Ao analisar a disposição espacial dos dados sobre violência urbana, buscávamos encontrar um padrão passível de associação com outros indicadores socioambientais. Porém, dentre os dados que dispomos, o mapa da distribuição da condição de extrema pobreza (**Figura 20**) – com linha de corte para renda familiar mensal inferior a R\$ 70,00 por pessoa – sugere uma correlação espacial mais compatível com o mapa dos conflitos e homicídios apresentado. Este padrão se caracteriza por uma distribuição em quatro eixos de dispersão a partir do centro e concentração aos limites do município. A oeste, na SER I, representado pelos bairros Pirambu, Barra do Ceará e Vila Velha; a sudoeste, na SER V, com os bairros Genibaú, Granja Lisboa, Siqueira, Bom Jardim, Canindezinho e Planalto Ayrton Sena; a sudeste, na SER VI, com mancha mais interiorana ou não concentrada aos limites municipais, representada pelos bairros Barroso, Jangurussu e Conjunto Palmeiras; e ao extremo litoral leste, na SER II, com os bairros Praia do Futuro, Vicente Pinzón e Cais do Porto.

Seria razoável que nos perguntássemos que imagem veríamos e o que ela nos diria se dispuséssemos de todos os registros de homicídios, conflitos, roubos a pessoa e a residências nos últimos 20 anos. De 1990, quando a taxa de mortalidade específica em Fortaleza era de 16,7, até 2010 (47,7) houve um salto de 185,6% no indicador. Se considerarmos os dados do Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal o salto seria de 335,9% até 2013 (72,81). A imagem que projeto apenas para as mortes violentas dá sentido ao adjetivo epidêmico, com o qual se trata taxas acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Será que faz algum sentido tentarmos ensaiar uma compreensão da manifestação da criminalidade e da violência nos bairros a esse grau de distanciamento da margem de alerta?

Quero dizer que Fortaleza, de certo, transformou-se em muitos aspectos ao

longo das duas últimas décadas, e também pode-se dizer que se complexificou quanto aos tipos de ocupação e segregação socioespacial, mas o padrão de distribuição espacial da renda pessoal segundo os dados do censo de 2010 (**Figura 20**) sugere a persistência de uma rígida estrutura centro-periferia, com um pequeno extravasamento da concentração em direção ao sudeste. O mesmo arranjo pode ser percebido na mensuração do índice de desenvolvimento humano (IDH) nos bairros (**Figura 19**), incluindo, além da renda (renda média mensal das pessoas de 10 anos ou mais), as dimensões de educação (porcentagem da população com 10 anos ou mais alfabetizada) e longevidade (porcentagem da população maior de 64 anos residente no bairro).

A que tudo indica, o elevado índice de gini (**0,51** segundo o IBGE e **0,65** em 2010, segundo o relatório da ONU Estado das Cidades do Mundo), indicador da desigualdade na distribuição de renda, mantém-se ainda como principal elemento explicador das tensões socioambientais que tomam palco em Fortaleza, pelo menos no nível dos bairros. Diante da complexidade dos sistemas ambientais urbanos, é sempre muito difícil perceber a totalidade do quadro que se coloca e de suas nuances, mas, se a abstração da quebra de resiliência puder ser aplicada a sistemas sociais, diria que a capital cearense, tal como o próprio Estado, é já há algum tempo todo estilhaços. Diria que as tensões que se manifestam hoje são na verdade choques de estranhamento entre esses fragmentos que de longa data aguardam pela nova conformação de alguma sociabilidade.

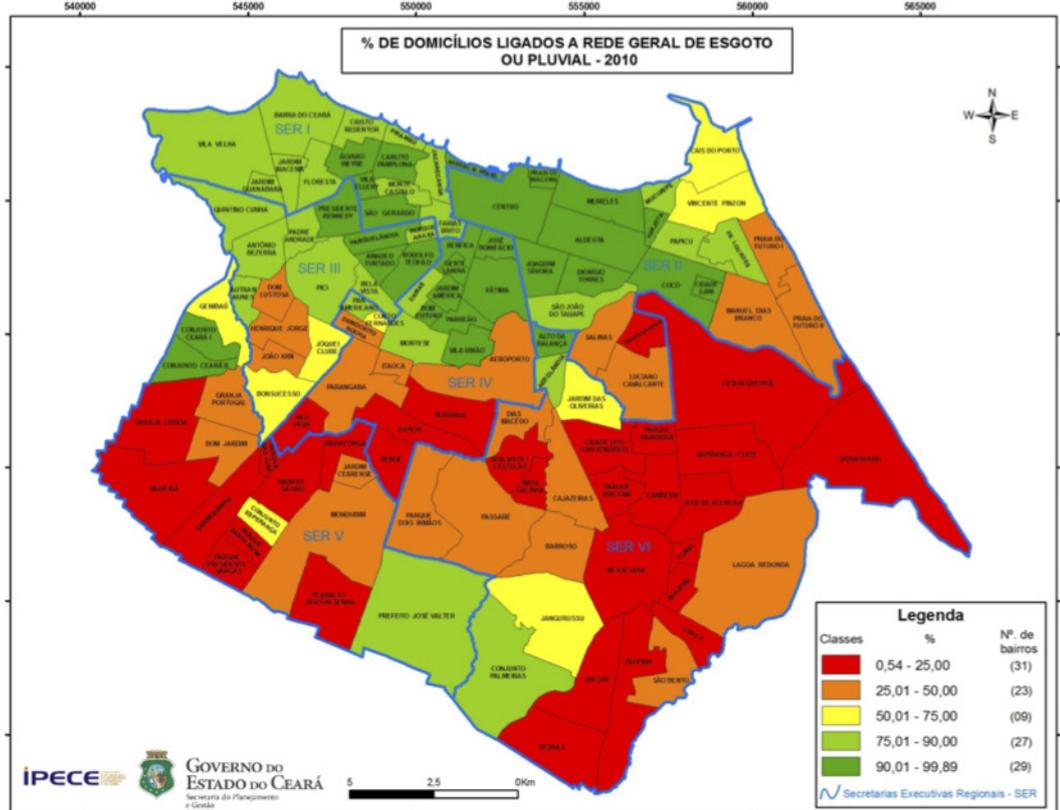
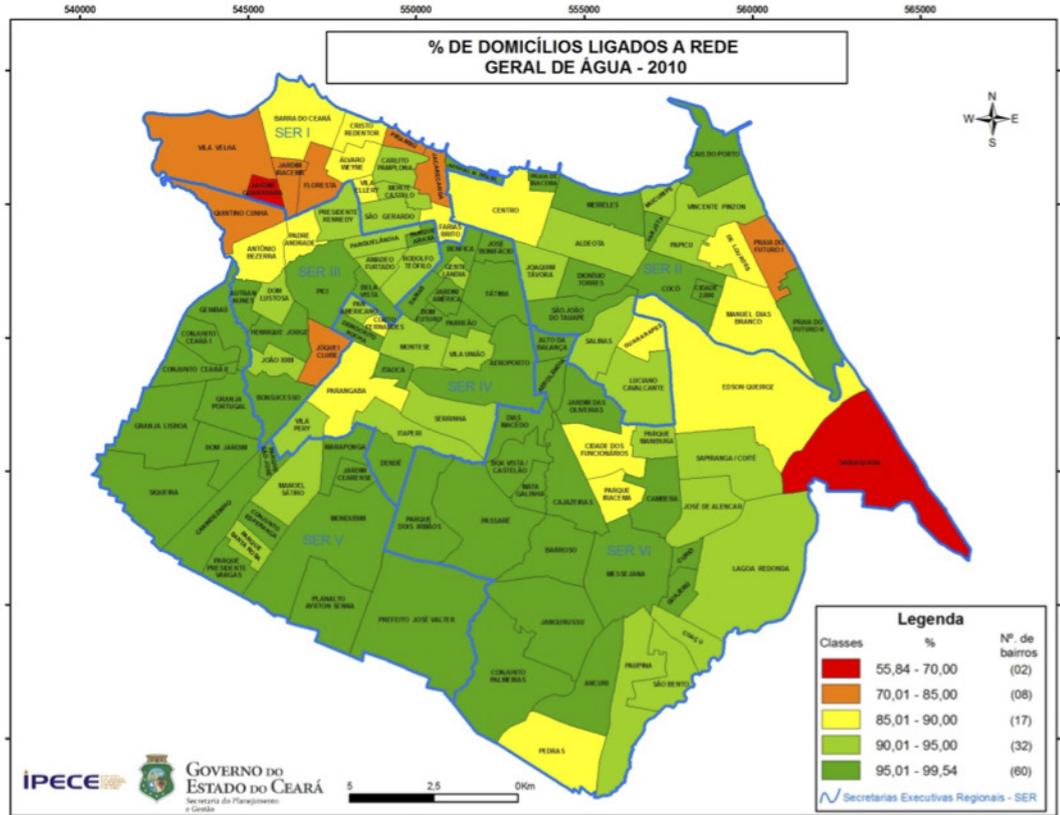


Figura 16. Abastecimento de água e esgotamento sanitário nos bairros de Fortaleza
Fonte: IPECE (2012)

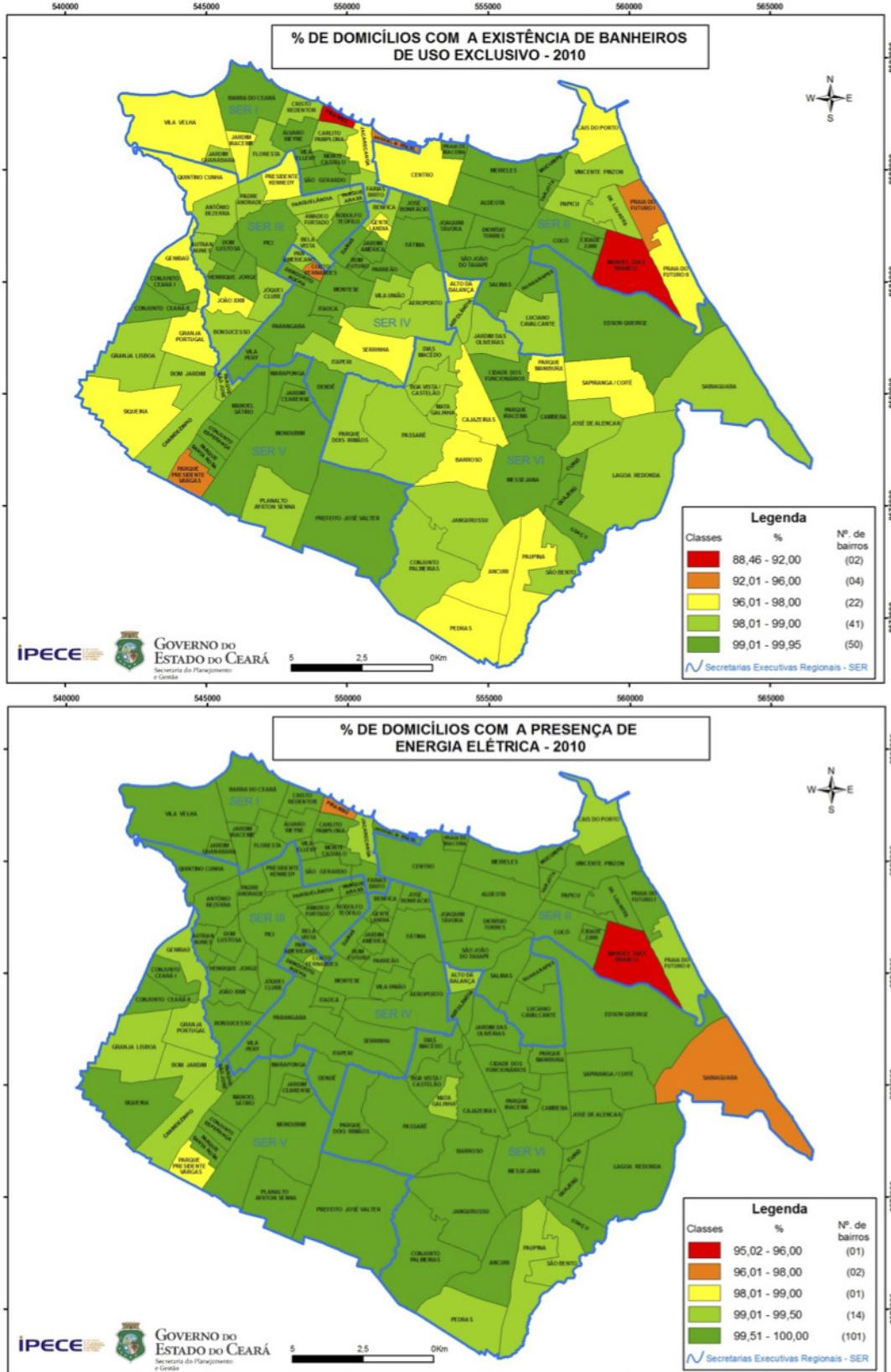
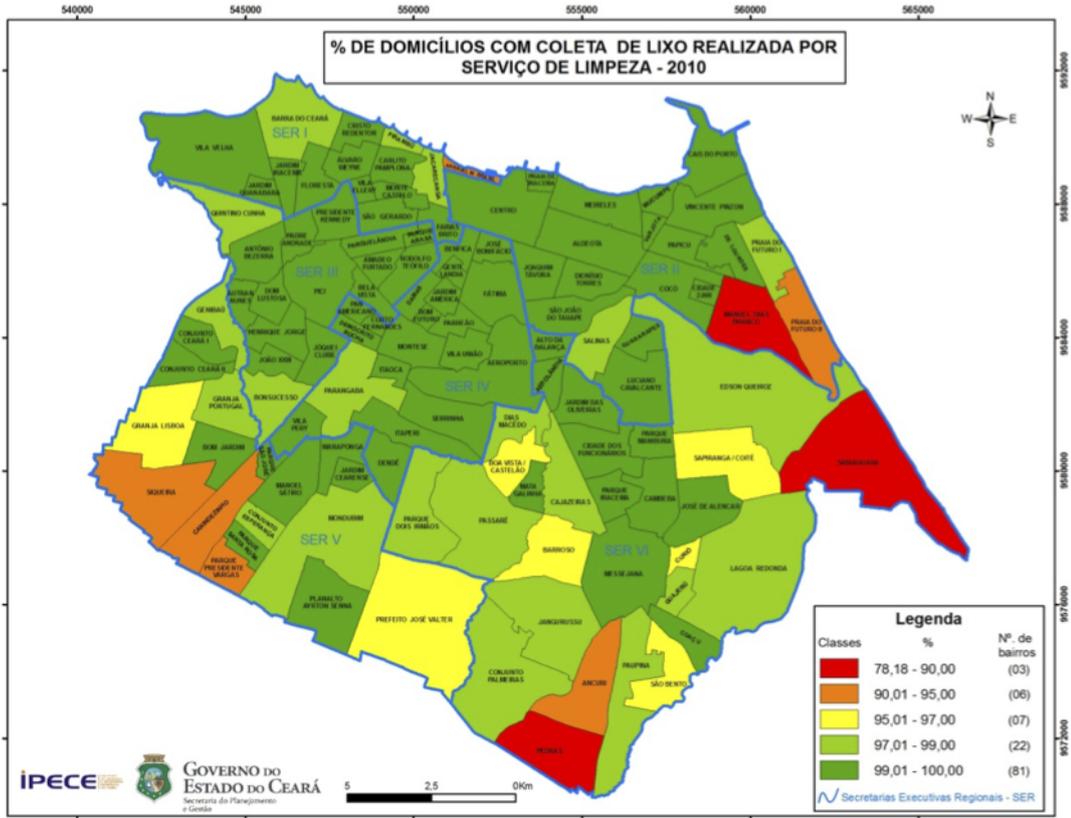


Figura 17. Domicílios com banheiros e energia elétrica nos bairros de Fortaleza
Fonte: IPECE (2012)



Índice sintético de condições domiciliares dos bairros de Fortaleza (2010)

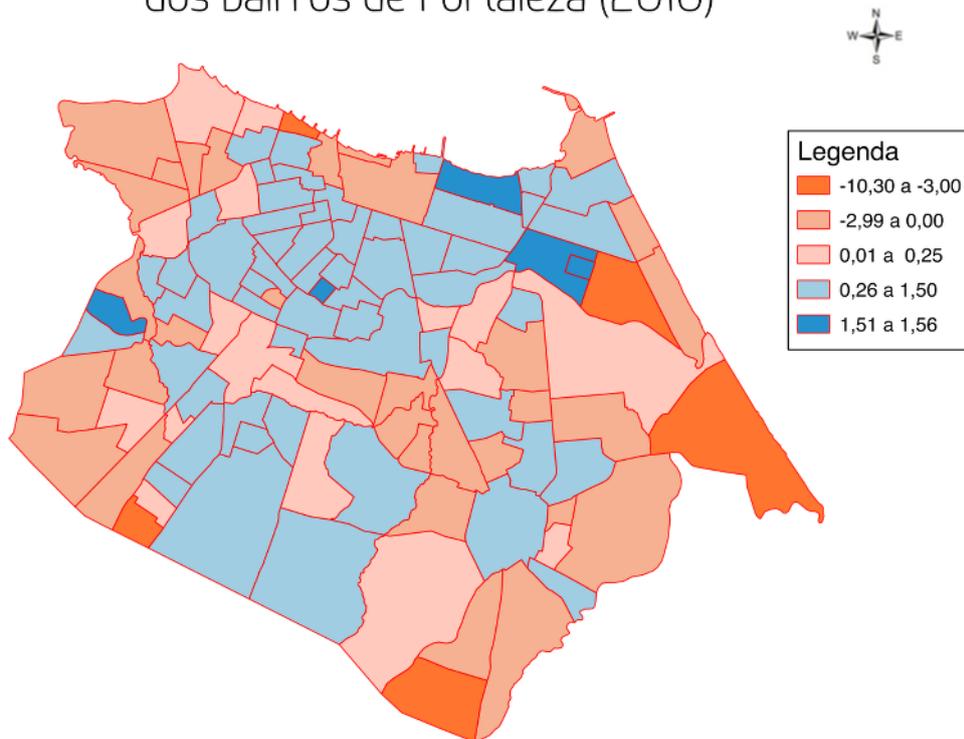
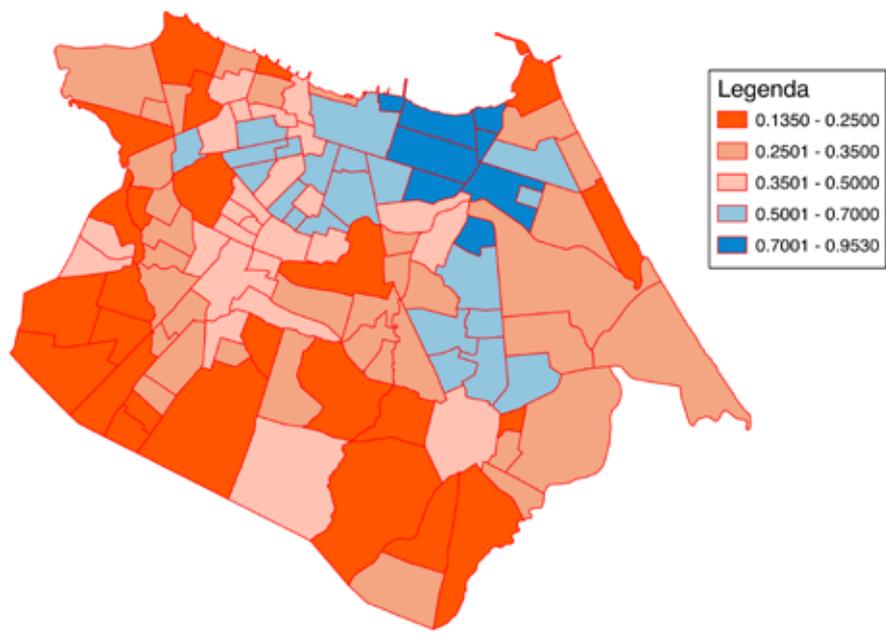


Figura 18. Coleta de lixo e índice sintético de condições domiciliares nos bairros de Fortaleza
Fonte: IPECE (2012)

Índice de desenvolvimento humano dos bairros de Fortaleza (2010)



Conflitos de territorialidade e focos de homicídios nos bairros de Fortaleza (2011-14)

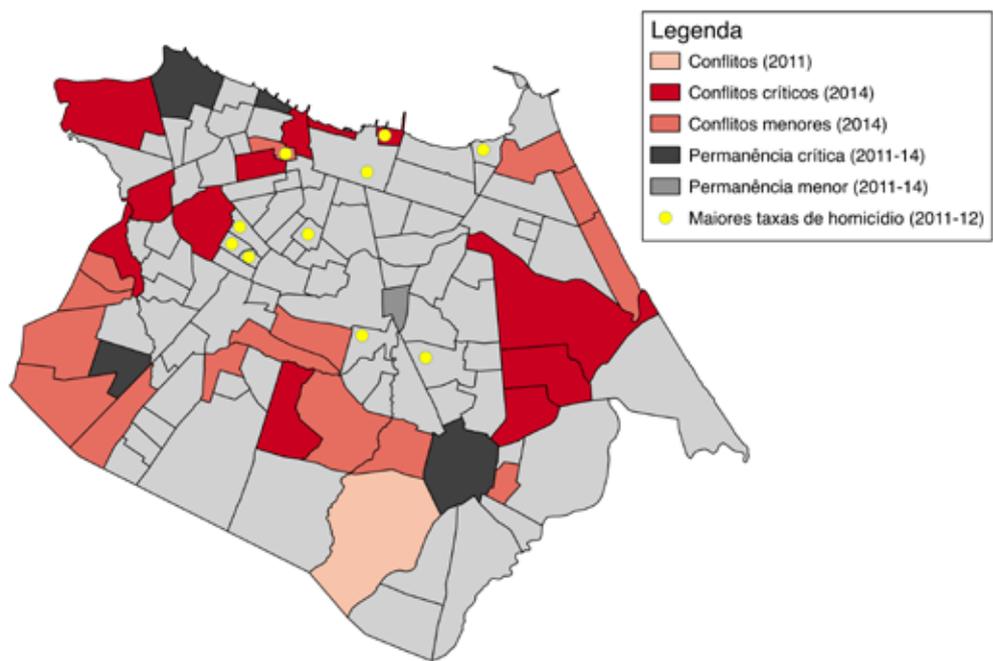


Figura 19. IDH, conflitos de territorialidade e taxas de homicídio mais expressivas nos bairros de Fortaleza. Fonte: IPECE (2012); Castro (2012, 2014)

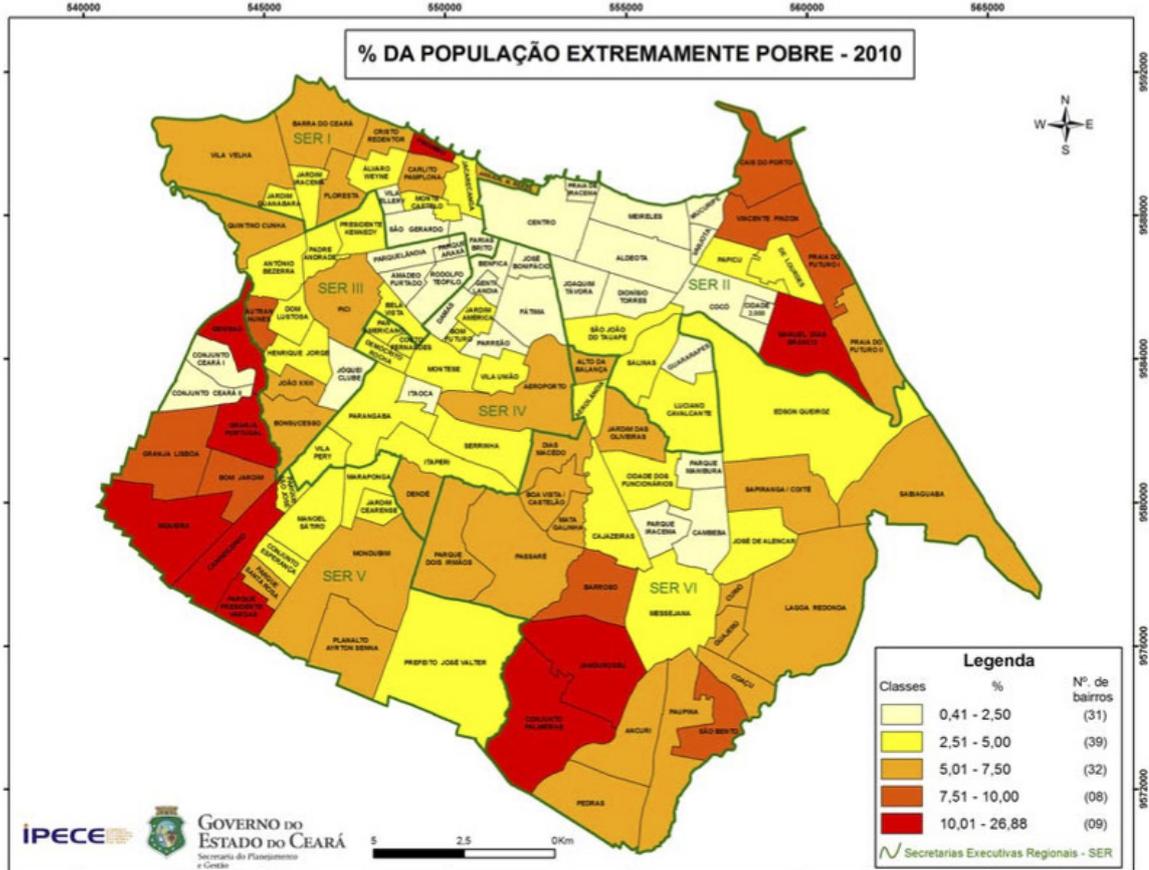
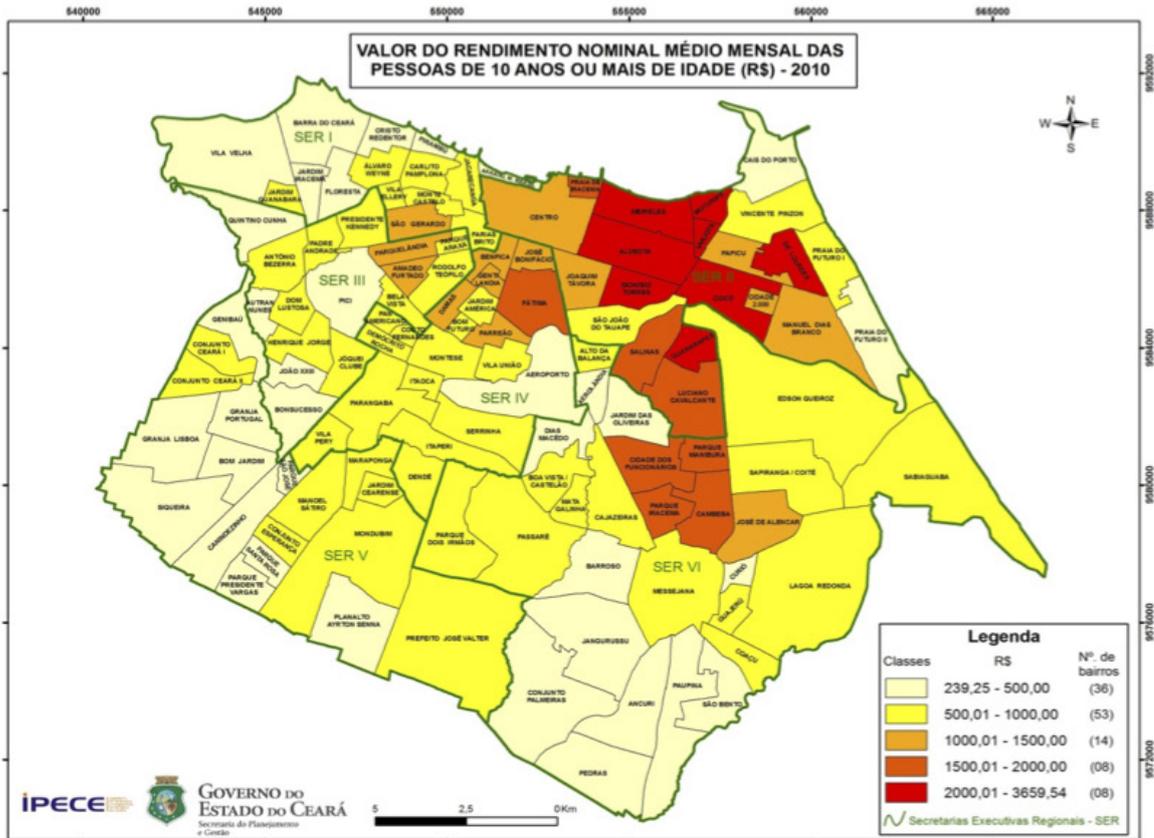


Figura 20. Rendimento pessoal e pobreza extrema nos bairros de Fortaleza
 Fonte: IPECE (2012)

7. Considerações finais

Quando me dispus a percorrer a história da cidade de Fortaleza, tinha ganas de prospecção de um elemento explicativo bem peculiar. Algo capaz de dar substância à intuição que me vinha sobre a proximidade à qual nos colocávamos de uma ruptura com os elos sociais e ambientais que estão no substrato e no recheio dessa estrutura urbana, desse sistema socioambiental particular. Talvez por intimidação ante as feições caóticas da complexidade, é possível que tenha recorrido a um atalho: o fascínio da violência como recurso apelativo. Esta não me é uma seara aprazível de debate, como a constatação das marcas flagrantes e persistentes de desumanidades na constituição histórica desse tecido social também não me foram de fácil digestão. Havia, no entanto, uma cascata de perguntas órfã de respostas. Não faz muito, eu mesmo me recordo, Fortaleza era acusada e dela se fazia pouco por esboçar ares provincianos. A primeira dessa fileira de questões que se me apresentaram foi, então, como, em tão curto intervalo, passamos de vila provinciana à capital recordista em pódios de desigualdades, violências e desprezo a toda sorte de valores culturais, naturais e paisagísticos? Como diriam Jane Jacobs ou Henri Acselrad sobre longevidade, morte e vida de grandes cidades, tinha para mim que Fortaleza estava morrendo.

De fato, essas transformações se deram em muito curto período, mas não porque seus processos causadores tenham se manifestado da noite pro dia e, sim, porque aos possíveis indicadores de agravos futuros não foi dada a devida atenção ou, se foi dada, não havia cultura administrativa ou sensibilidade social capaz de situá-la com o caráter prioritário que demandavam. Assim, com inércia e naturalidade foi-se tangendo o gado humano flagelado do campo desde os tempos do Arraial Moura Brasil e dos primeiros campos de concentração, chamados “currais do governo”, que se prestavam à proteção da sociedade urbana contra possíveis cobranças. O Forte, em muitos sentidos, pela fragilidade que lhe revelamos congênita, fortaleceu-se e se expandiu à negação e dreno das capacidades concorrentes dos aglomerados do entorno. Talvez não sejam assim tão díspares os temores daqueles capitães-mores e colonos refugiados às paredes fortificadas contra as investidas dos índios dos medos modernos disseminados nas cabeças das crianças ambientadas aos circuitos capsulares e blindados dos enclaves fortificados atuais.

Já não com a mesma inércia, mas certamente com muita naturalidade, a

produção e a reprodução das formas de uso e ocupação do solo urbano a partir do transbordo do centro ao final do século 19, deram-se pela simples supressão da cobertura vegetal da mata de tabuleiros e pela edificação e impermeabilização dos lotes e pavimentação das ruas, impondo a primazia da função edificante sobre as funções ambientais do solo. Destacamos dois importantes episódios para a história ambiental urbana de Fortaleza, que retratam as tensões entre limitações impostas pelo sítio (relativamente pouquíssimas, devemos pontuar) e as necessidades de expansão e produção de solo urbano. O primeiro episódio envolve a barreira física ao crescimento inicial a leste da cidade, representada pelo traçado meandrônico do riacho Pajeú e o segundo episódio refere-se à transposição da linha férrea Mucuripe-Parangaba, mais a leste e do rio Cocó, a sudeste do centro.

Nos últimos anos, identifica-se a conformação de um terceiro episódio. Em 2003, inicia-se a construção de uma ponte sobre a foz do rio Cocó, que ligaria a Praia do Futuro à Sabiaguaba, facilitando o acesso ao litoral leste do Estado e a valorização, multiplicação e expansão de loteamentos e infraestrutura urbana sobre a foz do sistema fluvio-marinho e sobre o manguezal circundante. O riacho Pajeú, ainda que beneficiado por um projeto de urbanização, tendo um trecho de seu curso convertido em parque em 1981, não passa hoje de um tímido vale engessado, retificado e encaixotado, submerso às vias e à sombra dos edifícios. Mesmo fim tiveram uma infinidade de lagoas intermitentes aterradas e trechos de canais suprimidos ou simplesmente aniquilados em suas funções ambientais em decorrência da implementação dos preceitos sanitaristas de captação e condução imediata dos volumes precipitados às vertentes e canais de drenagem artificial. Se boa parte desses compartimentos vivos sofreram impactos com as frentes de ocupações espontâneas nas periferias, os golpes mais fortes à funcionalidade sistêmica certamente são aqueles desferidos pela implementação e consolidação da infraestrutura higienista.

Este, com efeito, é um ponto a se investigar e amadurecer. O quanto a infraestrutura tradicional amplamente difundida nas chamadas áreas de ocupação consolidada, aliada ao padrão de paisagismo estéril contribuem para a construção dos dramas e da magnitude das ameaças vivenciadas em áreas de risco. A cidade de Fortaleza não é só desequilibrada em termos de renda e oportunidades, é sobretudo desigual em distribuição espacial de infraestruturas, que como estamos dizendo, não soam mais adequadas a um paradigma de sustentabilidade ambiental. Não

quero com isso reforçar um estímulo à modernização ambiental de infraestruturas, que resultariam em mais acúmulo às áreas bem servidas. Quero apenas dizer que o sistema urbano responde como um todo às diversas intervenções mutiladoras. Que a ausência de pisos e pavimentos permeáveis, arborização adequada pública e privada, manchas verdes e matas ciliares às margens de corpos e cursos d'água representam problemas para todos os bairros da cidade. E que uma transição como a ensaiada pela visão expressa no PDPFor se faz necessária também para os códigos reguladores das formas de intervenção e obras de toda espécie.

Nessa linha, retomemos uma questão, para nós, fundamental. Por que então discutir sociedade e meio ambiente urbanos numa perspectiva, por vezes, tão árida de confluências e introjeções, de costura tão custosa? A história da formação urbana de Fortaleza é um retrato duro, mas revelador de como é perfeitamente possível que um pequeno segmento da sociedade aproprie-se e concentre quase que a totalidade das inversões propiciadas pelos ciclos de crescimento econômico. Não seríamos de todo justos se lançássemos esta crítica aos tomadores de decisões e às figuras influentes de até a primeira metade do século 20, ainda que certas práticas sociais nos caiam hoje aos olhos e subjetividades como cruéis e inadmissíveis. Parece até que a pobreza mantém um certo padrão persistente ao longo da história e que as transformações mais radicais emergem dos fluxos de riqueza e dos consequentes contrastes. O esgarçamento do tecido social daria-se pelo lado da parcela modernizante da trama, que paulatinamente se ornamenta de camadas de raros retalhos e notáveis costuras. A segunda metade do século 20 traz a crítica contundente de Celso Furtado ao mito moderno do desenvolvimento econômico, do bolo a ser repartido e, sobreposta às antevistas fronteiras ambientais do crescimento, esta crítica se estende à sustentabilidade do modelo de desenvolvimento local intraurbano.

Parte dos estudos a que recorreremos a fim de aferir o estado da arte atual da cidade em termos de riscos socioambientais, como a tese de Santos (2011) e o trabalho de Zanella e colaboradores (2012), levam em conta a vulnerabilidade ambiental como medida da ausência de infraestrutura, como ligações às redes de água e esgoto, drenagem e carência de serviços, como coleta de lixo. A presença de infraestrutura mínima tradicional, portanto, de base higienista garante a salubridade do ambiente humano, a não poluição ou a redução significativa de poluentes no solo e nos corpos hídricos, superficiais e subterrâneos. No entanto, temos trabalhado aqui

com um conceito de estrutura urbana viva, de um respeito, se não às qualidades naturais dos sistemas pré-urbanização, pelo menos às funcionalidades mantenedoras da vitalidade do sistema.

Nesse sentido, a transição paradigmática no campo das engenharias se faz imprescindível, porque, de certa forma, todo o sítio urbano agoniza oprimido pelo modelo rodoviário e edificante de impermeabilização e escoamento imediato das águas das chuvas. A sustentabilidade urbana desejável aqui defendida tenta ser sensível aos processos sociais e culturais de conformação da paisagem. Mas é justamente por compreender esses processos, como os vazios de espraiamento deliberadamente reservados à valorização entre o centro e as periferias em Fortaleza que julgamos não se poder abrir mão das vocações do sítio, suas potencialidades e limitações, tais como identificadas no diagnóstico geoambiental (SOUZA et al., 2009).

Se os percursos tortuosos de dinamização da economia municipal e estadual não se mostram historicamente confiáveis, sobretudo para um estado essencialmente semiárido, pouco industrializado, possivelmente exposto a cenários futuros de mudanças climáticas e contingências de crises próprias da inserção à economia globalizada, uma postura de desenvolvimento consequente deveria buscar apoiar-se preventivamente sobre bases mais sólidas. A busca pela manutenção das funcionalidades geossistêmicas e das dinâmicas dos compartimentos vivos, podem não garantir fontes de afloramento de capitais, mas asseguram elementos salutares à qualidade de vida urbana coletiva que não podem ser satisfatoriamente compensados por estratégias individuais ou nucleares de reposição tecnológica.

A renovação da qualidade do ar, das águas, a regulação climática e a recuperação da fertilidade dos solos, hoje largamente requisitados pelas frentes de agricultura urbana, são serviços ambientais qualificadores de um sistema socioambiental urbano saudável e seguro. Sociedades urbanas capazes de assegurar essas funções ao ambiente intraurbano fazem-se menos dependentes e menos vulneráveis às incertezas do futuro. Dito isso, parece até preciosismo ressaltar a relevância desses elementos para a garantia da dignidade de camadas urbanas pauperizadas hoje, sustentadas acima da linha da miséria unicamente pelos programas de garantia de renda mínima. Na Fortaleza do século 21 não é incomum encontrarmos pescadores no açude Santo Amaro (no campus do Pici), na Av. General Murilo Borges ou na rua Sebastião de Abreu, que cortam em trechos distintos o curso do rio Cocó, assim como nas muitas lagoas,

todos quase sempre cobertos de aguapés, indicadores sintomáticos de séria poluição ambiental. O sonho da cidade vitoriosa sobre a natureza e esta construção conflituosa em si me parecem conformar um dos maiores delírios coletivos já vivenciados pela humanidade.

Quanto às insinuações de risco e respeito, tentamos interpretar as sucessões de eventos à luz de funções hegemônicas orientadoras dos processos urbanos tais como ensaiados por Lefebvre (1999). As disputas por estabelecimento entre as cidades política, comercial, industrial e algo que poderíamos chamar de cidade para pessoas parecem não fazer tanto sentido para as cidades coloniais do novo mundo como o fazem para as cidades européias. Ainda assim, é possível defendermos a tese sobre o quanto a emergência de um sentido de lugar, de um enraizamento e de uma produção de identidade contra a prevalência de uma ordem externa sugerem o balizamento de ações de maior respeito tanto aos indivíduos quanto ao ambiente urbano, mesmo que por vezes este respeito aflore de maneira seletiva. Nessa perspectiva se assentam as posturas de embelezamento paisagístico dos administradores do século 19, mas que tem a dizer tal postulação sobre os desdobramentos relativos à implementação dos planos modernos de Nestor de Figueiredo, de Saboya Ribeiro e de Hélio Modesto? As administrações municipais entre divergências e consensos optaram quase que pura e simplesmente pela adoção dos planos viários, quando muito. Mesmo que entre os relatos surjam, sem rodeios, comentários de rechaço à contratação de urbanistas cariocas, como argumento de rejeição aos planos, seríamos mais cautelosos se elencássemos como causa maior o receio quanto à desestruturação de um modelo de reprodução econômica e social que vinha dando certo para aqueles setores apoderados.

De todo modo, esta construção teórica se mostra mais útil à segunda metade do século 20, quando vem à tona o projeto simultâneo de cidade para o turista e para as elites enclausuradas. Mostra-se útil porque, da saturação desse modelo de cidade privada, modelada para carros e do abandono dos espaços públicos, começa a ganhar força o discurso do direito à cidade e a defesa de uma cidade para pessoas, sustentável, justa e democrática. Esse modelo alternativo contrapõe-se à cidade vitrine, trabalhada para o consumo, da sociedade do consumo, porque dele emerge o valor de uso dos espaços compartilhados, um sentido de qualidade de vida coletiva, que é propriedade percebida pelo indivíduo, mas quando imerso em uma sociedade

saudável, equilibrada. O direito à cidade, no entanto, não se trata de um desdobramento histórico necessário, algo que cedo ou tarde acontecerá, muito menos quando falamos de Brasil.

Enquanto concluo a redação deste texto, experimento na pele o que Mike Davis (2006) chama de traição do Estado. A sociedade fortalezense ano passado elegeu Roberto Cláudio (2013-16) para prefeito, candidato apoiado pelo governador em exercício Cid Gomes (2007-15). Sua candidatura foi amplamente financiada por empreiteiras (DINIZ, 2012), que logo tratariam de pressioná-lo para que se instalasse em Fortaleza o modelo de cidade-canteiro. O grupo de Cid Gomes despendeu toda a energia política de que dispunha para garantir que esta capital compusesse o hall das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014. Dessa forma, desde 2010, quando o compromisso com a FIFA foi firmado, ganhou corpo uma série de conflitos relacionados a remoções de moradias para conformar o traçado urbano às demandas do pacote de mobilidade para a Copa. Entre elas, a mais notável, a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que, segundo reportagem publicada do Portal G1 (ALVES, 2013), seria responsável por 2.185 desapropriações, envolvendo cerca de 5 mil famílias. Já em 2013, a cargo da prefeitura são levantados os canteiros de obras referentes às vias de conexão da zona hoteleira ao estádio Castelão. Contando com a reforma do próprio estádio, de portos e do aeroporto, essas intervenções representam um filão de R\$ 1,58 bilhão de investimento no Ceará para ser abocanhado pela construção civil.

Não satisfeitos, em julho desse mesmo ano, logo após a jornada de manifestações de junho, que tiveram como gatilho o aumento do valor da passagem do transporte público em São Paulo e a realização dos jogos da Copa das Confederações, o prefeito de Fortaleza anuncia a construção de dois viadutos no cruzamento das avenidas Eng. Santana Júnior e Antônio Sales, sendo que uma das alças acarretaria a retirada de mais de 100 árvores pertencentes ao Parque Ecológico do Cocó. O despropósito desta obra e o hermetismo impositivo de modelo de gestão *top-down* antiparticipativo, associado a estratégias de ludíbrio e convencimento público – registre-se aqui a organização por militância tangida da, possivelmente, primeira manifestação pró-viadutos da História – desencadearam à porta da minha casa o que seria para parte de nós fortalezenses o equivalente ao levante popular do parque Gezi e da praça Taksim em Istambul: o acampamento Ocupe Cocó, que logrou permanecer por três meses, entre despejos e liminares judiciais, sobre a área do parque onde inicialmente

foram derrubadas 94 árvores.

Com a desfecho do imbróglio na Justiça, dando ganho de causa à prefeitura e liberando a continuidade das obras dos viadutos, o pareamento político entre governos estadual e municipal toma fôlego e inicia uma agenda de ofensiva empreiteira. Mencionamos a iniciativa por parte do Governo do Estado de construção do ACQUÁRIO, um complexo turístico a ser erguido sobre o antigo prédio do DNOCS, ao lado do antigo porto, o que conduziria, conforme projeto de revitalização da área à remoção da comunidade do Poço da Draga, fixada ali há mais de 50 anos. Há pouco menos de um mês a prefeitura convocou o, cada vez mais experiente, batalhão de choque da guarda municipal para protagonizar o despejo da comunidade do Alto da Paz no bairro Vicente Pinzón, alegando a necessidade de construção de um conjunto habitacional na área. Já esta semana, foi anunciada a execução do primeiro projeto do *Plano de Ações Imediatas em Transporte e Trânsito de Fortaleza* (PAITT), que prevê a inversão de sentido de vias na Aldeota, a remoção de cerca de 200 árvores e o corte da Praça Portugal, a fim de melhorar o fluxo do tráfego no bairro. A praça circular foi construída em 1947 e agora é acusada de nunca ter sido uma praça, mas, sim, uma rotatória.

Davis (2006, p. 64) referia-se à traição do Estado em menção às promessas de garantias de direitos aos pobres nunca cumpridos e aos seus sonhos esfacelados. Para representar a transição entre o lento e o rápido processo de urbanização desencadeado entre 1950 e 1960 nos países do Terceiro Mundo, com a invasão das cidades por migrantes rurais, ele recorre à imagem de um dilúvio. Aqui, buscando qualquer ranhura de resiliência entres os elos que sustentam a tecitura da sociedade urbana fortalezense, tomei a imagem de Waiselfisz (2011), de que a violência urbana não passava da ponta evidente do iceberg, e sugeri a minha própria visão perturbadora de neve e corpos gélidos nesses trópicos áridos, prestes a figurar uma avalanche destruidora. Para mim, o hiato profundo entre uma existência humana vulnerável, de exposição diária a riscos e um tratamento de respeito, do abandono dos privilégios ao reconhecimento da universalidade de direitos configuram duas agendas cotidianas muito distintas aos governos. Se este ponto tiver sido aqui, não resolvido, mas, pelo contrário, bem espanado, espalhado e revolvido, hei de sentir-me contemplado.

Referências

- ALDIGUERI, C. R. Rios e ocupação urbana: o Rio Cocó em Fortaleza. 2010. UFRJ/FAU, Rio de Janeiro, 2010.
- ALVES, Gabriela. Famílias à beira de trilhos resistem à obra do VLT para Copa em Fortaleza. G1 CE, Fortaleza, 10 dez. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/12/familias-beira-de-trilhos-resistem-obra-do-vlt-para-copa-em-fortaleza.html>>.
- BENEVIDES, M. G. Direito à cidade: administração pública, justiça social, consciência ecológica e desenvolvimento sustentável. Coleção Ou ed. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.
- CASTRO, Bruno de. Assassinatos aumentam em 58 bairros. OPovo Online, Fortaleza, 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/12/19/noticiasjornalfortaleza,2974445/assassinatos-aumentam-em-58-bairros.shtml>>.
- CASTRO, Bruno de. Gangues impõem “lei” em 16 bairros. OPovo Online, 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/02/10/noticiasjornalcotidiano,3204291/gangues-impoem-lei-em-16-bairros.shtml>>.
- CASTRO, J. L. DE. As comemorações do dia 13 de abril. In: CHAVES, G.; VELOSO, P.; CAPELO, P. (Org.). Ah, Fortaleza! 2. ed. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009. .
- CLAUDINO-SALES, V. Lagoas costeiras na cultura urbana da cidade de Fortaleza, Ceará. Revista da ANPEGE, v. 2, n. 2, p. 89–96, 2010a.
- CLAUDINO-SALES, V. Paisagem dunar em área urbana consolidada: natureza, ciência e política no espaço urbano de Fortaleza, Brasil. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 3, 2010b.
- COSTA, M. C. L. DA. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B. DA et al. (Org.). Ceará: um novo olhar geográfico. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. .
- COSTA, M. C. L. Planejamento e expansão urbana. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. DA; COSTA, M. C. L. (Org.). De cidade a metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. .
- CUNHA, E. M. P.; PEDREIRA, R. S. (Org.). Como anda Fortaleza. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- CUSTÓDIO, V. Escassez de água e inundações na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2012.
- DAVIS, M. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DINIZ, Kézya. Veja quem bancou a campanha de Roberto Cláudio em Fortaleza. Política com K, Fortaleza, 3 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.politicacomk.com.br/veja-quem-bancou-a-campanha-de-roberto-claudio-em-fortaleza/>>.
- FARIAS FILHO, J. A. O plano moderno e a morfologia do traçado. Narrativa sobre um traçado em

xadrez que aprisiona o discurso de projeto social. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 10, n. 2, 2008.

FARINHA, J.; POEIRA, L. Aalborg +10: inspirando o futuro. Aalborg: [s.n.], 2004

FREITAS, C. F. S. O novo modelo de gestão urbana estratégica em Fortaleza: aumento das desigualdades socioambientais. Universitas FACE, v. 3, n. 2, 2006.

IPEA. Dinâmica populacional e sistema de mobilidade nas metrópoles brasileiras. Comunicados do IPEA, n. 102, 2011.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LAURIANO, Carolina. Quatro capitais brasileiras estão entre as mais desiguais do mundo, diz ONU. G1, Rio de Janeiro, 19 mar. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1536525-5606,00-QUATRO+CAPITAIS+BRASILEIRAS+ESTAO+ENTRE+AS+MAIS+DESIGUAIS+DO+MUNDO+DIZ+ONU.html>>.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITE, A. M. F.; VIANA, M.-O. DE L. Pegada Ecológica: instrumento de análise do metabolismo do sócio-ecossistema urbano. 2001. UFC, Fortaleza, 2001.

MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador. Revista de Saúde Pública, v. 35, n. Vi, p. 515–522, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102001000600004&script=sci_abstract>. Acesso em: 17 fev. 2014.

MADEIRO, Carlos. AL registra em 2010 maior taxa de homicídio da história de um Estado; índice é igual a do país mais violento do mundo. UOL Notícias, Maceió, 9 fev. 2011.

MAIA, Raquel. O preocupante quadro da desigualdade social em Fortaleza. OPovo Online, Fortaleza, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/01/19/noticiasjornalpolitica,2991525/o-preocupante-quadro-da-desigualdade-social-em-fortaleza.shtml>>.

MATOS, F. DE O. A cidade e o mar: considerações sobre a memória das relações entre Fortaleza e o ambiente litorâneo. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n. 1, 2011.

MATOS, F. DE O.; VASCONCELOS, F. P. O litoral de Fortaleza e o planejamento urbano na primeira metade do século XIX a partir das plantas de Silva Paulet e Simões de Farias. Revista Brasileira de Cartografia, v. 63, n. 4, 2010.

NEV. 5^o Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010. . São Paulo: [s.n.], 2012.

ONG mexicana aponta Fortaleza como 7^a cidade mais violenta do mundo. Diário do Nordeste, Fortaleza, 20 jan. 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=373923>>.

PAULO, G. R. N. S. Metas de sustentabilidade para os municípios brasileiros: indicadores e

- referências. . São Paulo: Programa Cidades Sustentáveis. , 2012
- PEQUENO, R. Análise sócio-ocupacional da estrutura intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista Mercator*, v. 7, n. 13, 2008.
- PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RISÉRIO, A. A cidade no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, v. 8, 1994.
- SALES, J. A. M. DE. O desenho da cidade moderna em Fortaleza: um estudo dos planos Saboya Ribeiro e Hélio Modesto. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 5, n. 3, 2012.
- SANTOS, J. DE O. Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza-CE: contribuições ao ordenamento territorial. 2011. USP, São Paulo, 2011.
- SOUZA, M. J. N. DE et al. Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo–PDPFor. 1. ed. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.
- SOUZA, M. S. DE. Análise da estrutura urbana. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. DA; COSTA, M. C. L. (Org.). *De cidade a metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009. .
- SOUZA, M. S. DE. Segregação socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, JOSÉ BORZACCHIELLO DA et al. (Org.). *Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. .
- TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano do Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. . Brasília, DF: Ministério da Justiça. , 2011
- ZANELLA, M. E.; DANTAS, E. W. C.; OLÍMPIO, J. L. S. A vulnerabilidade natural e ambiental do município de Fortaleza/CE. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 31, n. 2, p. 13–27, 2012.
- ZANELLA, M. E.; OLÍMPIO, J. L. S. Emprego das tecnologias de geoinformação na determinação das vulnerabilidades natural e ambiental do município de Fortaleza / CE. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 64, n. 1, 2012.

PALAVRAS FINAIS

Considero este trabalho um testemunho em favor da complexidade do conviver urbano em sentido geral e particular. Toda construção aqui empreendida resulta de um esforço para que melhor possamos situar a cidade no contexto dos acúmulos históricos de debates em torno do desenvolvimento sustentável. Penso ter sido capaz de apresentar pontos de escape para o ciclo vicioso das medidas emergenciais e urgências consumidoras das agendas municipais, porque enxergo no regime de urgência o primo pobre da democracia. Na composição desta peça, propositadamente poupei-me da tarefa de argumentar o porque da necessidade de buscarmos os caminhos para o alcance de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Tentei forçar-me na significação desses termos e em sua definição sob algumas poucas perspectivas que suponho estratégicas para o momento atual. De toda a literatura técnica com que me entranhei e, como forma de responder a alguma expectativa de proposições objetivas nesse sentido, retrucaria que estes não me parecem tempos de profissionalismo tecnocrático. As fertilizações de especialistas sobre o *que fazer com as cidades* são, de certo, imprescindíveis para o enriquecimento do debate, mas, antes disso, há diante de nós um descolamento abismal entre poderes e base popular e cuja necessidade de aproximação e reatamento tornam tudo o mais secundário. Feitas estas colocações, encerro este discurso e agradeço a atenção até aqui dispensada.

* Música de Fabio Trummer. Banda Eddie, disco Carnaval no Inferno (2008).

